

**Ministério da Justiça
Secretaria Nacional de Segurança Pública**

RELATÓRIO DE GESTÃO (2007)

Março/2008

SUMÁRIO

1. Identificação.....	3
2. Responsabilidades Institucionais	3
3. Estratégia de Atuação.....	6
4. Gestão de Programas e Ações	8
4.1. Implantação e Institucionalização do Sistema Único de Segurança Pública.....	8
4.1.1. Programa 1127 – Sistema Único de Segurança Pública	8
4.1.1.1. Dados Gerais	8
4.1.1.2. Principais Ações do Programa	10
4.1.1.3. Gestão das Ações	10
4.1.1.3.1. Ação 1F68 - Ações de Inteligência Associadas aos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007	10
4.1.1.3.2. Ação 1F63 - Ações Preventivas Associadas à Seg. Pública nos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos 2007.....	12
4.1.1.3.3. Ação 1F65 - Implantação de Infra-Estrutura e de Sistemas Vitais de Suporte de Segurança Pública nos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007.....	15
4.1.1.3.4. Ação 1F64 - Preparação e Emprego da Força Nacional de Segurança Pública para os Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007.....	16
4.1.1.3.5. Ação 09HG - Apoio à Implantação de Projetos de Prevenção da Violência	18
4.1.1.3.6. Ação 8545 - Apoio à Repressão Qualificada.....	19
4.1.1.3.7. Ação 2B00 - Força Nacional de Segurança Pública	20
4.1.1.3.8. Ação 5000 - Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e Informações Criminais.....	21
4.1.1.3.9. Ação 3916 - Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais Seg. Pública	23
4.1.1.3.10. Ação 3912 - Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública (Segurança Cidadã)	23
4.1.1.3.11. Ação 7797 - Reaparelhamento das Instituições de Segurança Pública - PNAPOL	24
4.1.1.3.12. Ação 2C56 - Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização - Rede INFOSEG.....	25
4.1.1.3.13. Ação 2320 - Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional	27
4.1.1.3.14. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa	30
4.1.1.4. Considerações Finais – Critérios para Apresentação dos Projetos para Convênio.....	30
4.1.1.5. Considerações Finais – Principais Dificuldades Encontradas	33
4.1.1.6. Considerações Finais – Posição Contábil dos Convenientes	34
5. Desempenho Operacional	34
5.1. Avaliação da Implantação do SUSP pelos Estados	34
5.1.1. Gestão do Conhecimento.....	44
5.1.2. Reorganização Institucional	46
5.1.3. Formação e Valorização Profissional	49
5.1.4. Prevenção	51
5.1.5. Estruturação da Perícia	54
5.1.6. Controle Externo e Participação Social	55
5.1.7. Conclusão - Eficiência de Implantação do SUSP.....	57
5.2. Avaliação da Implantação do SUSP pela SENASP.....	60
5.2.1. Gestão do Conhecimento.....	60
5.2.2. Reorganização Institucional	61
5.2.3. Formação e Valorização Profissional	62
5.2.4. Programas de Prevenção.....	62
5.2.5. Estruturação da Perícia.....	63
5.2.6. Controle Externo e Participação Social	64
5.2.7. Conclusão	64
5.3. Avaliação da Execução do PPA (Plano Plurianual).....	65
5.4. Avaliação Externa das Ações da SENASP	66
5.5. Resultados Alcançados nas Ações de Prevenção em Municípios.....	75
6. Conteúdos específicos.....	76
Demonstrativo de tomadas de contas especiais.....	76
Anexo A – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades.....	76
Anexo B – Despesas com cartão de crédito corporativo.....	76
Anexo C – Recomendações de órgãos de controle.....	76
Anexo D – Demonstrativo de transferências.....	76

1. Identificação

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP	
Natureza jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial	Norma de criação: Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, publicado em 16 de março de 2007. Regimento Interno: Portaria nº 1.821, de 13 de outubro de 2006, publicada em 16 de outubro de 2006.	
CNPJ	00.394.494/0005-60	
Nome e código no SIAFI	Secretaria Nacional de Segurança Pública – 200330 e 200331	
Código da UJ titular do relatório	200331	
Códigos das UJ abrangidas	200330 e 200331	
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Palácio da Justiça Raymundo Faoro, Edifício Sede, 5º. andar, sala 500, Brasília, DF, CEP: 70.064-900	
Endereço da página institucional na Internet	www.mj.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Segurança Pública	
Tipo de atividade	Segurança Pública	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome: Secretaria Nacional de Segurança Pública	Código: 200330 e 200331

2. Responsabilidades Institucionais

Como órgão da administração direta do poder executivo em âmbito nacional, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, criada em 1998, tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado na definição e implementação da política nacional de segurança pública e, em todo o território nacional, acompanhar as atividades dos órgãos responsáveis pela segurança pública, por meio das seguintes ações: desenvolver e apoiar projetos de modernização das instituições policiais do País; manter e ampliar o Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública - INFOSEG; efetivar o intercâmbio de experiências técnicas e operacionais entre os serviços policiais; estimular a capacitação dos profissionais da área de segurança pública; e realizar estudos e pesquisas e consolidar estatísticas nacionais de crimes. Em síntese, a SENASP é responsável por promover a qualificação, padronização e integração das ações executadas pelas instituições policiais de todo o país em um contexto caracterizado pela autonomia destas organizações.

A constatação de que a incidência de homicídios no Brasil alcançou um padrão de redução nos últimos 5 anos¹, após décadas de crescimento contínuo, é um indicador importante da eficácia das ações da SENASP. No entanto, sob pena de simplificação, não poderíamos creditar a apenas uma instituição a responsabilidade por essa queda. Está reconhecido como princípio do Sistema Único de Segurança Pública, cuja implantação é carro chefe da atuação da SENASP, que o investimento consistente e capaz de mudar a situação da segurança pública tem de envolver, necessariamente, as instituições de segurança pública da União, dos Estados e dos municípios, além de organizações de diferentes áreas que ultrapassam a segurança pública. Assim, assistimos atualmente no Brasil a uma ampliação dos atores responsáveis por desenvolver ações que tenham impacto sobre a segurança pública, tais como as áreas de saúde, educação, trabalho, etc. No entanto, devemos atribuir à SENASP a responsabilidade por ter enfatizado e divulgado, nos últimos anos, a importância do processo de ampliação da responsabilização como princípio estrutural do SUSP.

¹ Conforme atestam os dados das ocorrências criminais registradas pela Polícia Civil e os dados dos atestados de óbito registrados no Sistema de Informações de Mortalidade/SVS.

Desde a criação da República, a história do sistema policial brasileiro vem sendo marcada pela oscilação entre autonomia estadual e controle federal das polícias. Durante os períodos autoritários, as polícias estaduais foram submetidas ao controle federal. Em tais circunstâncias não se pode falar em cooperação, mas em submissão das polícias estaduais às diretrizes dos governos federais. Nos períodos republicanos, os Estados gozaram de grande autonomia para organizar e controlar suas polícias. Porém, foram raros os casos de cooperação intra-governamental na área de segurança pública. Pode-se concluir que, tanto nos períodos de autonomia estadual, quanto nos períodos de controle federal, não ocorreram iniciativas concretas de implantação de uma política nacional de segurança pública. A partir de 2003, o Governo Federal inaugura uma nova fase na história da segurança pública brasileira. Desde então, a SENASP se consolida como órgão responsável por idealizar, planejar e executar a política de implantação do SUSP. Mais do que um simples órgão de repasse de recursos, a SENASP se institucionalizou como agente central promotor da reforma das polícias no Brasil, dando direção a esse processo. Fundamentada nos princípios da gestão federalista, respeitando as diferenças existentes e promovendo a integração entre as Unidades da Federação, a SENASP elaborou uma série de ações estruturantes do SUSP.

Atuando em um contexto de consolidação do sistema democrático brasileiro, a SENASP não possui apenas a função de executar ações direcionadas para melhoria da situação de segurança pública no Brasil. É responsável também por promover a estabilidade democrática em seu campo de atuação. Nesse contexto, a SENASP pode ser vista como um órgão que executa a articulação e a mediação das relações estabelecidas entre diferentes grupos sociais que incorporam especificidades quanto à identificação de problemas e soluções sobre a área de segurança pública no país. Por essa razão, a SENASP optou por uma gestão pautada na ação técnica e operacional distanciando-nos e protegendo-nos dos interesses políticos imediatistas que privilegiavam uma visão parcial da questão. Ao invés de realizar investimentos que nos levassem a adquirir “mais do mesmo” e que nos levaram ao estado de coisas que vivemos na segurança pública atualmente, a SENASP desenvolveu ações estruturantes da reforma das polícias no Brasil.

A SENASP iniciou um novo estilo de ação organizado de acordo com os processos básicos de um sistema de gestão: diagnóstico, planejamento, execução e monitoramento. Até então, não houve tanto investimento na realização de pesquisas visando dar mais consistência ao planejamento e à execução de suas ações, assim como não havia tanta divulgação das estatísticas sobre a situação da segurança pública brasileira. Nunca se desenvolveram tantas formas de avaliação e monitoramento de suas ações e nem se aprofundou tanto na capacitação de seus profissionais nos temas relacionados à gestão de processos e resultados. Assim, destacam-se: a criação de um novo sistema de distribuição de recursos do FNPS pautado em indicadores estatísticos da necessidade concreta dos Estados e municípios; a modernização dos índices de avaliação de desempenho da SENASP baseados na mensuração da implantação do SUSP – e não na ingênua e política avaliação da queda das taxas de ocorrências registradas pelas polícias – e também uma mudança de foco das ações desenvolvidas pela SENASP para os municípios de porte médio, que se evidenciam atualmente como os mais violentos do país.

A preocupação com a execução operacional das ações não representou, no entanto, um abandono do papel político da SENASP. A perspectiva da integração como um dos pilares da consolidação do SUSP fez com que a mesma se empenhasse duramente para a articulação de todos os órgãos de segurança pública do Brasil em diversas frentes de trabalho. Destacam-se, nesse contexto, a criação dos Gabinetes de Gestão Integrada nas 27 Unidades da Federação, a implantação da Força Nacional de Segurança Pública e a criação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal. Também merecem destaque: a estruturação do Sistema Nacional de Inteligência, a implantação nacional da Matriz Curricular de Ensino Policial, a criação da Rede Nacional de Ensino à Distância em Segurança Pública, a padronização das ações e procedimentos dos Corpos de Bombeiros de todo o país, a elaboração da política nacional de Modernização das Polícias Civis, a criação do Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade e a política de incentivo da criação dos Consórcios Metropolitanos de Prevenção à Violência e Criminalidade. Mais do que a integração e a articulação, essas ações iniciaram um processo de padronização de técnicas e procedimentos jamais visto no país e que constitui o alicerce para se efetuar uma interação consistente entre as diferentes organizações de segurança pública.

A partir da criação de uma coordenação que fiscaliza a execução dos convênios, bem como do desenvolvimento de uma cultura organizacional que prioriza o seu monitoramento, a SENASP verificou que, em muitas situações, existia uma dificuldade enorme para os Estados efetuarem a execução dos convênios. O resultado disso é que muitos deles eram encerrados sem a execução completa das atividades com a conseqüente devolução dos recursos solicitados. Isso nos fez refletir que, em alguns casos, mais importante do que a quantidade de recursos repassados, era o acompanhamento e assessoria na execução dos convênios. Por isso, a SENASP iniciou também nesse particular uma nova etapa em sua atuação, dedicando-se às atividades de assessoria aos Estados e municípios na elaboração dos projetos para convênio e na execução das ações previstas. Promover uma reforma das polícias não é uma ação tão simples de ser executada, pois não envolve apenas ações de modernização tecnológica, treinamento de policiais e reaparelhamento das organizações de segurança pública. Essa reforma pressupõe a realização de uma mudança na cultura das Polícias em todo o Brasil. Esse processo é lento e complexo. Envolve uma mudança de paradigma na área de segurança pública. Porém, mesmo nesse sentido, já temos sinais que nos permitem identificar que a mudança vem ocorrendo. Hoje, muitas organizações de segurança pública no país já elaboram suas ações tendo como pano de fundo a análise dos resultados alcançados. Um dos temas de maior freqüência de curso de capacitação dos policiais no Brasil é o dos Direitos Humanos. Dessa forma, identificamos que as forças policiais começam a entender que a segurança pública não é apenas 'assunto de polícia'. Pela primeira vez, tivemos uma apreciação das Nações Unidas quanto ao processo de formação de Direitos Humanos empreendido na área de segurança pública no Brasil.

Uma análise cuidadosa das ações realizadas nestes últimos 5 anos de trabalho – a partir de uma visão que privilegia uma política nacional de segurança pública voltada para a construção da paz, para a transformação dos policiais em educadores da cidadania e promotores de Direitos Humanos e para a estruturação dos trabalhos executados segundo pressupostos científicos de ação – nos leva a concluir que o Governo contribui consistentemente para a construção de uma nova fase na história da segurança pública. Tudo isso permitirá ao povo brasileiro acreditar em um futuro melhor para o país.

Hoje, nossos policiais trabalham em um ambiente no qual a informação está presente de forma mais imediata e qualificada, garantindo, por exemplo, que pessoas com ficha criminal em qualquer lugar do país sejam mais facilmente detidas pelas polícias ou que os veículos sejam monitorados de forma contínua ao passarem pelas nossas fronteiras. Os gestores das diversas organizações de segurança pública realizam atualmente suas atividades de forma mais integrada, utilizando as técnicas de gestão de políticas públicas, produzindo diagnósticos, planejamentos e monitoramento dos resultados alcançados.

As organizações de segurança pública nunca receberam tanto subsídio proveniente da comunidade acadêmica, especificando com detalhes quais são os meios e metas que devem ser promovidos para melhorar a segurança pública no país. Nossos policiais estão mais capacitados para atuar de acordo com as modernas técnicas da atuação profissional, respeitando os princípios dos Direitos Humanos e com uma consciência crítica que lhes ensina a valorizar e respeitar a vida. O respeito às minorias e grupos vulneráveis e a promoção de uma polícia aberta para a comunidade é uma das marcas desse processo de reforma das polícias promovido pelo Governo Federal. Nunca se observou uma valorização tão grande das atividades de prevenção entre as organizações de segurança pública no Brasil e, ao mesmo tempo, uma mudança no sentido de perceber que as ações de prevenção pressupõem uma ampliação da responsabilização sobre essa área, incluindo outros órgãos públicos – saúde, educação, trabalho, etc. Por fim, cabe destacar a importância das mudanças trazidas pela modernização constante dos equipamentos de trabalho das organizações de segurança pública, não apenas das viaturas e armas, mas de equipamentos de informática, de comunicação e de perícia, permitindo alcançar resultados melhores em atividades de policiamento ostensivo, investigativo e técnico.

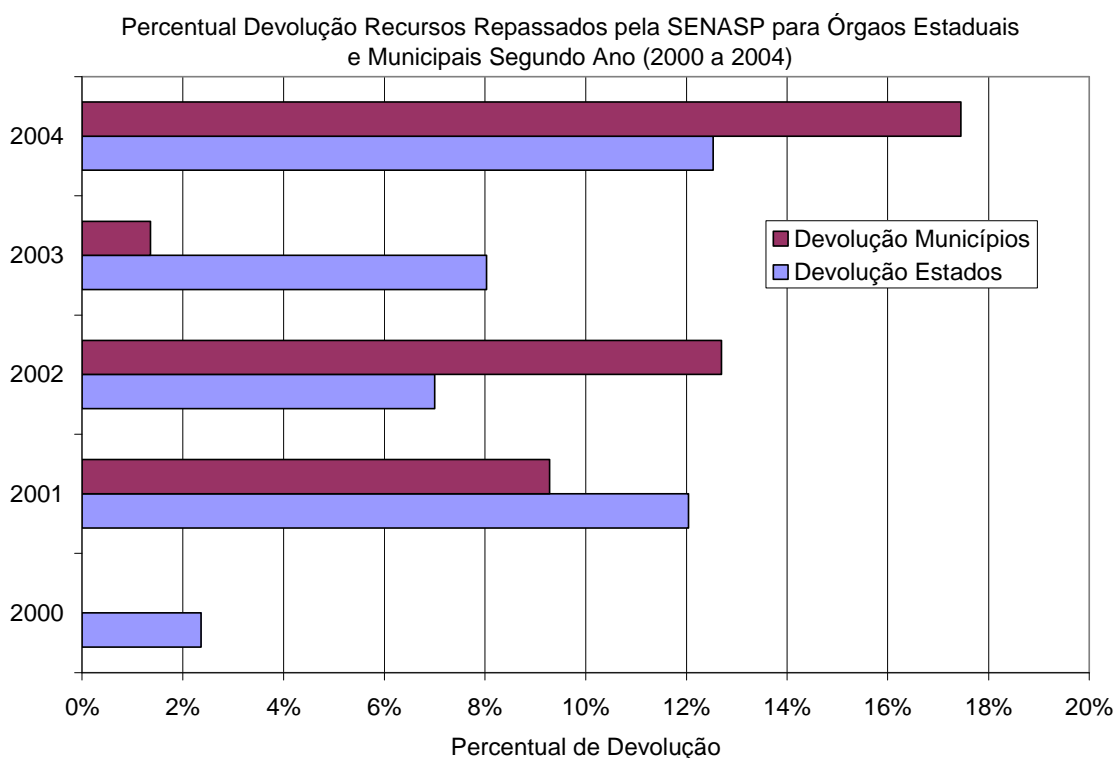
Como resultado da consolidação de uma nova postura do governo federal em relação ao problema da segurança pública, duas ações se destacam nestes 2 últimos anos: a gestão pela SENASP das ações de segurança pública dos Jogos Pan-Americanos e o lançamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, também denominado por PAC da Segurança Pública. Esses programas privilegiam as ações de prevenção, a abertura da polícia para a comunidade, a modernização dos recursos de trabalho das polícias e a capacitação intensa dos policiais, centrada

nas áreas de Direitos Humanos e gestão. Por meio destas ações, promoveu-se um fortalecimento do grau de institucionalização do Sistema Único de Segurança Pública, colocando seus princípios e diretrizes em prática.

3. Estratégia de Atuação

Cresceu continuamente, na última década, a pressão da sociedade brasileira por uma atuação mais presente do governo federal na área de segurança pública.² A criação do SUSP responde a esta demanda, pois fortalece o papel da União como órgão gestor da política nacional de segurança pública e órgão mediador da articulação sistêmica entre os órgãos de segurança pública de todo o Brasil abrangendo os níveis federal, estadual e municipal. Contribuiu também para este fortalecimento da participação da união como órgão central na execução das ações de segurança pública em nível nacional a identificação de que os recursos repassados pela SENASP para os Estados não estavam trazendo os impactos almejados. Esta percepção se agravou ainda mais diante da constatação de que os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública vinham diminuindo continuamente, entre 2003 e 2006.

Apresentamos a seguir uma análise do nível de devolução de recursos por Estados e municípios de 2000 a 2004. Uma possível explicação para este aumento do percentual de devolução de recursos é o fato da equipe de fiscalização de convênios da SENASP vir atuando de forma cada vez mais ativa. Reconhecemos, no entanto, que o resultado almejado por esta mudança não era um aumento na devolução de recursos, mas uma melhora na execução dos gastos. Porém, os trabalhos de fiscalização executados não conseguiram ainda mudar o comportamento dos gestores estaduais e municipais no sentido de aperfeiçoar a execução dos gastos.

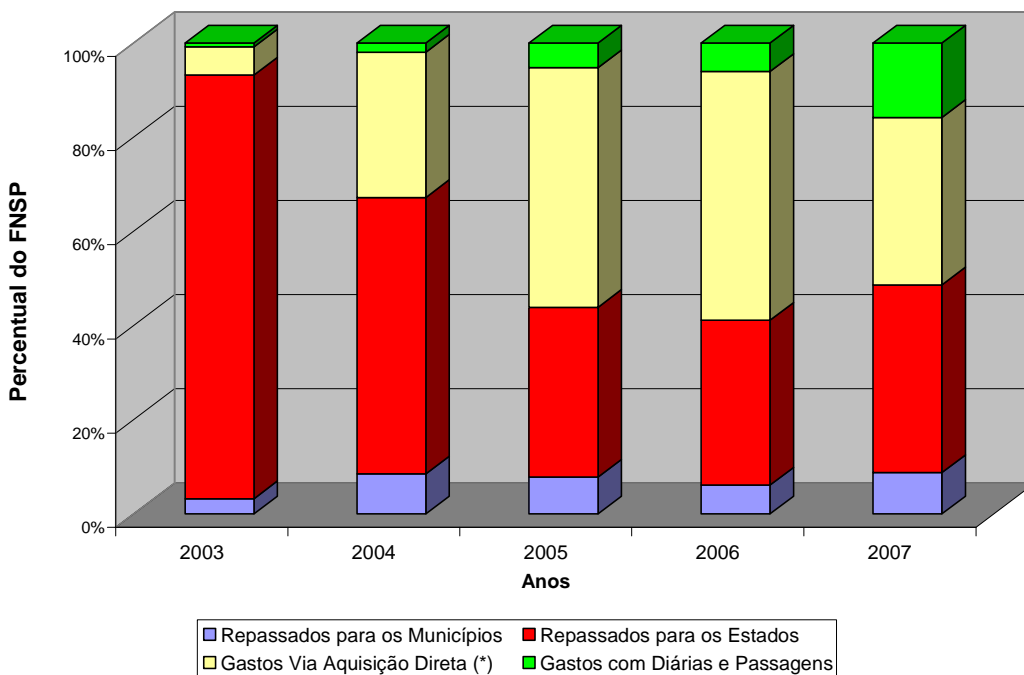


Diante deste contexto, identificamos uma mudança significativa em termos de padrões de execução de gastos entre 2003 e 2007. Pelo gráfico abaixo, verificamos que o repasse de recursos para os Estados foi perdendo contínuo espaço para a execução de gastos via aquisição direta. Verificamos ainda um fortalecimento do papel da SENASP na promoção de cursos, palestras e seminários e na execução de ações operacionais por meio da Força Nacional de Segurança Pública,

²“38% da população propõe que o governo federal deve ser o principal responsável pela solução do problema da segurança pública”. Folha de São Paulo (2007)

que levaram a um aumento contínuo dos gastos de recursos com diárias e passagens. Por fim, como resultado da efetivação prática de um dos pilares do SUSP relacionado ao fortalecimento da gestão local de segurança pública, observamos um aumento do repasse de recursos para os municípios.

Distribuição dos Gastos do FNSP (2003/2007)



A execução de ações via aquisição direta é a forma mais econômica de execução das ações quando envolvem necessariamente todas as Unidades da Federação. Um exemplo disso ocorreu na ação de capacitação. No primeiro mês de atividade, a rede de ensino a distância, administrada pela SENASP, aplicou R\$ 401.000 para capacitar 2.605 policiais. Assim, o custo por aluno foi de R\$ 153,93, significativamente menor que o existente em vários convênios assinados com os Estados. Importante destacar que a execução direta não pode substituir o repasse de recursos via convênio, pois existem ações que correspondem às necessidades específicas de cada Unidade da Federação. Em relação à economia de recursos, é importante relatarmos também o avanço trazido pela SENASP na execução dos registros de preço. A realização de um registro de preços leva a situação na qual as Unidades da Federação podem aproveitar uma grande licitação elaborada pelo Governo Federal para economizar tempo e recursos na execução dos seus convênios. Por serem compras envolvendo um volume maior de equipamentos, o valor unitário fica bem mais baixo. Assim, por exemplo, no final de 2005, um veículo Blazer 2.8 - Diesel - 4X4, que seria comprada por R\$ 115.000,00 foi adquirida por R\$ 103.000,00; e um Nissan XTerra, que seria comprado por R\$ 125.000,00 foi adquirido por R\$ 114.000,00. Resta, no entanto, o alerta de que a execução de ações via aquisição direta abre espaço para a quebra de uma das principais diretrizes da institucionalização do SUSP: a criação de sistema de segurança pública estruturado de forma federativa e democrática. Em contextos onde a execução direta for realizada sem privilegiar o espaço da discussão com os Estados, a negociação política característica de ambientes federativos democráticos é cerceada. Em resposta a esta questão, cabe salientar que a SENASP priorizou nestes últimos anos a contínua negociação das ações com os gestores estaduais e municipais de segurança pública e a instituição de um ambiente federativo de atuação, que resultou, por exemplo, na criação da Força Nacional de Segurança Pública.

Outros dois pontos merecem destaque entre as estratégias de atuação é, primeiro, o fato da SENASP ter priorizado a realização de uma gestão transparente, divulgando para a sociedade, por meio do site do Ministério da Justiça, um conjunto extenso de informações sobre as ações executadas, custos envolvidos e resultados alcançados, e sobre a situação da segurança pública no país, onde destacamos uma análise dos recursos e ações executadas pelos órgãos estaduais e municipais de segurança pública. Em relação ao contexto tecnológico, cabe salientar a política adotada pela SENASP de priorizar a adoção de softwares gratuitos e livres e o financiamento de

sistemas em perspectiva nacional. Assim, por exemplo, financiou a criação de um sistema de análises de dados espaciais e um sistema de gestão de institutos de criminalística para ser distribuído gratuitamente para os gestores de segurança pública de todo o Brasil. Além disto, estipulou que deixaria de executar o financiamento de criação de sistemas de registro de ocorrências, pois já havia financiado a criação de alguns sistemas e os estados deveriam começar a adotar os sistemas existentes em funcionamento em outros estados, promovendo uma uniformização dos sistemas de registro.

Por fim, resta destacar que a atual estrutura de recursos físicos e humanos da SENASP estabelece limites intransponíveis para a execução de uma gestão orientada por resultados no ambiente da secretaria. Alguns fatos que destacam essa deficiência de recursos são, por exemplo, o fato de que chegamos a ter situações onde mais da metade dos profissionais da SENASP era composto por colaboradores eventuais e o fato de não termos as mínimas condições físicas de trabalho, não apenas em relação ao espaço físico mas também recursos como cartucho para impressora. A criação de condições técnicas e políticas efetivas para promover uma adoção pelos estados e municípios dos princípios e diretrizes do SUSP depende de uma negociação política contínua com os gestores dos entes federados e um acompanhamento constante da situação da segurança pública vivida nas regiões abrangidas por esses entes, depende de um acompanhamento contínuo das ações executadas pelos entes federados com os recursos da SENASP e os resultados alcançados a partir dessas ações e depende, acima de tudo, da promoção de articulações concretas com outros órgãos do governo federal no sentido de ampliar a responsabilização em relação a solução do problema de segurança pública. Nenhuma dessas ações consegue ser executada atualmente de forma plena e, por esta razão, a execução de políticas e ações pela SENASP no ambiente do SUSP continua sendo refém da mídia e modismos, sem uma justificativa científica para a sua execução.

4. Gestão de Programas e Ações

4.1. Implantação e Institucionalização do Sistema Único de Segurança Pública

Desde a criação da República, a história do sistema policial brasileiro vem sendo marcada pela oscilação entre autonomia estadual e controle federal das polícias. Durante os períodos autoritários, as polícias estaduais foram submetidas ao controle federal. Em tais circunstâncias não se pode falar em cooperação, mas em submissão das polícias estaduais às diretrizes dos governos federais. Nos períodos republicanos, os Estados gozaram de grande autonomia para organizar e controlar suas polícias. Porém, foram raros os casos de cooperação intra-governamental na área de segurança pública. Pode-se concluir que, tanto nos períodos de autonomia estadual, quanto nos períodos de controle federal, não ocorreram iniciativas concretas de implantação de uma política nacional de segurança pública. A partir de 2003, o Governo Federal inaugura uma nova fase na história da segurança pública brasileira. Desde então, a SENASP se consolida como órgão responsável por idealizar, planejar e executar a política de implantação do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP.

4.1.1. Programa 1127 – Sistema Único de Segurança Pública

4.1.1.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar a eficiência do Sistema de Segurança Pública e Defesa Civil mediante a reestruturação e integração de suas organizações
Gerente do programa	Antônio Carlos Silva Biscaia
Gerente executivo	Sidnei Borges Fidalgo
Público alvo (beneficiários)	Operadores de Segurança Pública

Processo de Avaliação:

A avaliação foi feita por meio do cálculo do Índice Sintético de Desempenho desenvolvido para o monitoramento da execução do PPA. O índice é calculado por meio de informações coletadas

anualmente pela SENASP nas agências estaduais e municipais de segurança pública. Realiza-se um monitoramento da implantação nacional de seis fatores que são considerados pontos principais da implantação do SUSP, constituindo uma síntese dos fatores analisados pelo Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP.

Por fim, cabe esclarecer que o índice foi elaborado para explicitar o percentual de implantação do SUSP, onde propomos as seguintes metas de implantação:

	Ano1(2004)	Ano2(2005)	Ano3(2006)	Ano4(2007)
Acréscimo	25%	25%	25%	25%
Total Acumulado	25%	50%	75%	100%

O índice é calculado com a agregação de seis indicadores elaborados a partir das linhas estratégicas estabelecidas pelo Programa de Segurança Pública para o Brasil relacionadas à reforma das Instituições de Segurança Pública. Utiliza-se de um esquema de correção da meta em função do contingenciamento de recursos. Os fatores analisados são os seguintes:

1. Valorização e Formação Profissional
2. Gestão do Conhecimento
3. Reorganização Institucional
4. Estruturação e Modernização da Perícia
5. Prevenção
6. Controle Externo e Participação Social

Composição dos Indicadores de Conclusão de Metas

Fator 1 - Valorização e Formação Profissional: Implantação nacional da Matriz Curricular nas 27 Unidades da Federação.

Fator 2 - Gestão do Conhecimento: Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal nas 27 Unidades da Federação.

Fator 3 - Reorganização Institucional:

3.1 Integração das organizações policiais civis e militares no nível de formação nas 27 Unidades da Federação.

3.2 Integração das organizações policiais civis e militares no nível estratégico nas 27 Unidades da Federação

Fator 4 - Estruturação e Modernização da Perícia:

4.1. Implantação nacional do Sistema Nacional de Identificação Criminal (AFIS) nas 27 Unidades da Federação.

4.2. Adesão dos Estados à Rede Nacional de Laboratórios de DNA

Fator 5 – Prevenção a Violência e Criminalidade:

5.1. Implantação de quatro Consórcios Metropolitanos de Prevenção da Criminalidade

5.2. Assinatura de 200 convênios com municípios na área de prevenção.

Fator 6 - Controle Externo e Participação Social: Implantação de Ouvidorias de Polícia nas 27 Unidades da Federação.

Fórmula de cálculo:

ISD = média (indicadores conclusão de metas)

Meta = meta prevista X fator de correção

O cálculo de correção é efetuado com o objetivo de reduzir a meta de implantação do programa de reforma das instituições de segurança pública em função das limitações orçamentárias. Assim, a meta é reduzida em função direta da razão entre recurso disponibilizado para a SENASP e recurso esperado. Se o recurso disponibilizado for 50% do valor esperado, a meta reduz também em 50%. Espera-se um acréscimo de 25% no ISD a cada ano. Se a razão entre valor disponibilizado e esperado for menor que um em determinado ano, o acréscimo da meta do ISD reduz, podendo afetar o índice alcançado após os quatro anos.

4.1.1.2. Principais Ações do Programa

Pautada no Programa de Segurança Pública para o Brasil, a SENASP estipulou que a implantação e institucionalização do SUSP seria realizada pela dedicação às ações convergentes em sete eixos estratégicos: gestão do conhecimento; reorganização institucional; formação e valorização profissional; prevenção; estruturação da perícia; controle externo e participação social; e programas de redução da violência. Todas as ações empreendidas pela SENASP nos últimos cinco anos (2003 a 2007) estão incluídas nesses eixos estratégicos e envolvem tanto as mudanças estruturais nas polícias e em outros órgãos que compõem o sistema de segurança pública brasileiro – cujos resultados serão alcançados em uma perspectiva de tempo mais ampla – quanto às ações de interferência em condições imediatas, associadas à violência e à criminalidade. Devido à situação da segurança pública no país, escolhemos essa estratégia, pois ela nos permite desenvolver mudanças estruturais necessárias e ações voltadas à intervenção imediata em problemas mais focalizados no tempo e no espaço. Cabe afirmar ainda que os eixos estratégicos de implantação do SUSP não foram apenas pautadores na formulação das ações executadas pela SENASP, mas também atribuíram conteúdo aos processos empreendidos na avaliação dos resultados de suas ações, pois estabeleceram as metas a serem alcançadas.

4.1.1.3. Gestão das Ações

4.1.1.3.1. Ação 1F68 - Ações de Inteligência Associadas aos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007

4.1.1.3.1.1. Dados Gerais

Tipo Ação: Projeto

Finalidade: Adequar a infra-estrutura e desenvolver as ações necessárias à implementação das ações de inteligência associadas aos jogos Pan e Para Pan Americanos de 2007.

Descrição: Reforma e modernização do Centro de Inteligência de Segurança Pública; implantação, regularização e manutenção da Escola de Inteligência de Segurança Pública; realização de cursos de inteligência de Segurança Pública; ações em parceria com os Centros de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência, Ministério da Defesa, Órgãos Federais, Estaduais, Municipais e o Distrito Federal; aquisição de bens e contratação de serviços, suprimento de fundos, diárias, passagens aéreas e terrestres, alimentação, treinamento e cursos, pagamento de hora/aula e indenizações com o objetivo do pleno atendimento às atividades exercidas pelo serviço de inteligência.

Unidade Responsável: Secretaria Nacional de Segurança Pública

Unidade Executora: 200331 - Secretaria Nacional de Segurança Pública

Coordenador: JOSÉ HILÁRIO NUNES MEDEIROS

4.1.1.3.1.2. Resultados

Por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), coube ao Ministério da Justiça a responsabilidade pela implementação do Plano de Segurança Pública dos XV Jogos Pan-Americanos de 2007 e dos III Jogos Para Pan-Americanos de 2007. O referido plano envolveu, de forma integrada e inovadora, programas de ações preventivas associadas à segurança dos jogos, neste contexto, todas as ações implementadas foram interligadas com as ações de inteligência associadas aos Jogos Pan e Para Pan-Americanos de 2007.

Foram repassados recursos por meio de convênio para a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro para aquisições de bens voltados ao atendimento das Ações de Inteligência, reestruturação e modernização do Centro de Inteligência de Segurança Pública para os Jogos Pan e Para Pan-Americano 2007, criação e adequações de estruturas físicas, bem como a aquisição de equipamentos modernos, novéis e acessórios para a subsecretaria de inteligência do estado, a fim de aumentar a capacidade de produção de inteligência existente no estado do Rio de

Janeiro naquele momento, procurando assim suprir as necessidades e demandas antes, durante e após a realização dos jogos. O Centro de Inteligência de segurança pública, utilizado nos Jogos Pan-Americanos, ficou a cargo da Secretaria de Segurança Pública do Estado, ficando a cargo da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, a função primordial de coordenação técnica de todos os órgãos de inteligência do Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN, no âmbito dos Jogos, procurando assim centralizar os dados e informações obtidas com referência a realização dos Jogos.

Nesta Ação foram realizadas despesas no total de R\$ 26.495.481,00, envolvendo principalmente o repasse referente ao Convênio celebrado com a Secretaria de Segurança Pública do RJ e despesas efetuadas pela Agência Brasileira de Informação – ABIN, tendo como principal fonte de financiamento recursos do Tesouro Nacional

Em um contexto geral, os recursos disponibilizados foram suficientes para a implementação do Centro de Inteligência de Segurança Pública e das adequações promovidas pela ABIN – Agência Brasileira de Informação, tendo em vista o sucesso na realização dos jogos, que contou com uma segurança eficiente sem a ocorrência de incidentes que pudessem comprometer a realização do evento, conforme noticiado em todos os canais de comunicação nacional e internacional.

Na presente ação, foram utilizados policiais de diversas instituições de todos os estados da Federação, procurando assim proporcionar o entrosamento de servidores da inteligência de todo País, para uma melhor rapidez e eficiência da troca de informações e dados necessários entre estados. Outro aspecto a ser considerado, condiz a respeito da capacitação de toda essa massa crítica de policiais, que retornaram a seus estados com conhecimentos que serão utilizados em seu ambiente de trabalho.

Quanto as dificuldades na implementação da ação, o exíguo tempo para execução do projeto, foi o que mais pesou, tendo em vista que apenas em dezembro de 2005, ou seja, 18 meses antes do início dos Jogos houve a decisão quanto a escolha do Ministério da Justiça para coordenar a segurança dos Jogos. Entretanto, tal problema foi minimizado com a formação de diversos grupos de trabalho, onde foi possível promover as licitações, o recebimento e as capacitações dos servidores que trabalharam com os equipamentos e as ferramentas adquiridas.

Outra dificuldade foi a execução do convênio com o Estado do Rio de Janeiro em apenas 06 meses, tendo em vista a especificidade dos equipamentos a serem adquiridos e a falta de recursos humanos no estado para a execução de tal demanda. O que foi resolvido com a incorporação, aos técnicos do Estado, de uma equipe de policiais rodoviários federais e policiais federais especialistas em execução de convênios, entretanto, o não foi possível a conclusão da Escola de Inteligência de Segurança Pública.

Cabe aqui esclarecer, que a execução da estruturação do Centro de Inteligência de Segurança Pública do Rio de Janeiro através de convênio, foi de fundamental importância para o sucesso do projeto em questão, tendo em vista a falta de recursos humanos na SENASP/MJ poderia inviabilizar a execução de tal meta. Quanto a parceria realizada com a ABIN, destacamos a especificidade e sigilo quanto as aquisições, o que só poderia ser realizado por aquela agência, procurando assim preservar os dados e informações quanto aos equipamentos e serviços a serem realizados.

Foram gastos com diárias e passagens o valor de R\$ 2.494.729,00, correspondentes ao planejamento e implantação das ações de inteligência no Estado do Rio de Janeiro, visando os Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007. Foram repassados recursos por meio de Convênio para a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 8.221.386,00.

O projeto de convênio do Centro de Inteligência de Segurança Pública dos Jogos, foi apresentado à SENASP/MJ, pelo Estado do Rio de Janeiro, contendo um projeto detalhado com todas as necessidades para a estruturação física e material do centro, o qual foi analisado por técnicos e aprovado, sendo assim liberado os recursos e iniciado as obras em março de 2007.

Com relação aos recursos repassados a ABIN, os mesmos foram embasados em planilhas de custos e relação de bens apresentados pela agência. Quanto a modalidade destaque de recursos, a mesma foi definida tendo em vista a facilidade proporcionada na aquisição realizada através da agência, onde houve a descentralização de todo o processo aquisitivo.

Não houve inadimplência quanto aos recursos transferidos para ABIN. Quanto ao convênio com o Rio de Janeiro para a implementação do Centro de Inteligência, o mesmo ainda encontra-se sob análise técnica, aguardando parecer final.

4.1.1.3.2. Ação 1F63 - Ações Preventivas Associadas à Seg. Pública nos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos 2007

4.1.1.3.2.1. Dados Gerais

Tipo Ação: Projeto

Finalidade: Desenvolver e implementar plano que contribua para a melhoria das condições de convivência e segurança do Rio de Janeiro, de forma sustentável, nos Jogos Pan-Americanos de 2007, a partir do conceito de Segurança Cidadã.

Descrição: Cooperação Técnica com organismos internacionais; treinamento e preparação de guias cívicos e cursos de línguas estrangeiras; capacitação de gestores, servidores, colaboradores e lideranças comunitárias em política de Segurança Cidadã e serviços necessários para a execução dos jogos; criação de um sistema de atenção e proteção da criança; apoio a iniciativas que objetivam a atenção e proteção a famílias em situação de risco residentes na região dos jogos; prevenção e controle da violência juvenil; realização de olimpíadas esportivas; implantação de Polícia Comunitária, e centros de integração e cidadania; construção de Vila Olímpica nas comunidades e Posto do Batalhão Escolar; aquisição de bens e contratação de serviços para implementação do projeto, suprimentos de fundos, despesas com diárias e passagens para servidores e colaboradores eventuais, despesas com obras, reformas e instalações.

Unidade Responsável: Secretaria Nacional de Segurança Pública

Unidade Executora: 200331 - Secretaria Nacional de Segurança Pública

Coordenador: JOSÉ HILÁRIO NUNES MEDEIROS

4.1.1.3.2.2. Resultados

Por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), coube ao Ministério da Justiça a responsabilidade pela implementação do Plano de Segurança Pública dos XV Jogos Pan-Americanos de 2007 e dos III Jogos Para Pan-Americanos de 2007, no âmbito do Programa Segurança Cidadã. O referido plano envolve, de forma integrada e inovadora, programas de Ações Preventivas Associadas à Segurança dos Jogos, contando com a participação efetiva das comunidades residentes nas regiões circunvizinhas aos locais dos eventos.

O programa integral de ações para a segurança dos Jogos Pan-Americanos – com foco no conceito de segurança cidadã – visa garantir resultados sustentáveis para a prevenção da violência e melhoria da qualidade de vida na cidade do Rio de Janeiro. Por esta razão, considera prioridade o enfrentamento de fatores associados à violência e criminalidade, tais como: a exclusão social, as relações interpessoais e familiares desestruturadas, as condições de vulnerabilidade como pobreza, abandono, vitimização e as adequadas condições ambientais urbanas. Esta ação foi estruturada em torno do desenvolvimento de nove ações, quais sejam:

1 - Guias Cívicos

Foram capacitados aproximadamente 10.000 jovens de 14 a 24 anos, em situação de risco, tendo assim como principal objetivo a contribuição para a inclusão social desses jovens, que passaram a contar com ferramentas de trabalho adicionais a sua futura atuação profissional.

Foram capacitados, nos temas Cidadania e Ética, Turismo e Idioma (inglês ou espanhol), durante quatro meses. Eles receberam todo o material didático e uma bolsa auxílio de meio salário mínimo, durante o curso e durante ao estágio de efetivado durante a realização dos Jogos Pan-americanos e Parapan-Americanos. Os Guias foram empregados nos locais de jogos como orientadores do fluxo de torcedores e outras informações de interesse público.

2 - Desenhos de Espaços Urbanos Seguros

Teve como meta a capacitação de 500 jovens de 16 a 24 anos em situação de risco. Esta ação tem por objetivo garantir uma maior integração e participação das comunidades durante todo o processo, ampliando seus beneficiários, materializando os anseios das comunidades, transformando espaços antes abandonados em locais urbanizados e seguros.

Esta ação está estruturada em três fases que são interligadas, todas com o objetivo principal de inclusão social e prevenção à criminalidade:

a) Capacitação em gestão e desenho urbano – possibilitará que 150 lideranças comunitárias formadas no curso de “Resolução Pacífica de Conflitos” no âmbito do Projeto BRA/04/029 sejam capacitadas no curso de “Gestão e Desenho Urbano”.

b) Capacitação em técnicas construtivas – na qual 1000 jovens e adultos de 18 a 40 anos, que tenham concluído a 5ª série do ensino fundamental, moradores das comunidades cariocas, que se encontram no circuito dos Jogos Pan-Americanos, sejam capacitados em técnicas de construção civil para prestarem serviços em obras que construam à estética da segurança cidadã nos espaços urbanos da cidade do Rio de Janeiro.

c) Elaboração do Projeto arquitetônico do centro de convivência Pedra do Sapo - A Comunidade Pedra do Sapo possui um alto índice de violência, sendo considerada um local inseguro, facilitador e incentivador da criminalidade, tendo ganhado grande notoriedade e valor simbólico pela proximidade do local onde foi executado o repórter Tim Lopes.

Foram selecionados 30 projetos elaborados pelos moradores das comunidades carentes, que serão implementados com mão-de-obra da própria comunidade.

3 - Brigada Socorrista

Este programa capacitou 1000 brigadistas socorristas voluntários, jovens e adultos de 18 a 40 anos, membros das comunidades de risco próximas aos locais de competições, o treinamento básico em primeiros socorros e combate a incêndio, capacitando-os para que estes possam atuar como brigadistas socorristas voluntários nos jogos PAN/07.

O Programa Brigada Socorrista possui dois eixos principais: - a inserção do jovem/adulto da comunidade atuando como voluntário durante os jogos pan-americanos rio 2007; e a possibilidade dos mesmos exercerem uma profissão após a capacitação.

Os brigadistas foram utilizados nos locais dos jogos, complementando a atuação dos bombeiros e da defesa civil.

4 - Programa de atenção e Proteção às Crianças provenientes da região do Circuito dos Jogos Pan-Americanos.

Este Programa aproveitou ao máximo a força mobilizadora dos jogos para convocar os vários níveis de governo, bem como as organizações não-governamentais e o setor privado para o alcance de um objetivo comum, a inclusão social dos meninos e meninas de rua. Este produto consiste em um trabalho de fomentação da Rede de atenção e proteção a criança, tendo por base o fortalecimento e expansão da oferta de serviços já existente hoje nessa área no Rio de Janeiro.

Através de edital foram selecionadas dez instituições não-governamentais e doze governamentais, as quais receberam recursos para atenderem crianças e adolescentes em situação de rua, indicando capacidade de continuidade do programa após a realização dos jogos.

5 - Programa de Atenção e Proteção às Famílias residentes na Região do Circuito dos Jogos Pan-Americanos desenvolvido e implementado.

Este produto oferece um acompanhamento junto as famílias, que proporcione dentre outros o conhecimento de técnicas de mediação, que permitam o manejo dos conflitos cotidianos, sem o uso da violência. Esta ação está estruturada em 4 vertentes distintas:

a) Núcleos de Mediação de Conflitos na Comunidade: A criação e a implementação de 18 Núcleos de Mediação de conflitos nas comunidades do Rio de Janeiro.

Qualificação em Resolução Pacífica de Conflitos e Mediação: capacitação de até 300 pessoas oriundas de diferentes instâncias e segmentos da sociedade que seja de relevante interesse para o projeto e que venham atuar nas ações por ele desenvolvidas.

c) Capacitação para pais - Esse produto busca prover a família com conhecimento e instrumentos necessários para que ela possa interferir de forma positiva no processo de formação de seus filhos, alertando-os continuamente e direcionando-os para a prevenção da violência e criminalidade. Foram capacitados 1.000 pais no programa PROERD.

d) Programas de Microcrédito - o projeto buscou parcerias com o setor financeiro visando a focalização de programas de micro-crédito para a comunidade atendida pelos Núcleos, de forma que estas tenham disponibilizados recursos para sua sustentabilidade e desenvolvimento. Em adição, busca a parceria com o SEBRAE e outras entidades similares para prover capacitação para famílias beneficiadas em gerenciamento de negócios, com o objetivo de atender até 500 famílias.

6 - Olimpíadas Cariocas

Este projeto consiste na realização de jogos de diversas modalidades esportivas com regras diferenciadas entre os jovens das comunidades integrantes do Circuito dos jogos do PAN. Tais regras foram criadas especificamente para este tipo de torneio, e visam uma melhor convivência, maior aceitação do espaço e respeito ao ordenamento social, incentivando o cumprimento de normas e leis através do esporte.

Este projeto está em desenvolvimento em parceria com a Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos e teve o lançamento no dia 21 do corrente, no Cais do Porto, com a participação de aproximadamente 7.000 pessoas, de mais de 90 comunidades.

7 - Cursos de Gestão de Políticas de Segurança Cidadã

Esta ação capacitou para atuação dos agentes de segurança pública durante os Jogos Pan-Americanos pelos cursos a seguir elencados:

- a) Cursos para segurança de dignitários;
- b) Cursos de Inteligência de Segurança Pública;
- c) Curso de Treinamento de Treinadores, para a capacitação de profissionais da área de segurança que atuarão em ações de controle do comércio legal e de combate ao tráfico ilícito de armas de fogo, munições e explosivos durante os Jogos Pan-Americanos.
- d) Capacitação em técnicas relacionadas à prevenção e controle de ameaças e sinistros de natureza nuclear.

8 - Polícias Comunitárias Implantada

Tem como objetivo fortalecer a Polícia Comunitária no Rio de Janeiro, por meio das seguintes ações:

- a) capacitação de 2.000 policiais, fundamentada no conceito Segurança Cidadã;
- b) fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança, por meio da capacitação de aproximadamente 150 lideranças comunitárias, visando conscientizá-las da importância da participação social na gestão das políticas e ações de Segurança Pública;
- c) promoção de seminários e oficinas sobre minorias, homofobia, criança e adolescente em conflito com a lei e a proteção dos idosos;

Nesta Ação foram realizadas despesas no valor de R\$ 45.986.581,00, envolvendo principalmente a transferência de recursos para o PNUD – (Cooperação técnica – treinamento e preparação de guias cívicos e cursos de línguas estrangeiras; capacitação de gestores, servidores, colaboradores e lideranças comunitárias em política de Segurança Cidadã e serviços necessários para a execução dos jogos; criação de um sistema de atenção e proteção da criança; apoio a iniciativas que objetivam a atenção e proteção a famílias em situação de risco residentes na região dos jogos; prevenção e controle da violência juvenil; realização de olimpíadas esportivas; implantação de Polícia Comunitária e centros de integração e cidadania; construção da Vila Olímpica nas comunidades e Posto do Batalhão Escolar; aquisição de bens e contratação de serviços para implementação do projeto); pagamento de diárias no país; aquisição de material de expediente; aquisição de material de consumo; pagamento de passagens para o país; pagamento de diárias a colaboradores eventuais no país; locação de bens móveis; PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; aquisição de equipamentos de processamento de dados, bem como o repasse recursos a ANP para realização de cursos.

A presente ação teve como principal fonte de recursos o financiamento do Tesouro Nacional.

Todas as ações e produtos propostos na da Ação em questão, foram executadas dentro dos limites orçamentários planejados e disponibilizados. Cabe salientar, que o controle orçamentário do PNUD é realizado através da moeda norte americana o dólares (U\$), tendo em vista que todo o projeto foi orçado em tal moeda e houve durante o período de execução uma depreciação do dólar, a execução em reais (R\$) foi menos do que o previsto.

Tendo em vista a escassez de servidores na SENASP/MJ, para o desenvolvimento eficaz do projeto, foi necessário a convocação de policiais das diversas instituições de todos os Estados da

Federação, a contratação de consultores, a utilização dos alunos capacitados no Projeto e os diversos líderes comunitários que atuam no Rio de Janeiro.

A principal dificuldade de implementação da ação foi o exíguo tempo para execução do projeto, tendo em vista que apenas em dezembro de 2005, ou seja, 18 meses antes do início dos Jogos houve a decisão quanto a escolha do Ministério da Justiça para coordenar a segurança dos Jogos. Cabe esclarecer que todo projeto foi formado e aprovado pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, o que demandou um tempo considerável ao já escasso tempo disponível. Entretanto, tais dificuldades foram supridas com a dedicação dos profissionais convocados e com o empenho do PNUD, que disponibilizou equipes específicas para tratar dos assuntos pertinentes as ações desenvolvidas nos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos.

A parceria através de Acordo de Cooperação Técnica Internacional com o PNUD foi fundamental para o êxito da ação, tendo em vista uma flexibilidade maior na execução, respaldada pelo Manual de Execução Nacional de Projetos e pelo Manual Convergência, normatizações jurídicas utilizadas em Acordos de Cooperação Internacional. Outra parceria que foi muito importante para o alcance dos resultados, foi a efetivada com os líderes comunitários das comunidades circunvizinhas ao circuito dos jogos, o que facilitou o acesso a tais comunidades, tendo em vista as peculiaridades impostas pelo crime organizado naquelas localidades.

Foram gastos com diárias e passagens o valor de R\$ 9.050.384,00, correspondentes ao planejamento e implantação das ações preventivas no Estado do Rio de Janeiro, visando os Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007.

O projeto intitulado BRA/06/019 – Construindo Segurança Cidadã, foi encerrado em 29 de fevereiro de 2008 e atualmente encontra-se na fase de fechamento contábil e prestação de contas.

4.1.1.3.3. Ação 1F65 - Implantação de Infra-Estrutura e de Sistemas Vitais de Suporte de Segurança Pública nos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007

4.1.1.3.3.1. Dados Gerais

Tipo Ação: Projeto

Finalidade: Implantar a infra-estrutura necessária para fornecer suporte às ações de segurança pública nos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007.

Descrição: Implantação de sistema único de comunicação e comando/controle, aberto para ligação entre todos os órgãos de segurança pública (federal, estadual e municipal); ampliação das câmeras no estado do Rio de Janeiro e da Central de Monitoramento da Secretaria Segurança Pública/RJ e do setor de transportes; implementação e ampliação no sistema de rastreamento de veículos; treinamento para atividades no Centro de Operações; adequação das estruturas dos estádios e locais de eventos esportivos; contratação de consultoria; construção e implantação do Centro Regional de Treinamento para formação de policiais condutores de cães de trabalho; patrulhamento e monitoramento aéreo de áreas críticas ou de situações adversas; aquisição de bens e contratação de serviços na área de tecnologia da informação e comunicação.

Unidade Responsável: Secretaria Nacional de Segurança Pública

Unidade Executora: 200331 - Secretaria Nacional de Segurança Pública

Coordenador: JOSÉ HILÁRIO NUNES MEDEIROS

4.1.1.3.3.2. Resultados

Por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), coube ao Ministério da Justiça a responsabilidade pela implementação do Plano de Segurança Pública dos XV Jogos Pan-Americanos de 2007 e dos III Jogos Para Pan-Americanos de 2007, no âmbito do Programa Segurança Cidadã. O referido plano envolve, de forma integrada e inovadora, todas as ações desenvolvidas no âmbito do projeto e a Implantação de Infra-estrutura e Sistemas Vitais de suporte de segurança Pública.

Foram implantados nos meses de fevereiro a julho de 2007, o Centro de comando e controle (dualizado), proporcionando a capacidade de despacho de viaturas e localização de ocorrências georeferenciadas, monitoramento da cidade e locais de jogos através de 1.500 câmaras, a instalação de sistema de radiocomunicação digital, criptografado, possibilitando a comunicação segura e a interoperabilidade dos órgãos de segurança pública das três esferas da administração, o recebimento e a capacitação de equipamentos de tecnologia anti-bombas (robôs, veículos especiais, roupas de proteção, etc.), o recebimento de aeronaves e acessórios relacionados a aviação de segurança pública, bem como a capacitação de pilotos, o recebimento de veículos, armamentos letais e não-letais, equipamentos de áudio e vídeo, equipamentos de proteção, de perícia, etc, bem como a capacitação de agentes públicos do estado do Rio de Janeiro e de outras unidades da federação, no manejo das ferramentas adquiridas.

A presente ação foram realizadas despesas no total de R\$ 296.629.829,00 com diárias e passagens; aquisição de material de expediente; aquisição de material de acondicionamento e embalagem; aquisição de material de manobra e patrulhamento; aquisição de material de proteção e segurança; aquisição de veículos, uniformes, aquisição de material para manutenção de veículos; despesas de manutenção e conservação de máquinas, equipamentos e veículos; manutenção e conservação de bens móveis serviços de gás, tendo como principal fonte de recursos o Tesouro Nacional.

Tendo em vista a escassez de servidores na SENASP/MJ, para o desenvolvimento do projeto foi necessário a convocação de policiais e servidores das diversas instituições de todos os Estados da Federação. Com tal propositura procurou-se disseminar o conhecimento de novos equipamentos e técnicas disponíveis no mercado, além de propiciar a execução da ação em questão.

A principal dificuldade de implementação da ação foi o exíguo tempo para execução do projeto, tendo em vista que apenas em dezembro de 2005, ou seja, 18 meses antes do início dos Jogos houve a decisão quanto à escolha do Ministério da Justiça para coordenar a segurança dos Jogos. Após tal aprovação é que tiveram início todos os processos licitatórios, o que demandou um tempo considerável, tendo em vista as nuances jurídicas que disciplinam a matéria, bem como as especificidades técnicas referente a especificação dos equipamentos. Tal problema foi suprido com a convocação de servidores especialistas em processos licitatórios, o que promoveu uma agilidade nos procedimentos. Outro problema encontrado, condiz a respeito do recebimento, atesto e pagamento de tais bens, pois devido a expressiva quantidade de itens, foi necessário a formação de comissões, visando assim a realização de tais procedimentos.

Foram gastos com diárias e passagens o valor de R\$ 22.866.077,00, correspondentes ao planejamento e implantação das ações preventivas no Estado do Rio de Janeiro, visando os Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007, com recursos provenientes do Tesouro Nacional.

4.1.1.3.4. Ação 1F64 - Preparação e Emprego da Força Nacional de Segurança Pública para os Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007

4.1.1.3.4.1. Dados Gerais

Tipo Ação: Projeto

Finalidade: Estruturar a Força Nacional de Segurança Pública e operacionalizar o seu emprego para controle e combate à criminalidade, nos jogos Pan e Para Pan Americanos de 2007.

Descrição: Capacitação e disponibilização da Força Nacional para atuação nos Jogos Pan e para Pan Americanos; capacitação e treinamento das organizações de segurança pública e defesa social do Estado e do Município do Rio de Janeiro para operar nos jogos; aquisição de bens e contratação de serviços, suprimento de fundos, diárias, passagens, alimentação, treinamento, cursos e pagamento de horas/aula e indenizações com o objetivo do pleno atendimento as atividades exercidas pela Força Nacional de Segurança Pública nos Jogos Pan e Para Pan Americanos.

Unidade Responsável: Secretaria Nacional de Segurança Pública

Unidade Executora: 200331 - Secretaria Nacional de Segurança Pública

Coordenador: Luiz Antônio Ferreira

4.1.1.3.4.2. Resultados

Durante a realização dos jogos Pan-Americanos foram integrados às forças de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, 3.600 policiais, oriundos dos entes federados, demonstrando assim a cooperação federativa.

O referido contingente foi empregado para atender aos locais de realização dos Jogos, utilizando para tanto técnicas operacionais de policiamento comunitário e equipamentos não-letais, como também a participação em operações com enfrentamento às quadrilhas, em auxílio as forças de segurança, destacando as operações junto ao Complexo do Alemão.

Cabe destacar, que a operacionalidade da Força Nacional, durante os Jogos Pan-Americano 2007, proporcionou a sociedade carioca, a sensação de segurança e a imediata percepção da redução dos índices de criminalidade.

Outro aspecto positivo a ser considerado diz respeito à satisfação pessoal dos policiais envolvidos no evento, elevando o moral e a auto-estima do policial, decorrente das condições de trabalho oferecidas pela SENASP (equipamentos de proteção individual, fardamentos e acessórios adequados a missão).

Em que pese às dificuldades enfrentadas na disponibilização de instalações físicas necessárias ao alojamento do efetivo, a capacidade de superação da tropa foi suficiente para o enfrentamento das adversidades, sem prejuízo da qualidade do serviço prestado.

Nesta Ação foram realizadas despesas no valor de R\$ 48.950.234,00, com recursos provenientes do Tesouro Nacional, nas aquisições de explosivos e munições; aquisição de material de cama; aquisição de uniformes; aquisição de material de manobra e patrulhamento; despesas com diárias e passagens. Para composição do efetivo da Força Nacional foram gastos com diárias e passagens o montante de R\$ 31.262.748,00. Os recursos disponibilizados atenderam a finalidade da Ação.

Destacamos que em todas as Ações a execução efetuada foi autorizada pelo Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública. Para as aquisições realizadas, foram utilizados os procedimentos previstos na Lei das licitações.

Resultado Geral das Ações dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos 2007

Inicialmente o plano previa o policiamento de relacionamento, isto é, a presença policial ostensiva de forma intensa, capaz de gerar sensação de segurança sem inviabilizar a fluidez da cidade durante a realização dos jogos. Este objetivo foi plenamente alcançado, haja vista que não houve qualquer problema de trânsito em razão do aparato de segurança, nem mesmo no dia da abertura, quando houve, no mesmo local, a concentração de todos os envolvidos no evento.

No interior das instalações, os pequenos incidentes ocorridos, foram prontamente atendidos pelo aparato de segurança, utilizando procedimentos e equipamentos não-letais, inaugurando, assim, um novo modelo de segurança de eventos esportivos.

Todos os locais de jogos foram atendidos pelo aparato de segurança considerando os aspectos do local do evento e a natureza das competições.

O plano também alcançou o objetivo de garantir a segurança dos locais de jogos sem prejuízo da segurança da cidade e do estado como um todo. A prova disso é que os índices de ocorrências caíram, não só nos locais de jogos, como em outras áreas da cidade. Foi identificado a redução acima de 20% na incidência de furtos de veículos, roubo a celular e transeunte nas regiões onde ocorreram as atividades dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos 2007.

A mídia, sempre muito crítica quanto a segurança no Rio de Janeiro, após a implementação do plano, é recorrente em reconhecer a eficiência do sistema de segurança e reproduzir a sensação de segurança alcançada pela população.

Cabe salientar, o profissionalismo dos efetivos envolvidos, principalmente os oriundos de outros estados, que mesmo em grande quantidade, concentrados no mesmo período e no mesmo local, garantiu a execução do plano sem que houvesse registros significativos de desvio de conduta que comprometessem a execução do mesmo ou a imagem das instituições.

4.1.1.3.5. Ação 09HG - Apoio à Implantação de Projetos de Prevenção da Violência

4.1.1.3.5.1. Dados Gerais

Tipo Ação: Operações Especiais

Finalidade: Apoiar os Estados, Distrito Federal, Municípios e Consórcios Intermunicipais na elaboração e implementação de projetos multissetoriais de prevenção da violência, com o objetivo de combater a criminalidade e a discriminação, bem como promover meios para o preparo constante de profissionais de segurança, sociedade civil organizada, lideranças comunitárias e comunidade, de forma geral, na participação e gestão da segurança pública.

Descrição

- a) Apoiar a proposição, organização, sistematização, implantação e divulgação de:
 1. Projetos estaduais, regionais e municipais de prevenção primária e secundária da criminalidade e violência;
 2. Consórcios municipais de prevenção primária e secundária da criminalidade e violência;
 3. Projetos de gestores comunitários de segurança pública em prevenção primária e secundária da criminalidade e violência.
- b) Apoiar a criação e implantação de:
 1. Conselhos de Segurança Pública;
 2. Ouvidorias de Polícia;
 3. Pólos permanentes de análise e discussão de projetos de prevenção primária e secundária da criminalidade e violência junto às instituições de segurança pública.
- c) Sistematizar e manter:
 1. Cadastro de experiências bem sucedidas de prevenção primária e secundária da criminalidade e violência;
 2. Cadastro com denúncias de violação de direitos humanos e as correspondentes providências adotadas nos estados e Distrito Federal.
- d) Constituir e apoiar a Política Nacional de Polícia Comunitária e Segurança Comunitária, mediante o apoio à implementação de projetos e a divulgação de experiências em todo o País.

Unidade Responsável: Secretaria Nacional de Segurança Pública

Unidade Executora: 200331 - Secretaria Nacional de Segurança Pública

Coordenadora: Cristina Gross Villanova

4.1.1.3.5.2. Resultados

A Ação **Prevenção da Violência** tem por objetivo sedimentar, junto aos Estados, Distrito Federal e municípios, a implementação de políticas públicas voltadas a prevenção da violência e da criminalidade, ou seja, que os executivos estaduais e municipais implementem políticas públicas que se antecipem à ocorrência de fatos delituosos, reduzindo as condicionantes que possam facilitar a ocorrência de crimes e de situações de violência. Por meio de diagnósticos realizados pela própria SENASP ou apresentados pelas unidades federadas, procura-se atingir o público mais vulnerável a situações de violência e criminalidade.

O público-alvo prioritário das atividades de prevenção são crianças, adolescentes e jovens até 24 anos, sendo que o Governo Federal também procura inserir nos projetos executados, temas trabalhados de forma articulada com outros órgãos governamentais. Exemplos disso são as parcerias com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Secretaria Nacional de Justiça, nos temas “Criança e Adolescente”, “Mulheres”, “Sistema Nacional de Proteção a Defensores de Direitos Humanos”, “Livre Orientação Sexual” e “Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas”.

Conforme análise da redução de homicídios em municípios do Estado de São Paulo que tiveram seus projetos apoiados com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, constatou-se que estes tiveram uma redução de homicídios maior do que a média nacional, considerando o fator

dos projetos financiados, conjuntamente com as ações pertinentes ao desarmamento e a existência de estrutura, em âmbito municipal, voltada para a segurança pública – existência de Secretaria Municipal de Segurança e Guarda Municipal.

Visando dar nova dinâmica às atividades de prevenção a criminalidade, propiciando ambiente de parceria entre a polícia e o cidadão, empreendemos esforços no sentido de consolidar uma filosofia nacional de Polícia Comunitária. Nesse enfoque uniformizamos a doutrina de Polícia Comunitária por meio da publicação de dois livros – Curso de Multiplicador de Polícia Comunitária e Curso de Promotor de Polícia Comunitária – e realizamos cursos de Promotores de Polícia Comunitária, em parceria com as Secretarias de Segurança Pública Estaduais, para mais de 22.000 alunos em todo país. No contexto da realização destes cursos, na mesma sala de aula tínhamos profissionais de segurança pública das diversas forças – policiais civis e militares, bombeiros e guardas municipais – bem como representantes da sociedade civil, sobejando um fortalecimento nas relações polícia-comunidade, sendo uma ação preparatória para as atividades do PRONASCI. É importante destacar que a filosofia da Polícia Comunitária foi construída a partir do debate e da experiência de profissionais de segurança pública de todo país, bem como de especialistas na área de segurança e prevenção, que, a partir dos eixos norteadores do SUSP, construíram a Política Nacional, possibilitando o aproveitamento dos diferentes saberes e características regionais.

Em 2007 foi realizado Seminário Nacional sobre Polícia Comunitária, o qual reuniu, aproximadamente, 550 participantes, com a realização de um alinhamento da Política Nacional, com a prestação de contas das ações realizadas.

Em novembro de 2007, foi realizado o Fórum Internacional de Gabinetes de Gestão Integrada (GGIs), envolvendo inclusive países fronteiriços com o Brasil, no qual obteve-se um avanço no direcionamento estratégico da atuação dos GGI no sentido da promoção da integração sistêmica dos órgãos e instituições transnacionais, federais, estaduais e municipais, no planejamento e execução de ações integradas de prevenção e enfrentamento da violência e criminalidade local e transnacional. O GGI é um fórum deliberativo e executivo, responsável por coordenar o SUSP nas Unidades Federativas. Presentes nas 27 Unidades da Federação, congregam representantes do sistema de segurança pública nas esferas federais, estaduais e municipais, tendo como princípios de atuação a deliberação por consenso, desprendimento pessoal, pensamento sistêmico, sem hierarquia, respeitando a autonomia das instituições participantes e com foco na cidadania. Desde 2003, atua em ações preventivas e de enfrentamento do crime organizado, tais como o combate à lavagem de dinheiro, ao tráfico de drogas, de armas e de seres humanos, além da interação entre as polícias Federal e Estaduais na investigação de crimes. Cabe ressaltar, que a execução do PRONASCI tem como um de seus pilares a implementação de GGI em âmbito Municipal para a articulação multidisciplinar entre a polícia e a sociedade.

Nesta Ação foram realizadas despesas no valor de R\$ 54.423.384,00, com recursos provenientes do Tesouro Nacional, sendo R\$ 34.191.148,00, para 99 convênios municipais; R\$ 13.339.373,00, para 33 convênios estaduais; R\$ 6.586.500,00, em aquisições de veículos para DEAM e Guardas Municipais e R\$ 306.363,00, em diárias e passagens. Os recursos disponibilizados atenderam a finalidade da Ação.

As ações em parceria possibilitaram, em especial, a implementação de políticas públicas específicas para as temáticas trabalhadas. Exemplo disso é a consolidação de uma política nacional para enfrentamento da violência doméstica e de gênero, além da elaboração e disponibilização de cursos específicos de formação para profissionais de segurança pública.

Com resultados obtidos por meio da Pesquisa Organizacional das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), foi possível verificar as necessidades de equipamentos nas unidades funcionais. Com isso foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria Especial de Políticas Para Mulheres, onde foram adquiridos equipamentos de informática visando o fortalecimento das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAM, os quais possibilitaram a qualificação técnica e tecnológica dos serviços prestados.

4.1.1.3.6. Ação 8545 - Apoio à Repressão Qualificada

4.1.1.3.6.1. Dados Gerais

Tipo Ação: Atividade

Finalidade: Apoiar a implementação e coordenação de atividades integradas e operações especiais de Segurança Pública voltadas ao controle e repressão à criminalidade.

Descrição:

- Apoio à implementação e coordenação de atividades integradas e operações especiais de Segurança Pública desenvolvidas pelos órgãos federais (Polícia Federal e Rodoviária Federal) e/ou estaduais (Polícias Civil e Militar), em todo o território nacional.
- Operações Integradas: Áreas de fronteira internacional em apoio aos órgãos federais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Forças Armadas Brasileiras e Secretaria da Receita Federal); Áreas urbanas em apoio aos órgãos de segurança pública dos estados para controle da criminalidade; Combate ao crime organizado em áreas localizadas do território nacional;
- Operações combinadas de segurança pública.

Unidade Responsável: Secretaria Nacional de Segurança Pública

Unidade Executora: 200331 - Secretaria Nacional de Segurança Pública

Coordenador: João Francisco Goulart dos Santos

4.1.1.3.6.2. Resultados

A Ação **Apoio à Repressão Qualificada** tem por objetivo a implementação de atividades integradas de Segurança Pública voltadas ao controle e repressão da criminalidade em áreas específicas localizadas em todo o território nacional, a SENASP estipulou e está executando as seguintes ações:

1. Atuação em todo o território nacional no controle e combate da criminalidade em eventos episódicos;
2. Disponibilização de informações de inteligência comuns às instituições policiais para permitir a orientação de suas ações de repressão à criminalidade;
3. Padronização de procedimentos operacionais para emprego da Polícia Militar em atividades ostensivas e de investigação policial na Polícia Civil. Os procedimentos garantem mais eficiência nos indiciamentos e no conjunto probatório recolhido para instrumentalizar os processos judiciais;
4. Estímulo a ações integradas entre os órgãos de inteligência policial para controle e combate do crime organizado;
5. Criação de equipes especiais e órgãos especializados em nível estadual para atuar em parceria com órgãos federais e estaduais;

Nesta Ação foram realizadas despesas no valor de R\$ 18.119.188,00, com diárias e passagens, com recursos provenientes do Tesouro Nacional, para atender as operações no Rio de Janeiro, antes, durante e após os Jogos Pan e Para-Pan-Americanos. Integraram as referidas operações policiais civis e federais. Nesse sentido, a força trabalho disponível para sua execução, foram suficientes para o atendimento das tarefas.

4.1.1.3.7. Ação 2B00 - **Força Nacional de Segurança Pública**

4.1.1.3.7.1. Dados Gerais

Tipo Ação: Atividade

Finalidade: Estruturar a Força Nacional de Segurança Pública e operacionalizar o seu emprego em todo o território nacional, para controle e combate de criminalidade em eventos episódicos.

Descrição:

- Aquisição de bens e serviços para a constituição de equipes multidisciplinares da Força Nacional de Segurança Pública;
- Alocação de meios para o preparo constante dos profissionais escolhidos para atuar na Força Nacional de Segurança Pública e sua efetiva atuação.

Unidade Responsável: Secretaria Nacional de Segurança Pública

Unidade Executora: 200331 - Secretaria Nacional de Segurança Pública

Coordenador: Luiz Antônio Ferreira

4.1.1.3.7.2. Resultados

No primeiro e segundo trimestre de 2007 foram Capacitados 4.373 Policiais e Bombeiros Militares na área de repressão qualificada e prevenção a violência em locais de difícil acesso e com grande concentração populacional voltados a uma modelagem de abordagem focada na proteção da população residente. Foi estabelecido um padrão de atuação com a utilização de armas e munições não letais. No Estado do Rio de Janeiro, ocorreram, instruções e operações policiais, sendo que no Distrito Federal e no Estado do Maranhão o correram somente operações policiais.

Nesta Ação foram realizadas despesas no total de R\$ 36.312.260,00, com recursos provenientes do Tesouro Nacional, com diárias e passagens e serviços de manutenção de veículos. Para capacitação e emprego do efetivo da Força Nacional foram gastos R\$ 35.517.487,00 com diárias e passagens.

4.1.1.3.8. Ação 5000 - Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

4.1.1.3.8.1. Dados Gerais

Tipo Ação: Projeto

Finalidade: Promover a valorização da informação como instrumento de ação das instituições de segurança e assim contribuir para a difusão da gestão de segurança pública, para qualificar, democratizar, racionalizar e incrementar a eficiência, eficácia e efetividade das ações implementadas, proporcionando a transparência dessas.

Descrição: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais envolve a execução das seguintes ações:

- a) Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais, envolvendo a criação e manutenção, em cooperação com Estados e Municípios, dos seguintes subsistemas:
 1. Sistema de Monitoramento da Criminalidade em Ambiente Urbano - Terra Crime - objetivando o desenvolvimento de análises estatísticas do fenômeno da criminalidade em ambiente urbano;
 2. Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, objetivando a coleta e recuperação de informações criminais quantitativas e qualitativas;
 3. Sistema de Avaliação e Monitoramento de Implantação dos Planos Estaduais e Municipais de Segurança Pública, bem como os convênios celebrados com os Entes Federados, com base na aplicação dos recursos do FNSP; e
 4. Portal Internet - implantação de sistema de comunicação de 1. informações on line para o público interno e externo às agências de segurança pública e justiça criminal;
- b) Envolve também a execução das seguintes ações:
 1. Integração do Sistema Nacional de Informações e Identificação Criminal (SINIC-AFIS), possibilitando maior eficácia na troca de informações criminais entre as Secretarias Estaduais, a Polícia Federal e a SENASP;
 2. Estruturação de uma política de incentivo à elaboração de estudos e pesquisas aplicadas em segurança pública e justiça criminal;
 3. Adequação lógica para a modernização ou implantação de sistemas de informações e de sistemas de telecomunicações compartilhados com sistemas de gerenciamento de bancos de dados;
 4. Dotar as Instituições de Segurança Pública de equipamentos e qualificação para produção de prova através da reestruturação e desenvolvimento tecnológico das

áreas: fonética forense; perícia em DNA; sistema de identificação digital criminal - AFIS; sistemas de comparação balística; geofísica forense; medicina legal; entomologia forense; entorpecentes; Toxicologia e Química Forenses; e crimes ambientais,

5. Implementação do Sistema Nacional de Identificação Civil (RIC).

Unidade Responsável: Secretaria Nacional de Segurança Pública

Unidade Executora: 200331 - Secretaria Nacional de Segurança Pública

Coordenador: Marcelo Ottoni Durante

4.1.1.3.8.2. Resultados

A implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais tem como objetivo principal institucionalizar a informação como principal ferramenta de trabalho dos órgãos de segurança pública, ou seja, fundamentar os processos de gestão nos níveis tático, estratégico e administrativo no desenvolvimento contínuo de diagnósticos e no monitoramento dos resultados alcançados. Para tal, é necessário não só investir na construção e manutenção de sistemas de informação, mas também criar, modernizar e qualificar a estrutura de recursos físicos e humanos para dar suporte ao funcionamento desses sistemas e capacitar a estrutura de gestão dos órgãos de segurança pública no sentido de se tornarem aptas para o uso dos conhecimentos produzidos nos processos de tomada de decisão.

O principal resultado a ser destacado para esta ação foi a implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESPJC). Desde 2004, estamos coletando regularmente estatísticas de todas as unidades da federação relativas a mais de 50 tipos de ocorrências criminais diferentes, perfil dos gastos dos órgãos de segurança pública, quantitativo de recursos físicos (armas, viaturas, rádios, etc) e recursos humanos. Nossas fontes de informação são as Polícias Militares e Civas, Corpos de Bombeiros e Guardas Municipais. Cabe salientar que a implantação do sistema exige um trabalho político enorme, pois o envio de estatísticas de segurança pública para o SINESPJC ainda não é regulamentada por lei, dependendo continuamente da gestão política com os estados.

Outro resultado importante a ser destacado foi a criação de uma sistema de monitoramento contínuo da implantação e funcionamento do SUSP, que orienta a equipe da SENASP no sentido de aperfeiçoar seu trabalho para garantir o alcance de sua meta. Este monitoramento envolve a realização de visitas contínuas aos estados e avaliação de documentação relativa a adoção pelos estados das diretrizes traçadas pelo Sistema Único de Segurança Pública, garantindo que a política nacional de segurança pública seja adotada pelos estados e municípios. Esta ação envolve gastos relativos apenas as visitas aos estados para acompanhamento das ações executadas.

A criação do Laboratório Democrático de Práticas de Prevenção também deve ser destacado como resultado efetivo desta ação, pois pela primeira vez na história brasileira, o Ministério da Justiça possui informações sistematizadas e divulgadas em relação a mais de 300 práticas de prevenção, deixando claro a adoção de uma nova postura que valoriza a prevenção como estratégia de ação em segurança pública. Esta ação não levou a nenhum gasto.

Outro resultado importante desta ação é a produção contínua de diagnósticos da situação da segurança pública no Brasil e sua divulgação para a sociedade pelo Portal Segurança Cidadã. Cabe salientar que a criação do PRONASCI tem como fundamento a elaboração de um diagnóstico produzido a partir das informações coletadas pelo SINESPJC. Neste contexto, a transparência também é sinal significativo da adoção de uma nova postura pelo Ministério da Justiça, pois a segurança pública vem deixando de seu assunto restrito aos profissionais da área.

Por fim, destacamos: investimentos em ações relacionadas a estruturação e modernização da perícia, onde por meio de aquisições direta, foram adquiridos, materiais e equipamentos, para doação aos entes federados para composição de laboratórios de DNA e o repasse de recursos para estados e municípios no sentido de aperfeiçoar e estrutura de recursos físicos, tecnológicos e humanos. Esse repasse é responsável pela qualificação do uso das informações nos Estados pelos órgãos de segurança pública e também pelo fato de termos atualmente a resposta de todas as unidades da federação ao SINESPJC.

Nesta Ação foram realizadas despesas no total de R\$ 18.905.309,00, provenientes do Tesouro Nacional, sendo R\$ 705.810,00, para convênios municipais; R\$ 13.175.049,00, para convênios estaduais e R\$ 5.024.450,00, em aquisições de bens para a polícia técnica científica.

4.1.1.3.9. Ação 3916 - **Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais Seg. Pública**

4.1.1.3.9.1. Dados Gerais

Tipo Ação: Projeto

Finalidade: Instalar unidades físicas, com infraestrutura adequada, para o exercício das funções de segurança pública.

Descrição: Desenvolvimento de projetos voltados para a construção ou adequação de instalações físicas, aparelhadas e equipadas para o desempenho das atividades de segurança pública, como centros integrados de operações de segurança pública, centros integrados de cidadania, unidades de perícia, bem como Secretarias Nacional, Estaduais e Municipais de Segurança Pública, e outras unidades correlatas.

Unidade Responsável: Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP.

Unidade Executora: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP

Coordenador: Ronaldo Adilson da Silva

4.1.1.3.9.2. Resultados

A Ação Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais de Segurança Pública tem por objetivo a instalação de unidades físicas com infra-estrutura para o exercício das funções de segurança pública, a SENASP estimulou o desenvolvimento de projetos voltados para a construção ou adequação, como centros integrados de operações de segurança pública, centros integrados de cidadania, unidades de perícia, bem como as Secretarias de Segurança Pública e unidades correlatas.

Nesta Ação foram realizadas despesas no valor de R\$ 26.967.565,00, com recursos provenientes do Tesouro Nacional, sendo R\$ 1.131.416,00, para 2 convênios municipais; R\$ 25.836.149,00, para 42 convênios estaduais. Os recursos disponibilizados atenderam a finalidade da Ação.

4.1.1.3.10. Ação 3912 - **Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública (Segurança Cidadã)**

4.1.1.3.10.1. Dados Gerais

Tipo Ação: Projeto

Finalidade: Apoiar a modernização organizacional e tecnológica das instituições de Segurança Pública.

Descrição:

- Apoio a elaboração e implementação de projetos de modernização organizacional e tecnológica das instituições estaduais e municipais de segurança pública;
- estudo e implementação de experiências de outros países no desenvolvimento e implantação de técnicas e modelos operacionais e de gerenciamento policial;
- apoio ao aperfeiçoamento dos sistemas logísticos e dos recursos tecnológicos para o desempenho das atividades de prevenção e controle e de ações de prevenção da violência e criminalidade em meio urbano;

- formulação e proposição das diretrizes para elaboração, execução e controle de um plano da qualidade no âmbito das organizações policiais;
- apoio à estruturação e modernização das Corregedorias de Polícia, com objetivo de qualificar e agilizar o controle interno da atividade policial;
- implantação da Rede Sulamericana de Segurança Cidadã;
- desenvolvimento e implantação de projetos e ferramentas de cooperação técnica internacional.

Unidade Responsável: Secretaria Nacional de Segurança Pública

Unidade Executora: 200331 - Secretaria Nacional de Segurança Pública

Coordenador: Pehkx Jones Gomes da Silveira

4.1.1.3.10.2. Resultados

Ao longo do ano de 2007 foram repassados os valores abaixo, totalizando R\$ 17.400.000,00, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/04/029 – SEGURANÇA CIDADÃ, firmado entre a SENASP/MJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, onde foram realizadas ações visando instrumentalizar a SENASP e o Ministério da Justiça na concepção, suporte e sustentação de todas as iniciativas do poder público federal, especialmente buriladas no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), em alguns dos seus eixos temáticos previstos na parceria internacional acima referida, são eles:

- ✓ Valorização profissional dos policiais;
- ✓ Fortalecimento institucional dos órgãos de segurança pública;
- ✓ Reorganização e revitalização de espaços e equipamentos urbanos;
- ✓ Políticas Sociais de prevenção à violência (capacitação de atores sociais da comunidade civil para a prática cidadã. Ex. mediador de conflitos).

Esclarecemos ainda que foi firmado convênio no valor R\$ 3.000.000,00, totalizando R\$ 20.400.000,00.

4.1.1.3.11. Ação 7797 - **Reaparelhamento das Instituições de Segurança Pública - PNAPOL**

4.1.1.3.11.1. Dados Gerais

Tipo Ação: Projeto

Finalidade: Apoiar o reaparelhamento das instituições de Segurança Pública.

Descrição: Aquisição de equipamentos voltados ao emprego operacional e administrativo das instituições de Segurança Pública (aquisição de armas, munições e equipamentos letais e não letais; veículos, embarcações e aeronaves voltados ao emprego operacional e administrativo; equipamentos de proteção individual; equipamentos de radiocomunicações; mobiliário e materiais diversos para atividade administrativa funcional dos órgãos de segurança pública).

Unidade Responsável: Secretaria Nacional de Segurança Pública

Unidade Executora: 200331 - Secretaria Nacional de Segurança Pública

Coordenador: João Francisco Goulart dos Santos

4.1.1.3.11.2. Resultados

A Ação Reaparelhamento das Instituições de Segurança Pública com a finalidade de implementar projetos de modernização das organizações estaduais e municipais de segurança pública, priorizando as atividades funcionais e operacionais das polícias e guardas municipais por

intermédio de recursos do Tesouro ou investimentos internacionais, a SENASP estipulou e está executando as seguintes ações:

1. Ampliação, efetivação e solidificação da presença das instituições policiais brasileiras em todo o território nacional;
2. Modernização e adequação das instalações físicas de materiais e equipamentos adequados para a atividade administrativa e operacional;
3. Implantação de meios de transporte aéreo, terrestre e de patrulha portuária e costeira, considerando as peculiaridades geográficas e a natureza da missão de cada instituição;
4. Desenvolvimento e implantação de técnicas e modelos operacionais e de gerenciamento policial direcionados para a prevenção e repressão à criminalidade inspirados em experiências de sucesso em outros países;
5. Aperfeiçoamento dos sistemas logísticos e os recursos tecnológicos para o desempenho das atividades de prevenção e repressão à criminalidade;
6. Aperfeiçoamento do atendimento ao cidadão, ampliando os canais de comunicação entre as instituições policiais e a sociedade civil;
7. Desenvolvimento de metodologias operacionais e táticas, em nível local, regional e nacional e a definição de políticas de controle e intervenções em áreas estratégicas;
8. Formulação e proposta das diretrizes para elaboração, execução e controle de um Plano da Qualidade no âmbito das organizações policiais, articulando esforços para o contínuo aprimoramento dos serviços prestados à comunidade e à administração pública;
9. Proposição de iniciativas de renovação e modernização da cultura institucional organizacional predominante nas instituições de segurança brasileiras;
10. Apoio a projetos em 54 Forças Policiais Estaduais (dois por Estado) e 70 Guardas Municipais (dez municípios da Região Norte, cinco da Região Centro-Oeste, Cinco da Região Nordeste, dez da Região Sul e 40 da Região Sudeste).
11. Apoio à estruturação e modernização das Corregedorias de Polícia, com objetivo de qualificar e agilizar o controle interno da atividade policial;
12. Aquisição de equipamentos voltados ao emprego operacional das organizações de segurança pública:
 - Armas, munições e equipamentos letais e não-letais;
 - Veículos e aeronaves voltados ao emprego operacional e administrativo;
 - Equipamentos de proteção individual;
 - Equipamentos de radiocomunicações para emprego operacional das organizações de segurança pública;
 - Mobiliário e materiais diversos para atividade administrativa funcional dos órgãos de segurança pública que estejam inseridos no contexto da modernização da gestão de segurança pública.

Nesta Ação foram realizadas despesas no valor de R\$ 162.214.610,00, com recursos provenientes do Tesouro Nacional, sendo R\$ 310.640,00, para convênio municipal; R\$ 108.943.549,00, para convênios estaduais e R\$ 52.660.421,00, em aquisições de pistolas, capacetes balísticos, coletes balísticos, beliches e armários, controle de acesso e veículos, os quais serão doados aos entes federados. Os recursos disponibilizados atenderam a finalidade da Ação.

4.1.1.3.12. Ação 2C56 - Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização - Rede INFOSEG

4.1.1.3.12.1. Dados Gerais

Tipo Ação: Atividade

Finalidade: Integrar e disponibilizar as informações de segurança pública, justiça e fiscalização no auxílio ao combate da criminalidade e apoio à fiscalização.

Descrição:

Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização - REDE INFOSEG - constituindo um mecanismo de integração de bases de dados com informações de registros criminais (inquéritos, processos criminais, mandados de prisão e narcotráfico), além de veículos nacionais, CNH, armas (DPF e Exército) e CPF/CNPJ, dentre outras, das diversas instituições de segurança pública, justiça e fiscalização do Brasil:

- Aquisição de equipamentos/produtos de tecnologia da informação e comunicação: Servidores (computadores), computadores pessoais, dispositivos de armazenamento de dados, infraestrutura de monitoramento, dispositivos de difusão e comunicação móvel, equipamentos e softwares para a segurança da informação, softwares e licenças de uso, atualização, manutenção e suporte de softwares e equipamentos, equipamentos e soluções para "alta-disponibilidade".
- Contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação: comunicação de dados, consultorias especializadas, empresas prestadoras de serviços em tecnologia da informação e comunicação.
- Aquisição de Infraestrutura para a Tecnologia da Informação: infra-estrutura elétrica, lógica, climatização, monitoramento de ambientes físicos, controles de acesso físico e lógico, acondicionamento de equipamentos, estrutura e elementos de preservação e proteção física das informações e dos equipamentos de tecnologia, pisos elevados, dispositivos de detecção, prevenção e combate a incêndios e serviços.
- Capacitação, treinamento e repasse tecnológico e difusão de conhecimento: passagens, diárias, locação de salas e auditórios para cursos, cursos para capacitação da equipe SENASP nas tecnologias empregadas, treinamento de colaboradores, manutenção dos equipamentos e sistemas remotos da SENASP.
- Divulgação dos trabalhos realizados: contratação de empresas especializadas na divulgação dos trabalhos executados, como produção de vídeos informativos, de vídeos educativos dos usuários, produção de folders, informativos e formulários necessários para a divulgação da ação REDE INFOSEG. Produção de canetas, agendas e camisas com a marca REDE INFOSEG e Governo Federal.
- Cooperação técnica com organismos internacionais para execução de projetos inerentes à Rede INFOSEG.

Unidade Responsável: Secretaria Nacional de Segurança Pública

Unidade Executora: 200331 - Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP

Coordenador: Reinaldo Las Cazas

4.1.1.3.12.2. Resultados

A REDE INFOSEG integra as informações de segurança pública, justiça e fiscalização em todas as 27 unidades da federação e propicia o acesso a essas informações pelos agentes de segurança pública, justiça e fiscalização no combate a criminalidade. As seguintes ações são executadas pela SENASP referentes à Rede INFOSEG;

1. Reestruturação da REDE INFOSEG, que atualmente disponibiliza dados de indivíduos com indicações criminais, veículos, condutores e armas, no que diz respeito à estrutura de consultas, atualização dos dados, disponibilidade de acesso e recuperação de auditoria;
2. Integração de dados de veículos, armas e indivíduos com indicações criminais entre os países do MERCOSUL e países associados, integrado ao INFOSEG;
3. Integração de informações de identificação civil, visando disponibilizar aos institutos de identificação civil uma ferramenta de trabalho para a pesquisa de dados de registro civil nacional, evitando desta forma, que um mesmo cidadão possa obter duas identidades civis;
4. Integração da Rede INFOSEG com os tribunais de justiça em relação aos dados de processos e mandados de prisão, evitando a morosidade do envio dessas informações dos

tribunais de justiça estaduais às secretarias de segurança pública (responsáveis atualmente pela alimentação dos dados no INFOSEG);

5. Integração da Rede INFOSEG aos dados de pessoa física e jurídica das bases de dados da Receita Federal, conforme convênio já estabelecido entre a SENASP e o Ministério da Fazenda, visando obter mais informações para a área de Inteligência das polícias;

6. Manutenções evolutivas na Rede INFOSEG para implementação de solução de segurança e antivírus por meio de novo teclado virtual, evoluções no sistema e monitoramento dos acessos;

7. Monitoramento de veículos integrado a Rede INFOSEG através de capturas de imagens das placas de veículos, a partir de câmeras instaladas em postos policiais, conversão dessas imagens para texto, verificação junto à base nacional de veículos disponibilizada pela SENASP e emissão de alarme quando detectado indicação de roubo ou furto de um veículo no posto policial;

8. Desenvolvimento do Portal corporativo da Rede INFOSEG para a disponibilização de fórum, chat, administração e publicação de conteúdo de forma dinâmica;

9. Integração de dados de certidões de nascimento, óbito e invalidez a Rede INFOSEG;

10. Integração dos dados da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) a Rede INFOSEG;

11. Regulamentação contemplando normas e procedimentos quanto à utilização, alimentação das informações, políticas de segurança e de acesso da Rede INFOSEG.

Vale ressaltar que a Rede INFOSEG já oferece consulta aos veículos roubados tanto no Brasil quanto em países do Mercosul.

Atualmente a Rede INFOSEG tem cerca de 100 mil acessos por dia, com o maior pico na casa de 130 mil.

Nesta Ação foram realizadas despesas no valor de R\$ 12.216.083,00, com recursos provenientes do Tesouro Nacional, para manutenção dos links da Rede Infoseg, com os estados, órgãos e demais instituições associados; eventos e controle de acesso. Os recursos disponibilizados atenderam a finalidade da Ação.

4.1.1.3.13. Ação 2320 - **Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional**

4.1.1.3.13.1. Dados Gerais

Tipo Ação: Atividade

Finalidade: Planejar, implementar, coordenar e supervisionar as atividades de ensino, gerencial, técnico e operacional, dos profissionais das agências de Segurança Pública em cooperação com Estados, Municípios e Distrito Federal; Identificar e propor novas metodologias e técnicas de ensino voltadas ao aprimoramento das atividades de Segurança Pública, Defesa Social, Justiça Criminal e órgãos periciais. Promover formação continuada dos profissionais de Segurança Pública, Justiça Criminal, Defesa Social, órgãos periciais e gestores locais de segurança.

Descrição:

1. Implantação do Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional em Segurança Pública;
2. Apoio a integração das instituições responsáveis pela formação e Educação em Segurança Pública;
3. Desenvolvimento da Rede Nacional de Educação à Distância para a Segurança Pública;
4. Desenvolvimento da Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública - RENAESP;
5. Desenvolvimento do Programa Nacional de Qualidade de Vida para os profissionais de segurança pública;
6. Desenvolvimento da Matriz Curricular Nacional para a formação em Segurança Pública e Matriz para Guardas Municipais;
7. Distribuição de materiais didáticos e difusão de metodologias especiais em segurança pública;
8. Promoção de ações formativas para profissionais de Segurança Pública (Cursos, Seminários, Oficinas, Encontros e Congresso), inclusive com o pagamento de hora-aula;
9. Apoio à publicação de obras, cartilhas e manuais;

10. Implementação de políticas de formação continuada e de qualificação de Guardas Municipais;
11. Implantação de Centros de Atendimento psicossocial aos policiais e suas famílias; e
12. Apoio ao desenvolvimento de programas específicos de atendimento psicossocial.

Unidade Responsável: Fundo Nacional de Segurança Pública - Fnsp.

Unidade Executora: Secretaria Nacional de Segurança Pública

Coordenador: Juliana Márcia Barroso

4.1.1.3.13.2. Resultados

REDE NACIONAL DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA

Universidade Corporativa de Segurança Pública – Desenvolvimento de Ciclos de Cursos a Distância

No exercício de 2007 foram capacitados 66.839 (sessenta e seis mil, oitocentos e trinta e nove) operadores de segurança pública, dentre policiais civis, militares, federais, rodoviários federais, bombeiros, guardas municipais nos cursos: Formação de Formadores, Atendimento Policial à Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, Saúde ou doença: em qual lado você está?, Uso Progressivo da Força, Local do Crime: isolamento e Preservação, Tráfico de Seres Humanos, Violência, Criminalidade e Prevenção, Direitos Humanos, Combate à Lavagem de Dinheiro, Uso das Informações na Gestão das Ações de Segurança Pública, Curso Busca e Apreensão, Emergentista Pré-Hospitalar, Técnicas e Tecnologias Não Letais de Atuação Policial, Gerenciamento de Crise. Foram realizados 4 (quatro) ciclos, envolvendo 500 (quinhentos) tutores.

Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública

Em 2007 foram capacitados 1600 (um mil e seiscentos) operadores de segurança pública em cursos de Especialização em Segurança Pública, dentre policiais civis, militares, bombeiros e guardas municipais em 22 Instituições de Ensino Superior – IES, sendo 21 na modalidade presencial e 1 na modalidade a distância. Das IES contratadas 15 (quinze) são públicas e 7 (sete) privadas, situadas em todas as regiões do país.

Em dezembro de 2007 foram contratadas mais 45 (quarenta e cinco) IES para ministrarem 48 (quarenta e oito) cursos de Especialização em Segurança Pública, sendo 47 na modalidade presencial e 1 na modalidade a distância com vistas a contemplar 2.800 (dois mil e oitocentos) operadores de segurança pública. Das IES contratadas em dezembro, 20 (vinte) são públicas e 25 (vinte e cinco) privadas, situadas em todas as regiões do país.

AÇÕES FORMATIVAS

No exercício de 2007 foram realizadas 6 (seis) **Jornadas de Direitos Humanos** em parceria com o PNUD, sendo 3 (três) em São Luis/MA e 3 (três) no Rio de Janeiro/RJ. Foram capacitados 480 operadores de segurança pública, dentre policiais civis, militares e bombeiros.

No período de novembro a dezembro, nos cursos de **Sistema de Comando de Incidentes, Atendimento Pré-Hospitalar, Produtos Perigosos** e Prevenção em Estádios, foram capacitados 1.929 (um mil e novecentos e vinte e nove) profissionais de segurança pública, dentre bombeiros, policiais militares, civis e operadores da defesa civil. O curso de Comando de Incidentes foi realizado nos Estados: AM, ES, MG, MS, PA, RR, RS, SE, SP e TO. O Curso de Atendimento Pré-Hospitalar foi realizado nos Estados: AM, ES, MA, PA e SE. O Curso de Produtos Perigosos foi realizado nos Estados: AP, BA, MT e TO. O Curso de Prevenção em Estádios foi realizado no Rio de Janeiro.

No Exercício de 2007 foram realizadas, em Brasília/DF, 2 (duas) turmas do **Curso de Gestão da Formação dos Servidores de Segurança Pública** com 40 participantes cada, totalizando 80 capacitados. Este curso foi destinado aos dirigentes das Academias de Polícia, Escolas e Centros de Formação de todos os Estados e do Distrito Federal.

No exercício de 2007 foi realizada, em Brasília/DF, 1 (uma) turma do **Curso: Matriz Curricular em Movimento - Capacitação para Equipe Técnica**, com 40 participantes. Este curso foi

destinado aos coordenadores pedagógicos das Academias de Polícia, Escolas e Centros de Formação de todos os Estados e do Distrito Federal.

No exercício de 2007 foram capacitados no **Curso de Nacional de Promotor de Polícia Comunitária**, em parceria com a Coordenação Geral do Plano de Implantação e Acompanhamento de Programas Sociais de Prevenção da Violência, 2.490 (dois mil, quatrocentos e noventa) operadores de segurança pública, dentre policiais civis, militares, bombeiros, guardas municipais e comunidade. Os cursos foram realizados nos Estados: AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP e TO.

Entre os **Cursos da Área de Perícia** destacamos, no exercício de 2007, a capacitação de 683 (seiscentos e oitenta e três) operadores de segurança pública, dentre peritos criminais, criminalísticos, policiais civis e militares, federais, rodoviários federais, guardas municipais, e militares das Forças Armadas nos cursos: Toxicologia Forense e Detecção de Explosivos Utilizando a técnica de LC/MS/MS, Capacitação em Medicina Legal, Capacitação em Microscopia Comparativa – Balística Forense, Capacitação em Retrato Falado Digital, Capacitação em Técnicas de Papiloscopia, Capacitação Nacional de Peritos Criminais em Fonética Forense, Curso Avançado de Avançado em Genética Forense, Curso Avançado em Genética Forense, Curso de Capacitação Nacional de Peritos Criminais em Fonética Forense – Módulo II, Curso de Capacitação Nacional de Peritos Criminais em Fonética Forense – Módulo I, Curso de Identificação de Drogas – Módulo Básico, Curso de Identificação de Drogas por CG/EM, Curso de Medicina Legal, Curso Prático Avançado em Genética Forense

O **Seminário Nacional de Segurança Pública e Combate a Homofobia** foi realizado no Rio de Janeiro e a SENASP financiou a participação de 100 pessoas, entre operadores de segurança pública e coordenadores dos Cursos de Especialização em Segurança Pública.

MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Convênios: No exercício de 2007 foram celebrados 57 convênios na Ação Valorização Profissional com os Estados: AC, AL, AP, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PB, PE, RS, RO, RR, SC, SP, SE e TO. Serão capacitados com os cursos realizados pelos convênios 61.191 (sessenta e um mil, cento e noventa e um) operadores de segurança pública.

Telecentros: No exercício de 2007 foram implementados 210 Ambientes de Aprendizagem – Telecentros, compostos de computadores, impressora laser, estabilizadores, TVs 29' de tela plana, mobiliário (mesas para computadores e televisores), servidor, switch e nobreak.

Reaparelhamento das Academias: Foram doados microônibus para as academias de polícia de todos os Estados e do Distrito Federal e 20 VANS para as Academias dos Corpos de Bombeiros dos Estados: AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PB, PR, PE, RJ, RS, RR, SP e TO.

Projeto Interagir: Foram doados 150 kits de materiais bibliográficos, constituídos de livros e material audiovisual, nacionais e estrangeiros, necessários à atualização e complementação do acervo bibliográfico das Academias, Escolas e Centros de Formação dos profissionais de Segurança Pública de todas as Unidades da Federação. Ao todo foram doados cerca de 51.000 (cinquenta e um mil) livros e 1.350 (um mil, trezentos e cinquenta) DVDs para Academias, Escolas e Centros de Formação de todos os Estados, o Distrito Federal e 33 (trinta e três) Municípios.

Nesta Ação foram realizadas despesas no valor de R\$ 68.889.838,00, com recursos provenientes do Tesouro Nacional, sendo R\$ 6.024.537,00, para convênios municipais; R\$ 18.951.889,00, para convênios estaduais; R\$ 40.181.030,00, pagamentos de hora-aula, RENAESP, eventos livros, equipamentos e veículos e R\$ 3.732.383,00, com diárias e passagens. Os recursos disponibilizados atenderam a finalidade da Ação.

Destacamos que em todas as Ações a execução efetuada foi autorizada pelo Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública. Para as aquisições realizadas, foram utilizados os procedimentos previstos na Lei das licitações.

4.1.1.3.14. Ação 2272 – **Gestão e Administração do Programa**

4.1.1.3.14.1. Dados Gerais

Tipo Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos do programa agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do Programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade Responsável: Secretaria Nacional de Segurança Pública

Unidade Executora: 200330 - Secretaria Nacional de Segurança Pública

Coordenador: Sidnei Borges Fidalgo

4.1.1.3.14.2. Resultados

O foco desta Ação é dar apoio para o desenvolvimento das demais Ações do SUSP, ou seja, do programa como um todo, no que se referem às despesas de caráter administrativas, não contempladas nas Ações finalísticas do Programa. Nesse sentido foram realizadas despesas no valor de R\$ 8.144.756,00, com recursos provenientes do Tesouro Nacional, com diárias e passagens; impostos; manutenção de imóvel. Os recursos disponibilizados atenderam a finalidade da Ação.

4.1.1.4. **Considerações Finais – Critérios para Apresentação dos Projetos para Convênio**

PROJETOS ESTADUAIS

Com o objetivo de criar um sistema de distribuição de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública pautado na real necessidade de recursos por parte das Unidades da Federação, o Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública passou a elaborar em 2003 índices de distribuição dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. O uso destes índices permitiria determinar qual o percentual dos recursos do fundo devem ser direcionado para cada UF.

Distribuição dos Recursos do FNSP (2004 e 2005)

Os recursos do FNSP de 2004 e 2005 foram distribuídos com base em um índice construído pela agregação de 10 fatores quantitativos diferentes, sendo 5 específicos da área de segurança pública e 5 relativos a caracterização urbana e populacional das Unidades da Federação. Para cada um dos indicadores foi dado um peso específico em função da importância atribuída pela SENASP a estes fatores para a execução da Política Nacional de Segurança Pública. Assim, por exemplo, os fatores relacionados mais diretamente a área de segurança pública receberam pesos mais significativos. O índice é resultado de uma média ponderada da situação apresentada pelos fatores no contexto nacional. Foram utilizados os seguintes indicadores e os seguintes pesos:

Fatores Componentes do Índice

Peso 3	<ul style="list-style-type: none">• Homicídios Dolosos• Outros Crimes Letais e Intencionais
Peso 2	<ul style="list-style-type: none">• Efetivo das Polícias Civil e Militar• Outros Crimes Violentos
Peso 1	<ul style="list-style-type: none">• População• Área (Km²)• Concentração Populacional em Grandes Centros• Delitos de trânsito

Fatores de Correção

Peso - 2	<ul style="list-style-type: none">• Produto Interno Bruto• Índice de Desenvolvimento Humano
-----------------	--

Cabe destacar que incluímos alguns fatores de correção na composição do índice para evitarmos que UFs com grande população, número de registros de ocorrências e efetivo levassem a maior parte do recurso do Fundo Nacional de Segurança Pública. São justamente estas Unidades da Federação que possuem também uma maior arrecadação de impostos e podem, deste modo, investir recursos estaduais na área de segurança pública. Assim, inserimos o PIB como um indicador da capacidade da UF de investir em segurança pública e o IDH como um indicador das condições de vida da população. Diferentemente dos outros indicadores que possuem uma relação positiva com a distribuição de recursos, ou seja, a parcela do recurso do FNSP a ser recebida aumenta à medida em que aumenta o valor do fator, no caso do IDH e do PIB, a parcela do recurso do FNSP diminui à medida em que estes fatores aumentam.

Distribuição dos Recursos do FNSP (2006)

Empreendemos uma evolução na composição do índice que foi utilizado para a distribuição do FNSP em 2006. O índice utilizado para os anos de 2004 e 2005 privilegiou as Unidades da Federação que estavam com melhor capacidade de tratamento e sistematização da informação e que possuíam os maiores efetivos e alta incidência criminal. Assim, se continuássemos utilizando este mesmo índice, estávamos correndo o risco de premiar as Organizações de Segurança Pública que investiram no aperfeiçoamento dos seus sistemas de coleta e registro de informações e deixaram de lado ações efetivas no sentido de reduzir e prevenir a incidência da criminalidade.

A nova versão do índice de distribuição de recursos do FNSP para 2006 lidou com uma nova realidade onde era necessário avaliar as ações que estavam sendo empreendidas pelas organizações de segurança pública no sentido de reduzir a violência e criminalidade. Este novo índice foi construído a partir da avaliação da execução de 27 ações específicas determinadas por uma análise minuciosa do Plano Nacional de Segurança Pública e também das ações que vêm sendo executadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública. Cada Unidade da Federação teve uma pontuação neste processo de avaliação, que foi utilizada para determinar qual o percentual do recurso do FNSP a ser recebido. Mais do que um instrumento para distribuir os recursos do FNSP, este índice também atua no monitoramento do processo de implantação do Sistema Único de Segurança Pública.

O índice final para definição dos percentuais de recursos do FNSP (2006) destinados a cada UF foi construído pela agregação do índice quantitativo, utilizado nos anos de 2004 e 2005, e do índice qualitativo. Neste primeiro ano de construção do critério qualitativo decidimos realizar esta agregação da seguinte forma: quem não respondeu o questionário de avaliação qualitativa teve 10% dos seus recursos retirados e o total retirado dos 8 Estados, que não responderam a avaliação, foi repassado em igual montante para todos os 19 Estados que responderam ao questionário de avaliação. Cabe destacar, que esse índice final foi utilizado não só para distribuir os recursos do FNSP reservados para a elaboração de convênios com os Estados, mas também serviu de base para determinar quantas viaturas serão entregues para cada Estado.

Distribuição dos Recursos do FNSP (2007)

O índice final para definição dos percentuais de recursos do FNSP (2007) destinados a cada UF foi construído pela agregação do índice quantitativo, utilizado nos anos de 2004, 2005 e 2006, e do índice qualitativo, utilizado no ano de 2006. Uma vez que tivemos respostas de 25 Secretarias Estaduais em relação aos critérios qualitativos, compomos o índice na proporção de 75% do valor sendo determinado pelo índice quantitativo e 25% do valor determinado pelo índice qualitativo.

PROJETOS MUNICIPAIS

Durante esses últimos tempos, em decorrência do próprio amadurecimento da Senasp, a descentralização desses recursos vem sofrendo um processo de qualificação: propomos a reformulação da legislação, visando possibilitar a aquisição direta de equipamentos, assim como a inclusão de municípios que, não tendo Guarda Municipal, possuem Conselho Comunitário de Segurança Pública ou desenvolvem ações na área de prevenção à violência. Isso tudo permitiu a aproximação e a mobilização dos gestores municipais, com vistas a orientação na elaboração de projetos multisetoriais de prevenção da violência e criminalidade, especialmente voltados para jovens em situação de vulnerabilidade, assim como acompanhamento dos resultados obtidos com a implementação destes projetos.

Atualmente, a SENASP assumiu ativamente seu papel na orientação das políticas de Segurança Pública adotadas pelas UFs, induzindo a gestão de processos, a padronização de procedimentos, técnicas e equipamentos, pactuando e executando a implementação das diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Neste ano de 2007, o Ministério da Justiça lançou o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, o qual tem por objetivo articular uma estratégia de forte mudança de paradigma na segurança pública do país, dando ênfase a questão municipal e a implementação de programas de prevenção, especialmente voltados para a Juventude, em parceria com outros programas do Governo Federal. Neste espírito se intensifica o desenvolvimento das presentes orientações, para que os projetos estejam fundamentalmente voltados a implementação de políticas públicas concretas de redução da violência e da criminalidade.

A partir do ano 2003, a SENASP passou a selecionar municípios para a apresentação de projetos municipais, levando em consideração os índices de crimes violentos. Tal iniciativa visa a atuação pró-ativa da União, em estimular a administração municipal na implementação de projetos voltados à prevenção da violência e criminalidade. Cabe salientar que o município – além do cumprimento do requisito legal, deve apresentar um bom diagnóstico da dinâmica da violência local, focando as ações realizadas nas áreas de maior conflito.

A SENASP **não** disponibiliza recursos para a criação de Guardas Municipais, sendo este, papel do município, o que se pretende é o apoio a projetos voltados à prevenção da violência e criminalidade, devendo o município ser o agente articulador de políticas públicas multidisciplinares, visando a redução da vulnerabilidade criminal de crianças, adolescentes e jovens.

Visando atender um número maior de municípios, assim como garantir a plena execução dos convênios em andamento, determinamos, de antemão, que os municípios que celebraram convênio em 2006 não irão passar pelo processo de seleção, em razão de possuir convênios em execução. Realizamos, também, a seleção apenas com os municípios com população acima de 100 mil habitantes, em razão da coleta dos registros criminais somente nestas localidades. De qualquer sorte, municípios não selecionados, com menor ou maior número de habitantes poderão encaminhar projetos espontâneos a esta Secretaria Nacional.

O índice definido busca levar em consideração uma série de fatores diferentes: a gravidade da situação em relação à incidência criminal; o quantidade do público alvo das políticas e ações de segurança pública; a extensão territorial do município; a concentração da população em área urbana; a situação sócio-econômica vivida pela população dos municípios e a capacidade do município de, por sua própria conta, investir na área de segurança pública. Assim, o índice é calculado por meio de uma média ponderada dos fatores com os seguintes pesos:

Índice quantitativo - Fatores componentes do Índice

Peso 1:

- População residente no município;
- Área do município (Km²);
- Concentração da população em área urbana;

- Número de delitos de trânsito.

Peso 2:

- Número dos crimes violentos não letais contra pessoa e violentos contra o patrimônio.

Peso 3:

- Número de homicídios;
- Número de outros crimes letais e intencionais.

Fatores de correção

Peso 2:

- Produto Interno Bruto per capita;
- Índice de Desenvolvimento Humano.

Estamos avaliando a possibilidade de passarmos a utilizar critérios qualitativos para pautar a distribuição de recursos do FNSP para os municípios a partir do ano de 2008. Nossa expectativa é que, desta forma, passemos a utilizar dos recursos do FNSP como contrapartida para orientar as ações e políticas executadas pelos órgãos municipais de forma mais eficiente.

4.1.1.5. Considerações Finais – Principais Dificuldades Encontradas

Para análise dos projetos estaduais e municipais, bem como a realização das atividades administrativas contamos com um número de servidores reduzidos para o desenvolvimento das políticas públicas. Este número torna-se insuficiente para a realização das tarefas, pois, além da análise dos projetos, há uma série de outras responsabilidades a serem executadas, como por exemplo: articulação com os outros órgãos de governo; participação em reuniões e atendimento dos estados e municípios; análise de termos aditivos, reformulação de planos de trabalho e prestação de contas.

Em razão do tema prevenção da violência ser relativamente novo para os estados e municípios, estes apresentam algumas dificuldades no que concerne a elaboração de projetos consistentes, embasados em diagnósticos precisos acerca da dinâmica da violência local, traduzidas em políticas públicas que foquem os problemas existentes. Também há dificuldade do gestor público, nas alternâncias de governo, para dar continuidade e aprimorar os projetos que já vinham sendo desenvolvidos. Neste sentido, os projetos são minuciosamente analisados e somente aqueles que estão tecnicamente adequados às diretrizes da SENASP são aprovados. Outro aspecto relevante é a dificuldade dos gestores de Segurança Pública compreenderem a eficiência na implementação de políticas públicas voltadas a prevenção da violência, e não exclusivamente para aquisição de equipamentos, assim como trabalharem de forma conjunta com a comunidade. Para tanto, muito embora sejam celebrados convênios, a SENASP investe diretamente em algumas ações estratégicas, como capacitação direta de profissionais de segurança pública em parceria com sociedade civil, visando estimular as ações voltadas à prevenção a partir da sensibilização dos próprios profissionais de segurança pública.

Relação de Recursos Distribuídos X Benefícios Alcançados

Relacionando os critérios de distribuição, os quais já foram objetos de avaliação positiva pelo TCU e as dificuldades enfrentadas, podemos concluir, que as demandas estaduais e municipais, relacionadas a apresentação de projetos de segurança pública, são maiores do que os recursos disponibilizados anualmente pelo Fundo Nacional de Segurança Pública. Neste contexto, o próprio ente federado, ao apresentar seus projetos, não consegue aumentar o valor da contrapartida, ação esta que proporcionaria ampliação do projeto e conseqüentemente maior alcance das ações do SUSP a um maior número de unidades operacionais de segurança pública, beneficiadas no país.

De modo geral, podemos concluir que a execução do Programa foi satisfatória, entretanto, medir o impacto final dessa execução, se torna extremamente complexo, na medida em que não conseguimos atingir um percentual razoável das instituições Policiais Militares e Civil, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais, beneficiadas com os recursos. Considerando que os recursos são escassos e os entes federados não ampliam a contrapartida, tornam-se, os recursos do Fundo Nacional, servindo como uma espécie de substituição e não de investimento, pois a

precariedade dos materiais e equipamentos de segurança pública são sempre motivos de diagnósticos nos projetos apresentados.

Contudo, a despeito de todas as dificuldades apontadas, a SENASP tem incentivado o fomento de políticas públicas (*Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP; Ensino à Distância – EAD; DNA, Reaparelhamento das Instituições de Segurança Pública, entre outras*) que seguramente trarão resultados impactantes para a segurança pública no médio e no longo prazo.

4.1.1.6. Considerações Finais – Posição Contábil dos Convenentes

Os convênios registrados na conta 19962.04.00 – A COMPROVAR, foram celebrados no exercício de 2005, cuja vigência e prestação de contas encerram-se respectivamente em março e maio de 2008. Constam também nesta conta os convênios celebrados no exercício de 2005, cuja vigência e prazo para prestação de contas encerram-se respectivamente em dezembro de 2007 e fevereiro de 2008, cujas prestações de contas não apresentadas no prazo pactuado tiveram sua inscrição no SIAFI como inadimplente na forma da IN/STN/01/97. Os convênios 527169 e 465854 encontravam-se indevidamente nesta conta, em razão da operacionalização de registro de estorno para registro em inadimplência e registro de valor referente a rendimentos de aplicação financeira, tendo sido tomadas às providências para adequação dos referidos convênios na Conta 19962.05.00 - A APROVAR.

Os convênios constantes na conta 19962.05.00 - A APROVAR tratam de prestações de contas não aprovadas em razão da insuficiência da força de trabalho para o cumprimento dos prazos estabelecidos na IN/STN/01/97.

5. Desempenho Operacional

A partir desta seção do relatório, faremos a exposição de cinco avaliações de resultado. A primeira detalha a implantação do SUSP nas Unidades da Federação em termos da execução pelos Estados de algumas ações fundamentais propostas pelo Programa de Segurança Pública para o Brasil. A segunda detalha a implantação do SUSP em termos das ações executadas pelos gestores da SENASP. A terceira considera a execução do Plano Plurianual da SENASP, documentando a realização das ações mais importantes dispostas no PPA. A quarta traz algumas considerações realizadas pelo público alvo da SENASP – policiais, gestores estaduais e municipais de segurança pública, pesquisadores da área de segurança pública e membros de organizações não governamentais da área de segurança pública – a respeito dos resultados alcançados pelas ações executadas. Por fim, apresentaremos uma avaliação das causas de queda dos homicídios no Brasil, com destaque especial as ações executadas pela SENASP.

5.1. Avaliação da Implantação do SUSP pelos Estados

O Sistema Único de Segurança Pública constitui um conjunto de políticas públicas voltadas para a promover a integração e a modernização do aparato de segurança em todo território nacional, buscando sempre uma maior interação entre os diversos órgãos em nível local e nacional, sempre com a filosofia de aproximação com os anseios do cidadão. Com o objetivo de monitorar o processo de implantação desse sistema pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública e subsidiar a Secretaria Nacional de Segurança Pública quanto ao conhecimento necessário para garantir o êxito deste processo, em dezembro de 2005, foi lançado o Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP, que entra agora em seu quarto ano de funcionamento.

O monitoramento da implantação do SUSP é realizado por meio da coleta de informações relativas a questões de caráter qualitativo que foram elaboradas a partir de uma análise minuciosa do Plano Nacional de Segurança Pública do Governo Federal e também das ações que vêm sendo empreendidas na Secretaria Nacional de Segurança Pública. Nesse sentido, foi elaborado um conjunto de indicadores com o objetivo de medir os diferentes graus de implementação desta filosofia nos estados nas áreas de Gestão do Conhecimento, Reorganização Institucional, Valorização Profissional, Prevenção, Perícia e Controle Externo. Prioriza-se uma padronização do conjunto de indicadores em avaliação, mas estes são revistos e aperfeiçoados a cada ano em função dos

resultados alcançados nos anos anteriores, podendo haver exclusão, inclusão, alteração ou junção de indicadores. Via de regra, quando uma determinada ação prevista no SUSP é implementada e consolidada em todos os estados, o(s) indicador(es) a ela referentes são excluídos do relatório do ano seguinte, por questões de economicidade processual, uma vez que se tornaria dispendioso a simples exigência para que os governos estaduais providenciem documentos probatórios em um indicador que não trará medida do nível relativo de implementação do SUSP em cada estado. Foi assim, por exemplo, com o indicador referente à implementação dos GGIs (Gabinetes de Gestão Integrada) e o referente à adesão aos acordos de implementação dos laboratórios de fonética e DNA forense.. Do mesmo modo, outros indicadores são inseridos, seja a partir da verificação de gargalos na implementação descentralizada, seja como forma de simplificar, tornar mais abrangente ou mais preciso o enunciado de cada indicador. Exemplos disso são os indicadores sobre prestação de contas e reformulações no plano de trabalho de convênios, incluídos em 2006, o referente à devolução de recursos (aperfeiçoado de 2005 para 2006) ou o indicador referente à proteção de grupos vulneráveis, idealizado a partir da junção dos referentes a proteção da mulher e criança e adolescente.

Expomos a seguir um quadro com o número de indicadores utilizados nesta avaliação por eixo do SUSP para os 3 anos de monitoramento. Este quadro evidencia que vem aumentando o número de indicadores avaliados nas áreas de gestão do conhecimento e reorganização institucional e diminuindo o número de indicadores avaliados relativos a área de prevenção.

Número de Indicadores Avaliados pelo Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP (Brasil – 2004/2006)

Eixos Estratégicos (SUSP)	2004		2005		2006	
	N. Abs.	(%)	N. Abs.	(%)	N. Abs.	(%)
Gestão do Conhecimento	4	14,81	7	21,21	7	23,33
Reorganização Institucional	5	18,52	7	21,21	8	26,67
Valorização Profissional	4	14,81	5	15,15	4	13,33
Prevenção	8	29,63	8	24,24	6	20,00
Perícia	3	11,11	3	9,09	2	6,67
Controle Externo	3	11,11	3	9,09	3	10,00
Total	27	100,00	33	100,00	30	100,00

Fonte: SENASP

Para obtenção de dados, é enviado um questionário para cada unidade federativa contendo questões sobre a execução do SUSP, tendo sido solicitado que os estados o respondessem acompanhado do envio de documentação comprobatória da efetiva implementação das ações descritas em cada questão.

Cabe salientar que ocorreu um aperfeiçoamento na metodologia de caracterização da situação dos Estados quanto aos itens avaliados no ano de 2006. Nas duas avaliações anteriores, caracterizávamos apenas se as ações monitoradas eram ou não executadas pelos estados e, desta forma, cada item possuía apenas 2 classificações possíveis: (a) no caso de não cumprimento ou não comprovação efetiva do cumprimento do indicador, e (b) no caso de comprovação do cumprimento parcial ou total do indicador. A partir de 2006, passamos a caracterizar o grau de implantação da ação de forma que a estrutura de avaliação passou a ser feita em 3 níveis de classificação para cada indicador: a situação caracterizada pela resposta (a) determina que a ação não vem sendo executada ou que o estado não apresentou documentos probatórios suficientes para a comprovação de sua execução, a situação caracterizada pela resposta (b) determina que a ação vem sendo executada parcialmente e a situação caracterizada pela resposta (c) determina que a ação vem sendo executada conforme estipulado pelo Plano Nacional de Segurança Pública e pelas ações empreendidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública. Cada resposta na opção (b) significa um ponto a mais para o Índice de Implantação do SUSP e cada resposta na opção (c) significa dois pontos a mais para o índice de Implantação do SUSP. Todos os indicadores avaliados possuem a mesma importância no processo de avaliação, sendo que o Índice de Implantação do SUSP é composto pelo somatório dos pontos adquiridos.

Uma vez devolvidos os questionários pelos estados, procedeu-se então a uma análise minuciosa da documentação enviada, acompanhada de visitas in loco a alguns estados, que foram definidos aleatoriamente, por sorteio. Nesta análise, os critérios utilizados foram rigorosamente os mesmos para todas as unidades federativas que responderam ao questionário, não tendo sido feitas diferenciações em razão de região, tamanho ou tempo de criação do Estado.

Uma ressalva importante a ser feita é no tocante à comparação dos resultados obtidos em 2007 (ano-base 2006) com os anos anteriores. Uma vez que as pesquisas realizadas anteriormente não distinguiam quanto ao nível de implementação das ações, atribuindo-se a classificação (b) tanto para a execução parcial como para a execução total, a análise comparativa dos resultados obtidos em 2007 com os de 2006 e 2005 considerou, apenas para efeito de comparação, o somatório das respostas (b) e (c) como indicativo de execução de cada ação. Outro fator a ser considerado na análise evolutiva, é que em alguns indicadores houve aumento de rigor nas metas propostas e / ou mudança no rol de documentos requeridos para a efetiva comprovação de sua execução. Tais mudanças estão mencionadas na análise individual de cada indicador.

Outro ponto importante que deve balizar a comparação temporal dos resultados é a modificação dos critérios para apresentação de documentação com valor probatório, que tem tornado mais rígido o procedimento de avaliação dos questionários enviados pelos estados. Para a análise referente ao ano de 2006, houve restrição, por exemplo, quanto ao valor probatório de matérias jornalísticas publicadas apenas nos sítios eletrônicos ou boletins internos das corporações, passando-se a aceitar apenas textos jornalísticos oriundos de veículos de comunicação com notoriedade e grande circulação.

2.1. Questionário de Avaliação

Apresentamos a seguir o questionário de avaliação da implantação do SUSP no ano de 2006. Expomos os itens avaliados, acompanhados das possíveis respostas existentes, seguidos de uma rápida explanação dos critérios utilizados para aferir a efetiva implementação de cada ação.

AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO DO SUSP – GESTÃO DO CONHECIMENTO

1. Situação de alimentação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal - Módulo Ocorrências Criminais e Atividades de Polícia (Polícia Civil):

- a) Não informa dados ao sistema
- b) Fornece informações ao sistema de modo parcial (parte dos campos é preenchida)
- b) Fornece informações ao sistema de modo completo (totalidade dos campos é preenchida)

Processo de Avaliação: Não há necessidade de as UFs enviarem documentação para comprovação deste indicador. A SENASP faz um acompanhamento contínuo das informações estatísticas enviadas para o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal por meio da rede INFOSEG. Este acompanhamento será usado para a avaliação da situação de alimentação do referido sistema.

2. Situação de alimentação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal - Módulo Perfil das Organizações de Segurança Pública:

- a) Não respondeu nenhum dos questionários encaminhados para a Pesquisa do Perfil Organizacional (Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros)
- b) Respondeu um ou dois questionários encaminhados para a Pesquisa do Perfil Organizacional (Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros)
- c) Respondeu todos os questionários encaminhados para a Pesquisa do Perfil Organizacional (Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros)

Processo de Avaliação: Não há necessidade de as UFs enviarem documentação para comprovação deste indicador. A SENASP faz um acompanhamento contínuo das informações estatísticas enviadas para o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal por meio da rede INFOSEG. Este acompanhamento será usado para a avaliação da situação de alimentação do referido sistema.

3. Situação da interação à rede INFOSEG - atualização de informações em "tempo real":

- a) Não alimenta nenhum dos parâmetros (mandado de prisão, inquérito, processo, narcotráfico, termo circunstanciado, armas de fogo, presos e foragidos) para a atualização do Índice Nacional (IN).

- b) Não alimenta um ou mais dos parâmetros (mandado de prisão, inquérito, processo, narcotráfico, termo circunstanciado, armas de fogo, presos e foragidos) para a atualização do Índice Nacional (IN).
- c) Alimenta todos os parâmetros (mandado de prisão, inquérito, processo, narcotráfico, termo circunstanciado, armas de fogo, presos e foragidos) para a atualização do Índice Nacional (IN).

Processo de Avaliação: Não há necessidade de as UFs enviarem documentação para comprovação deste indicador. A equipe do INFOSEG faz um monitoramento "em tempo real" do processo de alimentação dos índices da Rede INFOSEG pelas organizações de segurança pública estaduais e federais, emitindo relatório quando necessário. Este relatório será usado para a avaliação da situação de alimentação da referida Rede pela UF.

4. Situação da integração à rede INFOSEG - consulta as informações detalhadas em "tempo real":

- a) Não disponibiliza o detalhamento de nenhum dos parâmetros (mandado de prisão, inquérito, processo, narcotráfico, termo circunstanciado, armas de fogo, alvará, condenações, informações penitenciárias, movimentações penitenciárias, foragidos, veículos, condutores de veículos e imagens dos condutores) para consulta em "tempo real".
- b) Não disponibiliza o detalhamento de um ou mais parâmetros (mandado de prisão, inquérito, processo, narcotráfico, termo circunstanciado, armas de fogo, alvará, condenações, informações penitenciárias, movimentações penitenciárias, foragidos, veículos, condutores de veículos e imagens dos condutores) para consulta em "tempo real".
- c) Disponibiliza o detalhamento de todos os parâmetros (mandado de prisão, inquérito, processo, narcotráfico, termo circunstanciado, armas de fogo, alvará, condenações, informações penitenciárias, movimentações penitenciárias, foragidos, veículos, condutores de veículos e imagens dos condutores) para consulta em "tempo real".

Processo de Avaliação: Não há necessidade de as UFs enviarem documentação para comprovação deste indicador. A equipe do INFOSEG faz um monitoramento "em tempo real" da disponibilizada das bases estaduais e federais para consultas detalhadas, emitindo relatório quando necessário. Este relatório será usado para a avaliação da situação da disponibilidade de informações detalhadas para a referida Rede pela UF.

5. Situação da equipe disponível para atendimento das funções de Tecnologia da Informação no âmbito da segurança pública:

- a) A equipe responsável pelo atendimento das funções de tecnologia da informação no âmbito das polícias civis e militares não possui nenhum profissional pertencente ao quadro da segurança pública estadual qualificado diretamente para atuar na área de tecnologia da informação.
- b) A equipe responsável pelo atendimento das funções de tecnologia da informação no âmbito das polícias civis e militares possui menos da metade dos profissionais pertencentes ao quadro da segurança pública estadual qualificados diretamente para atuar na área de tecnologia da informação.
- c) A equipe responsável pelo atendimento das funções de tecnologia da informação no âmbito das polícias civis e militares possui mais da metade dos profissionais pertencentes ao quadro da segurança pública estadual qualificados diretamente para atuar na área de tecnologia da informação.

Processo de Avaliação: A avaliação será realizada a partir de documentação enviada pelas secretarias estaduais de segurança pública que comprovem a existência de profissionais concursados com estas características. Para ser considerado habilitado, o funcionário deverá possuir certificado de conclusão de curso de capacitação em Tecnologia da Informação com, no mínimo, 80 horas-aula.

6. Situação de implantação de programa visando integrar o sistema de informações das Polícias Civis e Polícias Militares por meio do registro de ocorrências unificado:

- a) Não existe integração ou existe projeto visando a integração do sistema de informações não implantado
- b) Programa de integração do sistema de informações implantado parcialmente no Estado
- c) Programa de integração do sistema de informações implantado totalmente no Estado

Processo de Avaliação: A avaliação será realizada a partir do envio, pelas secretarias estaduais de segurança pública, de planilha de entrada de dados no sistema e outros documentos que comprovem

a existência do sistema integrado. Apenas o funcionamento de Centro Integrado de Operações não é suficiente para a comprovação do cumprimento deste indicador.

7. Situação dos investimentos do Estado em ações de modernização da área de gestão do conhecimento (ações devem envolver a modernização tecnológica, capacitação dos profissionais e implantação ou modernização dos sistemas de gestão da informação):

a) Não existem projetos

b) Existem projetos financiados pelos estados atendendo parte das ações relacionadas acima

c) Existem projetos financiados pelos estados atendendo todas as ações relacionadas acima

Processo de Avaliação: A avaliação será realizada a partir de notas fiscais comprovando a efetiva execução de despesa pelo estado, bem como documentação enviada pelas secretarias estaduais de segurança pública que provem a existência do projeto ou programa e sua efetiva execução parcial ou total. Nesta avaliação, não serão levadas em conta as ações elaboradas a partir de convênios assinados com a SENASP.

AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO DO SUSP – REORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

8. Situação do processo de integração das organizações policiais estaduais no planejamento tático e estratégico das ações de segurança pública empreendidas por estas organizações:

a) Não existe integração ou existe projeto de integração das áreas não implantado

b) Integração parcial do planejamento tático e estratégico das organizações estaduais de segurança pública (parte do Estado)

c) Integração total do planejamento tático e estratégico das organizações estaduais de segurança pública (todo o Estado)

Processo de Avaliação: A avaliação será realizada a partir do envio, pelas secretarias estaduais de segurança pública, de mapas e textos normativos definindo a delimitação geográfica das áreas integradas e comprovando o desenvolvimento do planejamento em reuniões conjuntas entre as organizações policiais estaduais. A definição das Áreas Integradas de Segurança Pública encontra-se disponível no Programa de Segurança Pública para o Brasil (Capítulo 3 – Reformas Substantivas na Esfera da União e dos Estados) e refere-se à unificação das áreas geográficas de atuação das diversas corporações. Apenas o funcionamento de Centro Integrado de Operações não é suficiente para a comprovação do cumprimento deste indicador.

9. Situação do nível de devolução do montante de recursos repassados para o estado por meio de convênios celebrados com a SENASP no ano de 2004:

a) Nível de devolução de recursos acima de 10% do montante repassado

b) Nível de devolução de recursos entre 2% e 10% do montante repassado

c) Nível de devolução de recursos abaixo de 2% do montante repassado

Processo de Avaliação: Não há necessidade das UFs enviarem documentação para comprovação deste indicador. A equipe do Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública faz um acompanhamento contínuo do nível de execução financeira dos Estados.

10. Situação da entrega das prestações de contas de todos os convênios celebrados com a SENASP no ano de 2004, com todos os documentos requeridos, dentro do prazo legal:

a) Não entrega de nenhuma prestação de contas no prazo

b) Não entrega de uma ou mais prestações de contas no prazo

c) Entrega de todas as prestações de contas no prazo

Processo de Avaliação: Não há necessidade das UFs enviarem documentação para comprovação deste indicador. A equipe do Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública faz um acompanhamento contínuo da entrega das prestações de contas pelos Estados.

11. Número de reformulações executadas nos planos de trabalho dos convênios celebrados com a SENASP, no ano de 2004:

a) Mais de quatro reformulações executadas por convênio

b) Entre duas e quatro reformulações executadas por convênio

c) Uma ou nenhuma reformulação executada por convênio

Processo de Avaliação: Não há necessidade de as UFs enviarem documentação para comprovação deste indicador. A equipe do Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública faz um acompanhamento contínuo do número de reformulações dos convênios solicitadas pelos Estados.

12. Situação do processo de implantação do projeto de integração das corregedorias de polícia na UF:

a) Não existe integração ou existe projeto visando a integração das corregedorias não implantado

b) Programa de integração das corregedorias implantado parcialmente

c) Programa de integração das corregedorias implantado em todo o Estado

Processo de Avaliação: A avaliação será realizada a partir do envio, pelas secretarias estaduais de segurança pública, do ato legal de unificação das corregedorias, organograma, indicação do atual ocupante do cargo, bem como endereço e contato da sede do órgão. Será dada ênfase na avaliação da integração efetiva entre as corregedorias de polícia.

13. Situação dos gastos estaduais em segurança pública relacionados a investimento e custeio nos últimos 3 anos (2004 a 2006) na UF:

a) Diminuição acima de 2% da participação percentual dos recursos gastos em custeio e investimento em relação ao total dos recursos gastos pelo Estado em segurança pública nos últimos 3 anos (2004 a 2006)

b) Estabilidade (intervalo de -2% a +2% de variação) da participação percentual dos recursos gastos em custeio e investimento em relação ao total dos recursos gastos pelo Estado em segurança pública nos últimos 3 anos (2004 a 2006)

c) Aumento acima de 2% da participação percentual dos recursos gastos em custeio e investimento em relação ao total dos recursos gastos pelo Estado em segurança pública nos últimos 3 anos (2004 a 2006)

Processo de Avaliação: A avaliação será realizada a partir do envio, pelas secretarias estaduais de segurança pública, de planilha demonstrativa da execução orçamentária, com assinatura e carimbo do servidor responsável.

14. Situação da conclusão de inquéritos policiais instaurados pela Polícia Civil na UF:

a) No ano de 2005, o percentual de inquéritos policiais concluídos, com ou sem autoria definida, no total de inquéritos policiais instaurados pela Polícia Civil foi inferior à 30%

b) No ano de 2005, o percentual de inquéritos policiais concluídos, com ou sem autoria definida, no total de inquéritos policiais instaurados pela Polícia Civil foi superior à 30% e inferior a 50%

c) No ano de 2005, o percentual de inquéritos policiais concluídos, com ou sem autoria definida, no total de inquéritos policiais instaurados pela Polícia Civil foi superior à 50%

Processo de Avaliação: Não há necessidade das UFs enviarem documentação para comprovação deste indicador. A avaliação será realizada a partir dos dados encaminhados pelos questionários respondidos na Pesquisa do Perfil Organizacional das Polícias Cíveis - Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal.

15. Situação da conclusão de laudos instaurados pelo Corpo de Bombeiros Militar na UF:

a) No ano de 2005, o percentual de laudos concluídos, com ou sem identificação de causa, no total de laudos instaurados pelo Corpo de Bombeiros foi inferior à 30%.

b) No ano de 2005, o percentual de laudos concluídos, com ou sem identificação de causa, no total de laudos instaurados pelo Corpo de Bombeiros foi superior à 30% e inferior a 50%.

c) No ano de 2005, o percentual de laudos concluídos, com ou sem identificação de causa, no total de laudos instaurados pelo Corpo de Bombeiros foi superior à 50%.

Processo de Avaliação: Não há necessidade das UFs enviarem documentação para comprovação deste indicador. A avaliação será realizada a partir dos dados encaminhados pelos questionários respondidos na Pesquisa do Perfil Organizacional do Corpo de Bombeiros Militar - Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal.

IMPLANTAÇÃO DO SUSP – FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

16. Situação do processo de integração das instituições de ensino policial:

- a) Não existe integração ou existe projeto de integração das instituições de ensino policial não implantado
- b) Integração parcial das instituições de ensino policial
- c) Integração total das instituições de ensino policial

Processo de Avaliação: A avaliação será realizada a partir de documentação e normatização enviada pelas secretarias estaduais de segurança pública que comprovem a existência do projeto ou programa e sua efetiva execução parcial ou total. Entende-se como integração total a adoção do núcleo comum disciplinar e a existência de uma única instituição de ensino policial no estado. A integração parcial consiste na realização de cursos de especificidades com turmas integradas, desde que no máximo 2/3 dos alunos sejam de uma mesma corporação. Não serão aceitos cursos ministrados para uma corporação, com menos de 1/3 dos alunos sendo “de fora”. Composição da documentação a ser enviada: atos normativos de unificação das academias, organograma, indicação dos atuais ocupantes de cargos, bem como endereço e contato da sede da academia, lista de presença de cursos de especificidades com turmas que contenham membros das diversas corporações.

17. Situação de implantação de projeto de atendimento integral à saúde (médico, odontológico e psico-social) com abrangência institucional, ou seja, disponibilizado para todas as corporações:

- a) Não existe programa de atendimento integral à saúde ou existe projeto não implantado
- b) Projeto de atendimento à saúde implantado de modo parcial no estado, atendendo apenas uma das áreas (médica, odontológica ou psico-social) ou voltado apenas para parte das corporações
- c) Projeto de atendimento à saúde implantado de modo total no estado, ou seja, atendendo todas as três áreas (médica, odontológica ou psico-social) e voltado para todas as corporações

Processo de Avaliação: A avaliação será realizada a partir do envio, pelas secretarias estaduais de segurança pública, de relatório com indicação dos servidores atendidos, tipo de serviço prestado, indicação dos atuais responsáveis pela instituição, endereço e contato da unidade, bem como outros documentos que comprovem a efetiva implementação do projeto.

18. Situação da educação para Direitos Humanos no processo formativo dos policiais das organizações estaduais de segurança pública:

- a) Não há presença do tema de direitos humanos como tema gerador e nem disciplina de Direitos Humanos nas academias ou escolas
- b) Presença do tema de Direitos Humanos no processo formativo dos policiais apenas por meio de seminários
- c) Presença intensa do tema de Direitos Humanos no processo formativo dos policiais em disciplinas nas academias ou escolas

Processo de Avaliação: A avaliação será realizada a partir do envio, pelas secretarias estaduais de segurança pública, de grade curricular, Ementa e Conteúdo Programático, devidamente atestados pela autoridade de ensino local competente.

19. Foram adotadas ações para garantir e promover a capacitação dos profissionais de segurança pública pela Rede Nacional de Educação à Distância em Segurança Pública?

- a) Número de profissionais capacitados inferior a 10% do efetivo local
- b) Número de profissionais capacitados superior a 10% e inferior a 20% do efetivo local
- c) Número de profissionais capacitados superior a 20% do efetivo local

Processo de Avaliação: Não há necessidade das UFs enviarem documentação para comprovação deste indicador. O Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal faz um acompanhamento contínuo da implementação destas ações.

AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO DO SUSP – PROGRAMAS DE PREVENÇÃO

20. Situação de implantação de programas estaduais de prevenção primária e secundária com abrangência estadual:

- a) Não existem programas ou existe projeto não implantado
- b) Programas estaduais de prevenção à violência implantados parcialmente no Estado
- c) Programas estaduais de prevenção à violência implantados em todo o Estado

Processo de Avaliação: A avaliação será realizada a partir de documentação enviada pelas secretarias estaduais de segurança pública que provem a existência do projeto ou programa e sua efetiva execução parcial ou total, tais como cartilhas educativas, material promocional de campanhas, relatório de atividades devidamente atestado pela autoridade local competente, solicitação de remanejamento de recursos para outras rubricas, notícias veiculadas em meios de comunicação de massa. A comprovação da execução de ações ligadas ao PROERD não é suficiente para comprovar o cumprimento deste indicador. As rondas e ações de policiamento ostensivo, embora necessária à atividade policial, não será considerada ação de prevenção.

21. Situação da participação da Polícia Comunitária no Sistema Estadual de Segurança Pública:

- a) Não existe política ou existe projeto não implantado
- b) Política de Polícia Comunitária implementada não implementada ou implementada parcialmente; mas
- c) Polícia Comunitária funcionando regularmente em todo o estado

Processo de Avaliação: A avaliação será realizada a partir de documentação e normatização enviada pelas secretarias estaduais de segurança pública que comprovem a existência do projeto ou programa e sua efetiva execução parcial ou total. Para a comprovação da implementação de política de policiamento comunitário, é necessário comprovar o número de profissionais capacitados na área, atividades realizadas e articulação formal com a comunidade.

22. Situação de implantação de programa visando modernização da rede de proteção a grupos vulneráveis (mulheres, crianças e adolescentes, idosos, GLBT, etc) envolvendo a capacitação de profissionais para lidar com esses grupos, implantação ou modernização de delegacias especializadas e campanhas educativas:

- a) Não existe programa ou existe projeto não implantado
- b) Programa implantado parcialmente (atendendo parte das ações relacionadas acima)
- c) Programa implantado totalmente (atendendo todas as ações relacionadas acima)

Processo de Avaliação: A avaliação será realizada a partir de documentação e normatização enviada pelas secretarias estaduais de segurança pública que comprovem a existência do projeto ou programa e sua efetiva execução parcial ou total.

23. Situação de apoio à implantação do Estatuto do Desarmamento:

- a) Não existe apoio à implantação do Estatuto
- b) Apoio apenas por meio de distribuição de material educativo
- c) Apoio amplo à implantação do Estatuto envolvendo ações visando controle e recolhimento de armas de fogo.

Processo de Avaliação: A avaliação será realizada a partir do envio, pelas secretarias estaduais de segurança pública, de comprovação do número de armas entregues voluntariamente, devidamente atestada pela autoridade local competente, ou documentação que comprove a efetivação de ações.

24. Situação de implantação de programa visando prevenção de danos letais provocado pelo efetivo das organizações de segurança pública:

- a) Não há redução na estatística de cidadãos mortos pelas forças de segurança; e não existe programa ou existe projeto não implantado
- b) Dados estatísticos apontam para redução de danos letais provocados pelas forças de segurança ou há programa de prevenção de danos letais implantado em âmbito estadual
- c) Dados estatísticos apontam para redução de danos letais provocados pelas forças de segurança e há programa de prevenção de danos letais implantado em âmbito estadual

Processo de Avaliação: Não há necessidade das UFs enviarem documentação para avaliação dos dados estatísticos. Para a comprovação da implementação de políticas de prevenção, avaliaremos documentação enviada pelas secretarias estaduais de segurança pública que comprove a aquisição de equipamentos não letais (notas fiscais de compra e prova da efetiva entrega de material),

capacitação de profissionais e mediação de conflitos. Cursos de defesa pessoal não serão considerados como comprovação da realização desta ação.

25. Situação de implantação das Comissões Permanentes de Direitos Humanos nas estruturas organizacionais da Secretaria Estadual de Segurança Pública:

a) Não existe programa ou existe projeto não implantado

b) Comissão Permanente de Direitos Humanos implantada com abrangência estadual

Processo de Avaliação: A avaliação será realizada a partir do envio, pelas secretarias estaduais de segurança pública, de textos normativos que comprovem a implantação das comissões, bem como indicação dos atuais ocupantes dos cargos ou atas de reuniões.

AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO DO SUSP – ESTRUTURAÇÃO DA PERÍCIA

26. Situação do processo de descentralização (interiorização) das Estruturas dos IMLs, IIs e ICs:

a) Não existe processo de descentralização ou processo em planejamento e não implantado

b) Processo de descentralização implantado parcialmente ou não implantado para os três órgãos

c) Processo de descentralização dos três órgãos implantado plenamente, com abrangência em todo o território do estado

Processo de Avaliação: A avaliação será realizada a partir de documentação e normatização enviada pelas secretarias estaduais de segurança pública que comprovem a existência de núcleos de perícias diversas (locais de crime) e medicina legal descentralizados. Para a comprovação da descentralização total, é necessário que a UF encaminhe o endereço e contato das unidades descentralizadas, bem como indicação dos atuais responsáveis pelas unidades. Em caso de estados de pequena dimensão territorial e baixa densidade demográfica, poderá ser considerada também a existência de unidades móveis de perícia, desde que se comprove o seu pleno funcionamento. A comprovação apenas de postos descentralizados para a confecção de documentos de identidade não é suficiente para comprovar a descentralização dos II ou IC, sendo necessário também que as unidades fora das capitais realizem perícias.

27. Situação dos investimentos do Estado em projetos para modernização da área de perícia (projetos que visam ao mesmo tempo modernização tecnológica, capacitação dos profissionais e implantação ou modernização dos sistemas de gestão da informação):

a) Não existem projetos

b) Existem projetos financiados pelos estados atendendo parte das ações relacionadas

c) Existem projetos financiados pelos Estados atendendo todas as ações relacionadas

Processo de Avaliação: A avaliação será realizada a partir de notas fiscais comprovando a efetiva execução de despesa pelo estado, bem como documentação enviada pelas secretarias estaduais de segurança pública que provem a existência do projeto ou programa e sua efetiva execução parcial ou total. Nesta avaliação, não serão levadas em conta as ações elaboradas a partir de convênios assinados com a SENASP.

AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO DO SUSP – CONTROLE EXTERNO SOCIAL

28. Situação do processo de implantação das Ouvidorias de Polícia:

a) Não existe Ouvidoria

b) Ouvidoria implantada e sem apoio efetivo do Estado

b) Ouvidoria implantada e com apoio efetivo do Estado

Processo de Avaliação: A avaliação será realizada a partir da indicação, pelas secretarias estaduais de segurança pública, do atual ocupante do cargo, bem como endereço e contato da sede da instituição. Nesta avaliação se dará destaque aos seguintes itens: adequação do modelo de Ouvidoria ao proposto no Programa de Segurança Pública para o Brasil (Capítulo 3 - Ouvidorias de Polícia autônomas e independentes), reconhecida pelo Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia; capacitação de profissionais, infra-estrutura tecnológica e física independente das estruturas das corporações, autonomia e interlocução efetiva com outros órgãos. A implementação de Ouvidorias estaduais gerais, com competência para tratar de todos os assuntos de âmbito do estado não será

considerada na avaliação do cumprimento deste indicador, sendo necessária a existência de Ouvidoria específica.

29. Situação de apuração e encaminhamento administrativo e legal das denúncias de violação de direitos humanos oriundas da SENASP, Secretarias Estaduais de Direitos Humanos, Sociedade Civil e Comissões Legislativas de Direitos Humanos pela Secretaria Estadual de Segurança Pública:

- a) Procedimentos legais não instaurados
- b) Procedimentos legais instaurados e conclusão de apenas 30% dos instaurados
- b) Procedimentos legais instaurados e conclusão de acima de 30% dos instaurados

Processo de Avaliação: A avaliação será realizada a partir do envio, pelas secretarias estaduais de segurança pública, de quadro estatístico com número de casos encaminhados, especificando o tipo de denúncia e o total de casos instaurados e concluídos, devidamente atestado pela autoridade local competente.

30. Situação da participação dos Conselhos Comunitários no Sistema Estadual de Segurança Pública:

- a) Não existe política ou existe projeto não implantado
- b) Conselhos não implementados ou implementados parcialmente
- c) Conselhos funcionando regularmente

Processo de Avaliação: A avaliação será realizada a partir de documentação e normatização enviada pelas secretarias estaduais de segurança pública que comprovem a existência do projeto ou programa e sua efetiva execução parcial ou total. Os Conselhos Comunitários devem necessariamente estar descentralizados nas comunidades locais, ter eleição direta para sua diretoria, e realizar reuniões periódicas e abertas a qualquer cidadão interessado, cuja comprovação será feita através da indicação da lista das comunidades que possuem conselhos instalados, com indicação do atual responsável eleito, localização e contato, bem como atas de reunião.

De 2004 para 2006, nota-se um aumento no número de estados que responderam ao questionário de monitoramento qualitativo da implantação do SUSP de 19 para 25 Estados. Alguns estados responderam apenas 1 ano de avaliação: São Paulo e Paraíba. Os estados que responderam os três anos de avaliação foram: Acre, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Resposta dos Estados ao Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP (Brasil – 2004/2006)

Situação de Resposta à Avaliação	2004		2005		2006	
	N. Abs.	(%)	N. Abs.	(%)	N. Abs.	(%)
Número Estados Responderam	19	70,37	25	92,59	25	92,59
Estados que Não Responderam a Avaliação	Alagoas		Amazonas		Espírito Santo	
	Maranhão		Paraíba		São Paulo	
	Mato Grosso do Sul					
	Paraíba					
	Piauí					
	Santa Catarina					
	São Paulo					
	Sergipe					

Fonte: SENASP

Do total de 30 indicadores, a avaliação da execução total de 10 destes (os de número 1, 2, 3, 4, 9, 10, 11, 14, 15, 19) e execução parcial do indicador 24 depende de informações que são gerenciadas pela própria SENASP. Desta forma, a situação dos estados que não responderam a avaliação também foram incluídos no relatório, aproveitando estes indicadores cuja avaliação está baseada em informações sistematizadas pela própria SENASP. Contudo, no tocante aos outros 19 indicadores que dependem de informação documental a ser enviada pelos estados, a não resposta e/ou a não apresentação de documentação comprobatória recebeu classificação (a), isto é, equivalente à não execução da ação. Portanto, no caso de Espírito Santo e São Paulo, a indicação

(a) não significa necessariamente que foi apurado que a ação não está implementada, mas que não houve resposta ou documentação probatória apresentada para tais indicadores. O mesmo vale para os casos de estados que reenviaram o questionário, mas deixaram de responder ou apresentar documentação probatória em um ou mais indicadores.

3. Análise dos Dados

A análise será empreendida de modo a qualificar a situação verificada em 2006, ano em que o maior número de estados responderam a pesquisa, e faremos uma comparação geral das situações observadas em cada ano (2004/2006).

5.1.1. Gestão do Conhecimento

Este eixo estratégico do SUSP foi avaliado a partir da coleta de informações sobre a execução das seguintes ações:

1. Situação de alimentação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal - Módulo Ocorrências Criminais e Atividades de Polícia (Polícia Civil).
2. Situação de alimentação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal - Módulo Perfil das Organizações de Segurança Pública.
3. Situação da interação à rede INFOSEG - atualização de informações em "tempo real".
4. Situação da interação à rede INFOSEG - consulta as informações detalhadas em "tempo real".
5. Situação da equipe disponível para atendimento das funções de Tecnologia da Informação no âmbito da segurança pública.
6. Situação de implantação de programa visando integrar o sistema de informações das Polícias Cíveis e Polícias Militares por meio do registro de ocorrências unificado.
7. Situação dos investimentos do Estado em ações de modernização da área de gestão do conhecimento (ações devem envolver a modernização tecnológica, capacitação dos profissionais e implantação ou modernização dos sistemas de gestão da informação).

A análise das informações relativas às ações da área de Gestão do Conhecimento aponta que os principais êxitos são a alimentação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, tanto no que concerne o módulo de Ocorrências Criminais e Atividades de Polícia relativo a Polícia Civil e o módulo Perfil das Organizações de Segurança Pública relativo às organizações estaduais (Polícia Militar, Polícia Civil e Corpos de Bombeiros Militares). A atualização e consulta de dados na Rede INFOSEG em tempo real está em uma situação intermediária de implantação, pois a maior parte dos estados não atualizam e nem consultam todos os parâmetros. Por fim, as principais falhas são a baixa integração dos sistemas de informações das polícias cíveis e militares por meio do registro unificado de ocorrências e o baixo investimento dos estados com recursos próprios para promover a modernização da área de gestão do conhecimento. Os seguintes Estados destacam-se atualmente por terem as ações de gestão do conhecimento mais próximas ao proposto pelo Sistema Único de Segurança Pública: Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Por outro lado, os estados que se apresentam mais distantes do proposto pelo SUSP nesta área são Espírito Santo e Maranhão.

Análise comparativa por Item:

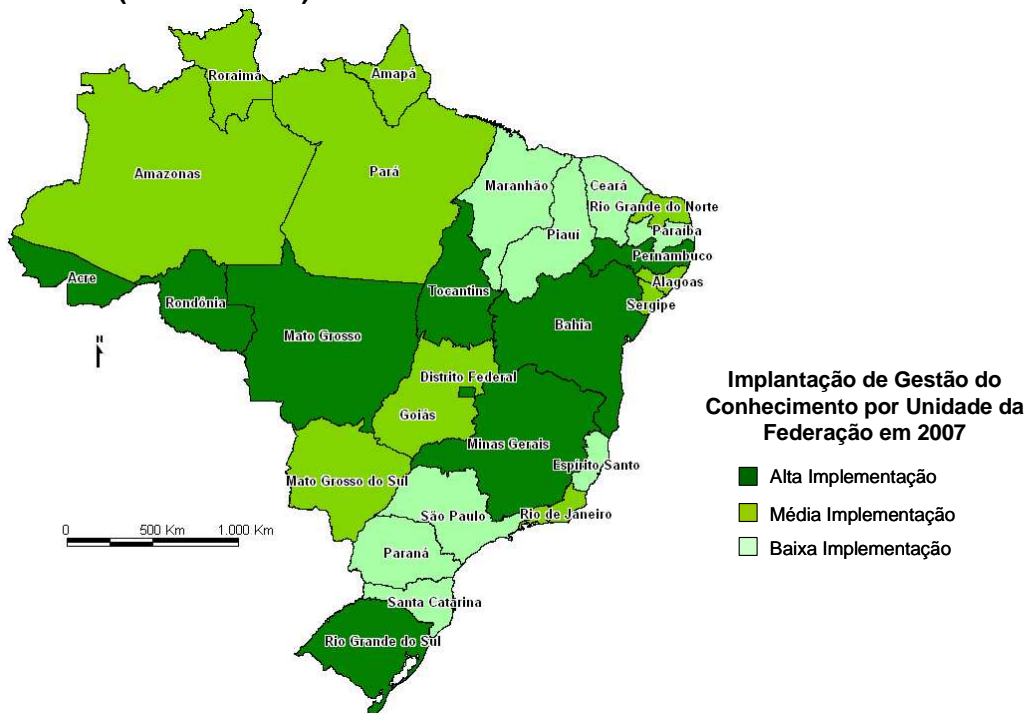
1. Situação de alimentação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – Módulo Ocorrências Criminais e Atividades de Polícia (PC): de 2004 para 2006, o número de estados que atenderam este item subiu da seguinte forma (16 – 25 – 25). A partir de 2006, passou-se a avaliar também o conteúdo da informação encaminhada, fazendo com que o critério de avaliação ficasse mais rígido. Em 2006, verificamos que dos 25 estados que alimentam o referido módulo, apenas 17 alimentam integralmente as informações solicitadas.
2. Situação de alimentação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal - Módulo Perfil das Organizações de Segurança Pública: de 2005 para 2006, o número de estados que atenderam este item plenamente permaneceu estável em 11. Os estados que responderam os três questionários da pesquisa perfil em 2006 foram Alagoas, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia, Sergipe e Tocantins.

Implementação das Ações de Gestão do Conhecimento entre os Estados (Brasil – 2006)

Unidades da Federação	Gestão do Conhecimento							Nota (0 a 14)
	1	2	3	4	5	6	7	
Acre	C	B	B	A	C	C	A	8
Alagoas	C	C	B	B	B	A	A	7
Amazonas	B	B	B	B	C	A	A	6
Amapá	C	C	B	A	A	A	C	7
Bahia	C	C	B	B	B	B	B	9
Ceará	A	B	B	B	A	B	B	5
Distrito Federal	C	C	B	A	C	A	B	8
Espirito Santo	C	B	A	A	A	A	A	3
Goias	C	B	B	B	C	A	A	7
Maranhão	C	B	A	A	A	A	A	3
Minas Gerais	B	B	B	C	B	C	C	10
Mato Grosso do Sul	C	C	B	B	A	B	A	7
Mato Grosso	C	C	B	B	C	C	A	10
Pará	C	B	B	B	A	A	C	7
Paraíba	C	B	B	B	A	A	A	5
Pernambuco	C	C	B	B	B	B	B	9
Piauí	C	B	B	B	A	A	A	5
Paraná	A	B	B	B	A	C	A	5
Rio de Janeiro	B	C	C	C	A	A	A	7
Rio Grande do Norte	C	B	B	B	B	A	A	6
Rondônia	C	C	B	B	B	B	B	9
Roraima	B	B	B	A	C	A	B	6
Rio Grande do Sul	B	B	C	C	C	C	C	12
Santa Catarina	B	B	B	B	A	A	B	5
Sergipe	B	C	B	B	C	A	A	7
São Paulo	B	B	B	B	A	A	A	4
Tocantins	C	C	B	B	C	B	A	9
Total	42	38	27	24	24	16	15	186

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Mapa: Comparação da Implementação das Ações de Gestão do Conhecimento entre os Estados (Brasil – 2006)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

3. Situação da interação à rede INFOSEG - atualização de informações em "tempo real": de 2005 para 2006, o número de estados que atenderam este item subiu de 16 para 25. Porém, resta salientar que apenas 2 estados (Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) atenderam este item plenamente, atualizando todos os parâmetros do INFOSEG em tempo real. Os dois estados que não atenderam este item foram Espírito Santo e Maranhão.

4. Situação da interação à rede INFOSEG - consulta as informações detalhadas em "tempo real": de 2005 para 2006, o número de estados que atenderam este item subiu de 16 para 21. Porém, resta salientar que, em 2006, apenas 3 estados (Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) atenderam este item plenamente, consultando todos os parâmetros do INFOSEG em tempo real. Os seis estados que não atenderam este item foram Acre, Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão e Roraima.

5. Situação da equipe disponível para atendimento das funções de Tecnologia da Informação no âmbito da segurança pública: Este indicador foi introduzido em 2005. Do 1º para o 2º ano de avaliação, o número de estados que atenderam minimamente este item subiu de 5 para 15, ou seja, comprovaram possuir no mínimo 1 funcionário capacitado para o ofício de tecnologia de informação. Destes 15 estados, 6 possuem menos da metade da equipe de TI composta por profissionais do quadro de segurança pública e 9 possuem mais da metade composta por profissionais do quadro de segurança pública. Cabe ressaltar que, em 2005 foi considerado, como prova de capacitação do servidor, a apresentação de certificado de qualquer curso de Tecnologia da Informação, ao passo que, em 2006, foi exigido que tais cursos tivessem no mínimo 80 horas-aula. Ou seja, mesmo com o aumento de rigidez do critério de avaliação, houve um significativo aumento no grau de execução desta ação pelos estados.

6. Situação de implantação de programa visando integrar o sistema de informações das Polícias Civis e Polícias Militares (integração dos processos de coleta e registro de informações em apenas uma base de dados): de 2004 para 2005, o número de estados com programa de integração implantado aumentou de 11 para 14, tendo diminuído em 2006 de 14 para 11. Contudo, em 2006, passou-se a não considerar somente a implantação de um Centro de Operações Integradas para atendimento de emergência como forma de execução, ainda que parcial, desta ação; dando assim mais rigidez ao critério de avaliação. Em 2006, dos 11 Estados que possuem o referido programa, apenas 5 possuem o programa implantado em todo o Estado: Acre, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul.

7. Situação dos investimentos do Estado em projetos para modernização da área de gestão do conhecimento (projetos que visam ao mesmo tempo modernização tecnológica, capacitação dos profissionais e implantação ou modernização dos sistemas de gestão da informação): de 2004 para 2006, o número de estados que atenderam este item subiu da seguinte forma (9 – 13 – 11), não tendo havido alterações no critério de avaliação. Entre os 11 estados que realizaram investimentos em projetos de modernização da área de gestão do conhecimento, apenas Amapá, Minas Gerais, Pará e Rio Grande do Sul realizaram investimentos em projetos que envolveram ao mesmo tempo: modernização tecnológica, capacitação dos profissionais e modernização de sistemas de gestão da informação.

5.1.2. Reorganização Institucional

Este eixo estratégico do SUSP foi avaliado a partir da coleta de informações sobre a execução das seguintes ações:

8. Situação do processo de integração das organizações policiais estaduais no planejamento tático e estratégico das ações de segurança pública empreendidas por estas organizações.

9. Situação do nível de devolução do montante de recursos repassados para o estado por meio de convênios celebrados com a SENASP no ano de 2004.

10. Situação da entrega das prestações de contas de todos os convênios celebrados com a SENASP no ano de 2004, com todos os documentos requeridos, dentro do prazo legal.

11. Número de reformulações executadas nos planos de trabalho dos convênios celebrados com a SENASP, no ano de 2004.

12. Situação do processo de implantação do projeto de integração das corregedorias de polícia na UF.

13. Situação dos gastos estaduais em segurança pública relacionados a investimento e custeio

nos últimos 3 anos (2004 a 2006) na UF.

14. Situação da conclusão de inquéritos policiais instaurados pela Polícia Civil na UF.

15. Situação da conclusão de laudos instaurados pelo Corpo de Bombeiros Militar na UF.

A análise das informações relativas às ações da área de Reorganização Institucional evidencia que os principais êxitos desta área são o baixo número de reformulações executadas pelos estados em relação aos convênios assinados com a SENASP e o aumento dos recursos investidos pelos estados, entre 2004 e 2006, na área de segurança pública. Em situação intermediária de implantação identificamos o processo de integração das corregedorias de polícia e a situação de conclusão de inquéritos policiais instaurados pelas Polícias Cíveis. Por fim, as principais falhas no processo de implantação foram a situação precária de conclusão de laudos instaurados pelos Corpos de Bombeiros e a alta devolução de recursos pelos estados em relação aos convênios assinados com a SENASP. Os seguintes Estados destacam-se atualmente por terem as ações de reorganização institucional mais próximas ao proposto pelo Sistema Único de Segurança Pública: Goiás, Pernambuco e Santa Catarina. Por outro lado, os estados que se apresentam mais distantes do proposto pelo SUSP nesta área são Amazonas, Mato Grosso do Sul e Paraíba.

Implementação das Ações de Reorganização Institucional entre os Estados (Brasil – 2006)

Unidades da Federação	Reorganização Institucional								Nota (0 a 16)
	8	9	10	11	12	13	14	15	
Acre	A	C	B	C	A	A	A	A	5
Alagoas	A	B	B	C	A	C	C	A	8
Amazonas	A	A	A	C	B	A	A	A	3
Amapá	A	B	B	C	A	B	C	A	7
Bahia	C	A	A	B	C	C	C	A	9
Ceará	C	A	A	B	C	C	A	A	7
Distrito Federal	A	A	B	B	A	C	C	C	8
Espirito Santo	A	C	A	C	A	A	A	A	4
Goiás	C	B	B	C	C	C	C	A	12
Maranhão	B	A	A	C	C	A	A	A	5
Minas Gerais	B	A	B	A	C	C	A	A	6
Mato Grosso do Sul	A	A	B	C	A	A	A	A	3
Mato Grosso	B	B	B	C	C	C	A	A	9
Pará	B	A	C	C	A	C	A	A	7
Paraíba	A	A	A	C	A	A	A	A	3
Pernambuco	B	A	B	C	C	C	C	A	9
Piauí	A	A	B	C	A	C	A	A	5
Paraná	C	A	B	C	A	A	C	A	7
Rio de Janeiro	A	A	B	C	C	A	B	A	6
Rio Grande do Norte	A	A	B	C	C	C	B	A	8
Rondônia	B	C	A	C	A	B	A	C	9
Roraima	B	B	A	A	A	C	A	A	4
Rio Grande do Sul	B	A	A	B	A	C	A	A	4
Santa Catarina	A	A	B	C	C	C	C	C	10
Sergipe	A	A	B	C	A	C	C	A	7
São Paulo	A	B	B	C	A	A	A	A	4
Tocantins	B	A	B	B	A	C	C	A	7
Total	17	12	19	45	21	34	22	6	176

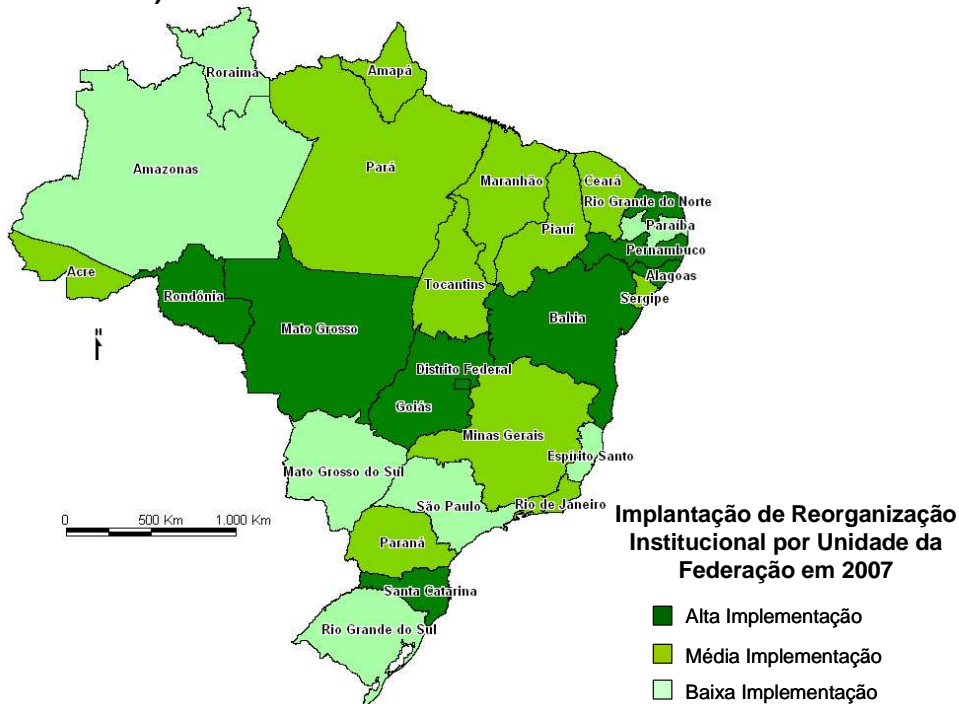
Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Análise por Item:

8. Situação do processo de integração das organizações policiais estaduais no planejamento tático e estratégico das ações empreendidas por estas organizações: o número de estados que comprovou a adoção do conceito de áreas integradas aumentou de 2004 para 2006, passando de 10 para 13. No entanto, destes 13 estados, apenas 4 implantaram as áreas integradas em todo o território do estado: Bahia, Ceará, Goiás e Paraná.

9. Situação da execução dos recursos repassados pela SENASP para as organizações de segurança pública da UF (2004): em 2005, foi avaliado o nível de execução, pelos estados, dos recursos repassados pela SENASP, não sendo possível assim comparar com o indicador avaliado em 2006. Neste primeiro ano de análise do montante de recursos devolvidos pelos Estados para a SENASP, identificou-se que 18 estados devolveram acima de 10% dos recursos recebidos, 6 estados devolveram entre 2% e 10% e apenas 3 estados devolveram abaixo de 2% dos recursos recebidos da SENASP via convênio: Acre, Espírito Santo e Rondônia

Mapa: Comparação da Implementação das Ações de Reorganização Institucional entre os Estados (Brasil – 2006)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

10. Situação da entrega das prestações de contas de todos os convênios celebrados com a SENASP no ano de 2004, com todos os documentos requeridos, dentro do prazo legal: neste primeiro ano de análise da situação de entrega das prestações de contas, identificamos que 6 estados entregaram todas as prestações de contas fora do prazo (Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba e Rondônia), 20 estados entregaram suas prestações de contas ou parcialmente fora do prazo, ou dentro do prazo, mas sem toda a documentação necessária. Apenas o estado do Pará, que assinou apenas 1 convênio no ano de 2004, entregou suas prestações de contas dentro do prazo e com a documentação adequada.

11. Número de reformulações executadas nos planos de trabalho dos convênios celebrados com a SENASP (2004): neste primeiro de análise da situação das reformulações dos convênios, concluímos que apenas 7 estados executaram mais de 1 reformulação por convênio assinado com a SENASP. Destes 7 estados, Minas Gerais e Roraima se destacaram por realizar mais de 4 reformulações por convênio.

12. Situação do processo de implantação do projeto de integração das corregedorias de polícia na UF: de 2004 para 2006, o número de estados que atenderam este item subiu da seguinte forma (3 – 8 – 11). Sendo eles: Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.

13. Situação dos gastos estaduais em segurança pública relacionados a investimento e custeio nos últimos 3 anos (2004 a 2006) na UF: neste primeiro ano de análise da situação dos investimentos, sob estes parâmetros, verificamos que 16 estados promoveram incremento acima de 2% na participação percentual dos gastos em custeio e investimento no total de gastos executados pelo estado e 2 estados permaneceram em padrão de estabilidade. Os estados que diminuíram os

investimentos foram: Acre, Amazonas, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo.

14. Situação da conclusão de inquéritos policiais instaurados pela Polícia Civil na UF: de 2005 para 2006, o número de estados que apresentaram o índice de conclusão de inquéritos acima de 30% diminuiu de 16 para 12. Entre estes, 10 concluem acima de 50% dos inquéritos instaurados. São eles: Alagoas, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

15. Situação da conclusão de laudos instaurados pelo Corpo de Bombeiros Militar na UF: de 2005 para 2006, o número de estados que apresentaram o índice de conclusão de laudos acima de 30% diminuiu de 7 para 3. Cabe observar que todos os estados que atenderam a este quesito apresentaram índices acima de 50% dos inquéritos instaurados. São eles: Distrito Federal, Rondônia e Santa Catarina.

5.1.3. Formação e Valorização Profissional

Este eixo estratégico do SUSP foi avaliado a partir da coleta de informações sobre a execução das seguintes ações:

16. Situação do processo de integração das instituições de ensino policial.

17. Situação de implantação de projeto de atendimento integral à saúde (médico, odontológico e psico-social) com abrangência institucional, ou seja, disponibilizado para todas as corporações.

18. Situação da educação para Direitos Humanos no processo formativo dos policiais das organizações estaduais de segurança pública.

19. Ações adotadas para garantir e promover a capacitação dos profissionais de segurança pública pela Rede Nacional de Educação à Distância em Segurança Pública.

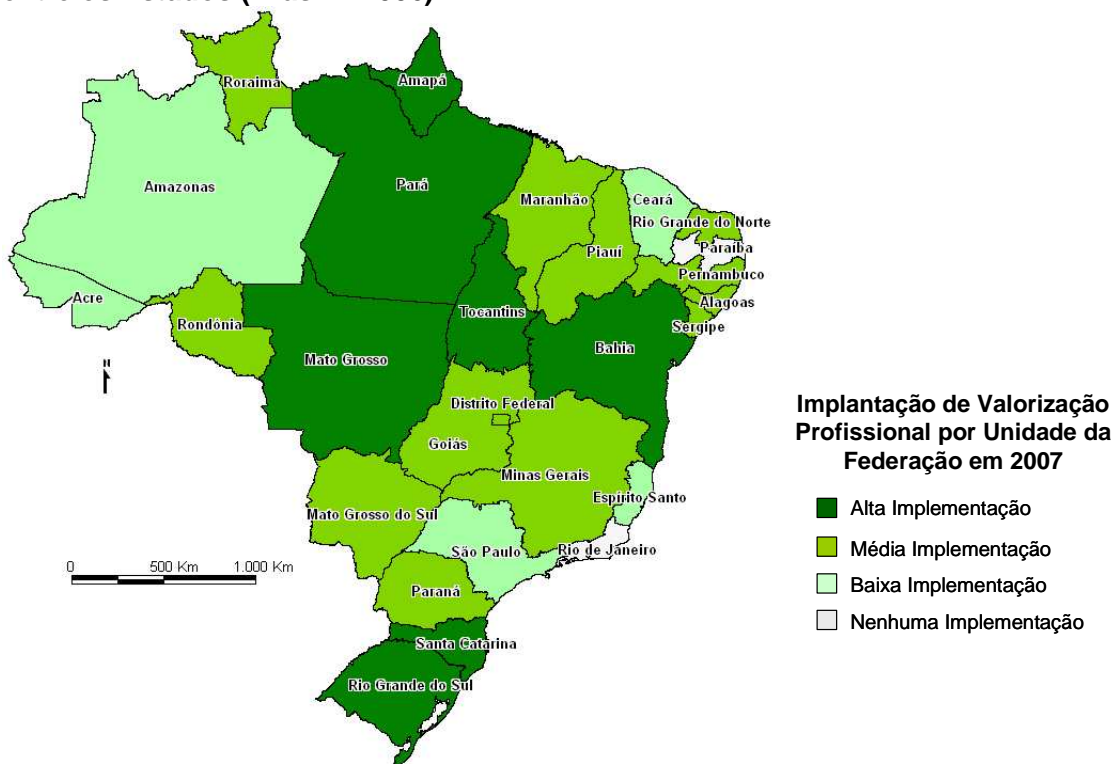
Implementação das Ações de Formação e Valorização Profissional entre os Estados (Brasil – 2006)

Unidades da Federação	Formação e Valorização Profissional				Nota (0 a 8)
	16	17	18	19	
Acre	A	A	B	A	1
Alagoas	B	B	C	A	4
Amazonas	B	B	A	A	2
Amapá	C	B	C	A	5
Bahia	B	C	C	A	5
Ceará	A	A	C	A	2
Distrito Federal	B	B	C	A	4
Espírito Santo	A	A	B	B	2
Goiás	B	A	C	A	3
Maranhão	C	A	C	A	4
Minas Gerais	B	B	B	A	3
Mato Grosso do Sul	A	B	C	A	3
Mato Grosso	A	B	C	C	5
Pará	C	C	C	A	6
Paraíba	A	A	A	A	0
Pernambuco	B	B	C	A	4
Piauí	A	B	C	A	3
Paraná	B	B	C	A	4
Rio de Janeiro	A	A	A	A	0
Rio Grande do Norte	A	C	C	A	4
Rondônia	A	A	B	C	3
Roraima	B	A	B	B	3
Rio Grande do Sul	B	B	C	B	5
Santa Catarina	A	C	C	C	6
Sergipe	A	C	C	A	4
São Paulo	A	A	B	A	1
Tocantins	C	B	C	A	5
Total	18	22	42	9	91

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

A análise das informações relativas às ações da área de Formação e Valorização Profissional mostra que o principal êxito desta área é a presença maciça dos Direitos Humanos no processo formativo dos policiais das organizações de segurança pública. Em situação intermediária de implantação encontramos o processo de integração das instituições de ensino policial e os projetos de atenção integral à saúde com abrangência institucional. Por fim, a principal falha no processo de implantação foi a existência de ações visando garantir e promover a capacitação dos profissionais de segurança pública na Rede Nacional de Educação à Distância (SENASP). Os seguintes Estados destacam-se atualmente por terem as ações de formação e valorização profissional mais próximas ao proposto pelo Sistema Único de Segurança Pública: Pará e Santa Catarina. Por outro lado, os estados que se apresentam mais distantes do proposto pelo SUSP nesta área são Paraíba e Rio de Janeiro.

Mapa: Comparação da Implementação das Ações de Formação e Valorização Profissional entre os Estados (Brasil – 2006)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Análise por Item:

16. Situação do processo de integração das instituições de ensino policial: de 2004 para 2006, o número de estados que atenderam este item subiu da seguinte forma (10 – 14 – 14). Até 2005, a realização apenas de cursos com turmas integradas era equiparada à integração total para fins de avaliação da execução da ação, ainda que houvesse somente 1 aluno de uma corporação em um curso composto quase que unicamente por alunos de uma outra. Em 2006, o critério ficou mais rígido, passando-se a considerar um curso com “turma integrada” aquele em que o rol de alunos inscritos apresentasse no máximo 2/3 de alunos de uma mesma corporação. Portanto, mesmo com o critério mais rígido, o número de estados que promoveram cursos com turmas integradas manteve-se em 14. Destes, apenas 4 alcançaram uma integração total das instituições de ensino: Amapá, Maranhão, Pará e Tocantins.

17. Situação de implantação de projeto de atendimento integral à saúde (médico, odontológico e psico-social) com abrangência institucional, ou seja, disponibilizado para toda a corporação: de 2004 para 2006, o número de estados que atenderam este item subiu da seguinte forma (9 – 14 – 17). Destes 17 estados, apenas 5 possuem projetos de atendimento à saúde implantado de forma

integral, ou seja, atendendo as áreas médica, odontológica e psico-social e voltado para todas as corporações: Bahia, Pará, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe

18. Situação da educação para Direitos Humanos no processo formativo dos policiais das organizações estaduais de segurança pública: de 2004 para 2006, o número de estados que atenderam este item subiu da seguinte forma (17 – 17 – 24). Apenas Amazonas, Paraíba e Rio de Janeiro não possuem a educação em direitos humanos presente no processo formativo dos policiais das organizações de segurança pública.

19. Adoção de ações (normas, procedimentos) para garantir e promover o acesso dos profissionais de segurança pública à Rede Nacional de Educação à Distância em Segurança Pública: em 2005, 22 estados empreenderam ações visando a formação dos profissionais de segurança pública da Rede EAD, mas não havia especificações sobre o nível de incentivo aos programas de capacitação à distância. No ano de 2006, realizamos uma avaliação do percentual de profissionais dos estados que já foram capacitados na referida rede e concluímos que apenas 6 estados possuíam mais de 10% dos profissionais já capacitados. Destes 6 estados, apenas Mato Grosso, Rondônia e Santa Catarina possuíam mais de 20% do efetivo capacitado.

5.1.4. Prevenção

Este eixo estratégico do SUSP foi avaliado a partir da coleta de informações sobre a execução das seguintes ações:

20. Situação de implantação de programas estaduais de prevenção primária e secundária com abrangência estadual.

21. Situação da participação da Polícia Comunitária no Sistema Estadual de Segurança Pública.

22. Situação de implantação de programa visando modernização da rede de proteção a grupos vulneráveis (mulheres, crianças e adolescentes, idosos, GLBT, etc) envolvendo a capacitação de profissionais para lidar com esses grupos, implantação ou modernização de delegacias especializadas e campanhas educativas.

23. Situação de apoio à implantação do Estatuto do Desarmamento.

24. Situação de implantação de programa visando prevenção de danos letais provocado pelo efetivo das organizações de segurança pública.

25. Situação de implantação das Comissões Permanentes de Direitos Humanos nas estruturas organizacionais da Secretaria Estadual de Segurança Pública.

A análise das informações relativas às ações da área de Prevenção identifica que os principais êxitos dessa área foram a implantação de programas estaduais de prevenção primária e secundária com abrangência estadual e a participação ativa da polícia comunitária no Sistema Estadual de Segurança Pública. Em situação intermediária de implantação encontramos as ações de modernização da rede de proteção a grupos vulneráveis (mulheres, crianças, adolescentes, idosos, GLBT, etc), o apoio a implantação do Estatuto do Desarmamento e a existência de programas visando a prevenção de danos letais provocados pelo efetivo das organizações de segurança pública. A principal falha no processo de implantação foi a existência de Comissões Permanentes de Direitos Humanos nas estruturas das Secretarias Estaduais de Segurança Pública. Os seguintes Estados destacam-se atualmente por terem as ações de prevenção mais próximas ao proposto pelo Sistema Único de Segurança Pública: Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Norte. Por outro lado, os estados que se apresentam mais distantes do proposto pelo SUSP nesta área são Espírito Santo, Paraíba, Rio de Janeiro, Sergipe e São Paulo.

Análise por Item:

20. Situação de implantação de programas estaduais de prevenção à violência implantados com abrangência estadual: de 2004 para 2006, o número de estados que atenderam este item subiu da seguinte forma (15 – 14 – 19). Cabe ressaltar que, na avaliação de 2006, o critério tornou-se mais rígido, com o objetivo de evitar equívocos referentes ao conceito de “prevenção”. Nesse sentido, foi informado expressamente que a realização de “rondas” não se incluía entre as políticas a serem avaliadas, uma vez que, no ano anterior, houve casos de estados que apresentaram somente esta atividade como política de prevenção. Da mesma forma, como grande parte dos estados costumava apresentar apenas ações do PROERD (Programa de erradicação das Drogas) como política de

prevenção, e considerando que todos os estados têm este programa minimamente implementado, na avaliação de 2006 o PROERD não foi considerado na avaliação. Os oito estados que não comprovaram possuir nenhum tipo de programa de prevenção foram Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Sergipe e São Paulo.

Implementação das Ações de Prevenção entre os Estados (Brasil – 2006)

Unidades da Federação	Prevenção						Nota (0 a 12)
	20	21	22	23	24	25	
Acre	B	C	B	A	B	A	5
Alagoas	A	A	A	A	B	B	2
Amazonas	B	B	B	A	B	A	4
Amapá	B	B	A	A	B	A	3
Bahia	C	C	C	C	C	A	10
Ceará	C	A	B	C	B	A	6
Distrito Federal	C	C	B	B	B	A	7
Espírito Santo	A	A	A	A	B	A	1
Goiás	C	B	B	A	B	A	5
Maranhão	B	A	B	A	A	A	2
Minas Gerais	C	C	C	C	C	A	10
Mato Grosso do Sul	A	C	A	A	A	A	2
Mato Grosso	C	C	B	A	B	A	6
Pará	B	B	B	C	A	A	5
Paraíba	A	A	A	A	A	A	0
Pernambuco	C	C	C	C	B	A	9
Piauí	A	B	C	C	B	A	6
Paraná	C	C	B	B	B	A	7
Rio de Janeiro	A	A	A	A	B	A	1
Rio Grande do Norte	C	C	C	C	B	C	11
Rondônia	B	B	A	A	B	A	3
Roraima	C	A	A	A	C	A	4
Rio Grande do Sul	C	C	C	C	A	A	8
Santa Catarina	C	C	A	C	C	A	8
Sergipe	A	A	A	A	A	A	0
São Paulo	A	A	A	A	A	A	0
Tocantins	C	B	C	C	A	A	7
Total	32	29	23	22	23	3	132

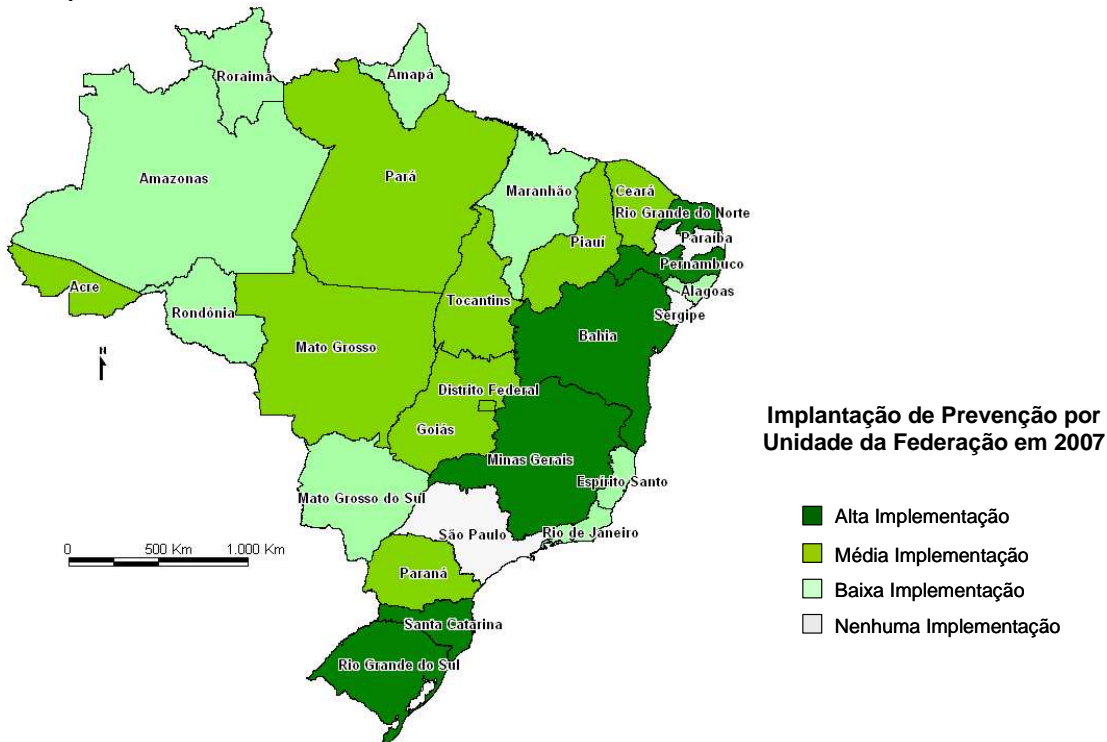
Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

21. Situação de implantação da política pública de Polícia Comunitária com abrangência sistêmica: de 2004 para 2006, o número de estados que atenderam este item subiu da seguinte forma (10 – 14 – 18). Os nove estados que não possuem a polícia comunitária implantada de forma sistêmica são Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba, Rio de Janeiro, Roraima, Sergipe e São Paulo.

22. Situação de implantação de programa visando modernização da rede de proteção a grupos vulneráveis (mulheres, crianças e adolescentes, idosos, GLBT, etc) envolvendo a capacitação de profissionais para lidar com esses grupos, implantação ou modernização de delegacias especializadas e campanhas educativas: A instituição deste indicador, no ano de 2006, resulta da junção de 2 indicadores que foram avaliados em 2004 e 2005, quais sejam: “Situação de implantação de programa visando modernização das DEAMs” e “Situação da política de implantação das Delegacias de Proteção à Criança e o Adolescente e Delegacias de Investigação de Ato Infracional”, bem como da ampliação do alcance da avaliação, incluindo também idosos, GLBT e demais grupos vulneráveis. A evolução da implementação destes 2 indicadores em 2004 e 2005 foi (8 – 5) e (8 – 11), respectivamente. Em 2006, no primeiro ano de análise deste item, identificamos que 16 estados possuem algum tipo de programa implantado ainda que parcialmente e voltado para pelo menos 1 tipo de grupo vulnerável, dentre os quais 9 possuem este tipo de programa implantado parcialmente e 7 estados (Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins) possuem este tipo de programa implantado totalmente, ou seja, envolvendo capacitação dos policiais, modernização de delegacias e campanhas educativas com a população.

23. Situação de apoio à implantação do Estatuto do Desarmamento: de 2004 para 2006, o número de estados que atenderam este item permaneceu estável da seguinte forma (13 – 13 – 12). Destes 12 estados, apenas 10 executam apoio envolvendo ações visando recolhimento e controle de armas de fogo e distribuição de material educativo.

Mapa: Comparação da Implementação das Ações de Prevenção entre os Estados (Brasil – 2006)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

24. Situação de implantação de programa visando prevenção de danos letais provocado pelo efetivo das organizações de segurança pública: de 2004 para 2006, o número de estados que possuem programas visando a redução de danos letais provocados pelo efetivo subiu da seguinte forma (4 – 6 – 19). No entanto, a partir de 2006, passou-se a avaliar não somente o investimento dos estados em programas de redução de danos letais, como também o resultado efetivo de tais ações, através do número de pessoas mortas “por intervenção estatal”, segundo dados do SIM³ (DATASUS). Entre os 19 estados que obtiveram pontuação neste indicador, a maioria (15) ou apenas demonstrou a execução de ações sem apresentar reflexo positivo no número de letalidade policial, ou não comprovou a execução de ações mas apresentou redução no número de mortes, possivelmente resultante de investimentos em anos anteriores, investimentos diretos da SENASP (o que não é considerado “investimento do estado” para fins de avaliação qualitativa), ou até mesmo de caso fortuito ou fatores externos. Em apenas 4 estados encontramos concomitantemente a existência de ações com investimentos dos estados e estatísticas que apontam para a redução de danos letais provocados pelas forças de segurança pública: Bahia, Minas Gerais, Roraima e Santa Catarina.

25. Situação de implantação das Comissões Permanentes de Direitos Humanos nas estruturas organizacionais da Secretaria Estadual de Segurança Pública: de 2004 para 2006, o número de estados que atenderam este item permaneceu estável da seguinte forma (2 – 5 – 2). Em 2006, a instituição de comissão ou instância de Direitos Humanos no âmbito de outra secretaria ou outro poder, passou a não mais ser considerada execução parcial da ação, o que tornou o critério mais rígido. Mesmo assim, dos 5 estados que haviam comprovado execução ainda que parcial em 2005, 4 não responderam a este indicador ou apresentaram documentação inadequada na avaliação de

³ Sistema de Informações de Mortalidade – administrado pela Secretaria de Vigilância Sanitária / Ministério da Saúde

2006. Os únicos estados que comprovaram a execução deste indicador foram: Rio Grande do Norte (através de ato normativo) e Alagoas (apenas com relação à PM).

5.1.5. Estruturação da Perícia

Este eixo estratégico do SUSP foi avaliado a partir da coleta de informações sobre a execução das seguintes ações:

26. Situação do processo de descentralização (interiorização) das Estruturas dos IMLs.

27. Situação dos investimentos do Estado em projetos para modernização da área de perícia (projetos que visam ao mesmo tempo modernização tecnológica).

Implementação das Ações de Estruturação da Perícia entre os Estados (Brasil – 2006)

Unidades da Federação	Perícia		Nota (0 a 4)
	26	27	
Acre	B	B	2
Alagoas	C	A	2
Amazonas	A	A	0
Amapá	C	C	4
Bahia	B	C	3
Ceará	C	A	2
Distrito Federal	C	A	2
Espirito Santo	A	A	0
Goiás	C	C	4
Maranhão	A	A	0
Minas Gerais	C	C	4
Mato Grosso do Sul	C	C	4
Mato Grosso	C	C	4
Pará	A	A	0
Paraíba	C	A	2
Pernambuco	C	B	3
Piauí	B	A	1
Paraná	B	A	1
Rio de Janeiro	A	A	0
Rio Grande do Norte	B	A	1
Rondônia	A	A	0
Roraima	A	A	0
Rio Grande do Sul	C	A	2
Santa Catarina	C	A	2
Sergipe	C	A	2
São Paulo	B	A	1
Tocantins	C	C	4
Total	34	16	50

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

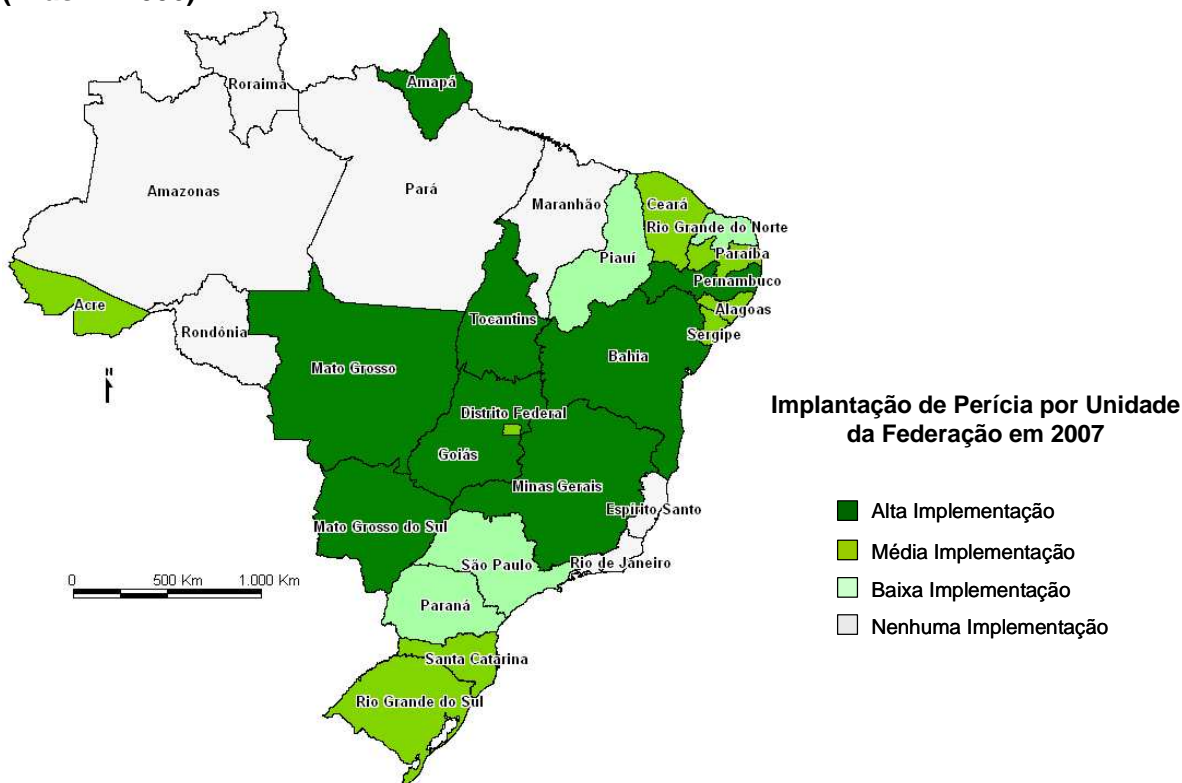
A análise das informações relativas às ações da área de Estruturação e Modernização da Perícia identifica que o principal êxito dessa área foi a descentralização das estruturas dos IMLs. A principal falha no processo de implantação foi quanto aos investimentos dos estados em projetos para modernização da área de perícia. Os seguintes Estados destacam-se atualmente por terem as ações de estruturação e modernização da área de perícia mais próximas ao proposto pelo Sistema Único de Segurança Pública: Amapá, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Tocantins. Por outro lado, os estados que se apresentam mais distantes do proposto pelo SUSP nesta área são Amazonas, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro, Rondônia e Roraima.

Análise por Item:

26. Situação do processo de descentralização (interiorização) dos IMLs, IIs e ICs: de 2004 para 2006, o número de estados que possuem programas visando à descentralização das estruturas de perícia subiu da seguinte forma (11 – 13 – 20). Em 2006, a descentralização apenas de postos de confecção de documentos de identificação passou a não ser mais suficiente para a comprovação de descentralização parcial da perícia, o que tornou o critério mais rígido. Os únicos estados que ainda não vêm promovendo este processo de descentralização são Amazonas, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro, Rondônia e Roraima.

27. Situação dos investimentos do Estado em projetos para modernização da área de perícia (projetos que visam ao mesmo tempo modernização tecnológica, capacitação dos profissionais e implantação ou modernização dos sistemas de gestão da informação): de 2004 para 2006, o número de estados que atenderam este item evoluiu da seguinte forma (18 – 7 – 9). Sendo eles: Acre, Amapá, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pernambuco e Tocantins.

Mapa: Comparação da Implementação das Ações de Estruturação da Perícia entre os Estados (Brasil – 2006)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

5.1.6. Controle Externo e Participação Social

Este eixo estratégico do SUSP foi avaliado a partir da coleta de informações sobre a execução das seguintes ações:

28. Situação do processo de implantação das Ouvidorias de Polícia.

29. Situação de apuração e encaminhamento administrativo e legal das denúncias de violação de direitos humanos oriundas da SENASP, Secretarias Estaduais de Direitos Humanos, Sociedade Civil e Comissões Legislativas de Direitos Humanos pela Secretaria Estadual de Segurança Pública.

30. Situação da participação dos Conselhos Comunitários no Sistema Estadual de Segurança Pública.

A análise das informações relativas às ações da área de Controle Externo e Participação Social identifica que os êxitos dessa área foram a implantação das ouvidorias e a participação de

Conselhos Comunitários nos Sistemas Estaduais de Segurança Pública. A principal falha no processo de implantação foi em relação a precariedade dos encaminhamentos administrativos e legais para as denúncias de violação de direitos humanos oriundas da SENASP, Secretarias Estaduais de Direitos Humanos, Sociedade Civil e Comissões Legislativas de Direitos Humanos. Os seguintes Estados destacam-se atualmente por terem as ações de controle externo e participação social mais próximas ao proposto pelo Sistema Único de Segurança Pública: Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Por outro lado, os estados que se apresentam mais distantes do proposto pelo SUSP nesta área são Amazonas, Maranhão, Paraíba, Rondônia e Roraima.

Implementação das Ações de Controle Externo entre os Estados (Brasil – 2006)

Unidades da Federação	Controle Externo			Nota (0 a 6)
	28	29	30	
Acre	A	C	A	2
Alagoas	A	C	A	2
Amazonas	A	A	A	0
Amapá	A	A	C	2
Bahia	C	C	C	6
Ceará	C	C	C	6
Distrito Federal	A	C	C	4
Espirito Santo	C	A	A	2
Goiás	C	A	C	4
Maranhão	A	A	A	0
Minas Gerais	C	B	C	5
Mato Grosso do Sul	A	B	C	3
Mato Grosso	C	A	C	4
Pará	C	A	A	2
Paraíba	A	A	A	0
Pernambuco	C	C	C	6
Piauí	A	C	A	2
Paraná	C	A	C	4
Rio de Janeiro	C	A	A	2
Rio Grande do Norte	C	A	A	2
Rondônia	A	A	A	0
Roraima	A	A	A	0
Rio Grande do Sul	C	C	C	6
Santa Catarina	C	A	C	4
Sergipe	A	A	C	2
São Paulo	C	A	C	4
Tocantins	C	C	B	5
Total	30	20	29	79

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Análise por Item:

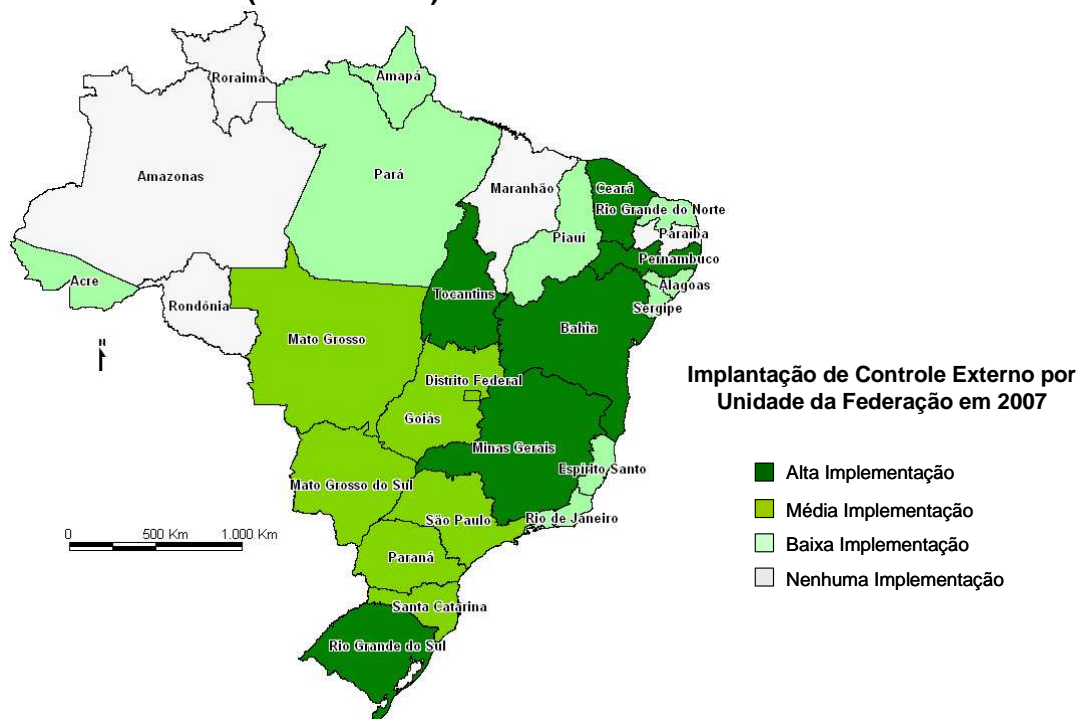
28. Situação do processo de implantação das Ouvidorias de polícia: de 2004 para 2006, o número de estados que possuem ouvidorias subiu de forma contínua (12 – 13 – 15). A partir de 2006, o critério de avaliação ficou mais rígido, na medida em que a existência de Ouvidorias Gerais nos estados passou a não mais ser considerada execução parcial da ação. Os estados que não possuem ouvidorias são Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Rondônia, Roraima e Sergipe.

29. Situação de apuração e encaminhamento administrativo e legal das denúncias de violação de direitos humanos oriundas da SENASP, Secretarias Estaduais de Direitos Humanos, Sociedade Civil e Comissões Legislativas de Direitos Humanos pela Secretaria Estadual de Segurança Pública: em 2004 e 2005, foi avaliada neste indicador somente a existência de procedimentos burocráticos de encaminhamento de casos de violação de Direitos Humanos, tendo o número de estados que atendem a este item oscilado da seguinte forma (13 – 11 – 11). A partir de 2006, passou-se a avaliar também o nível de conclusão dos casos instaurados. Entre os 11 estados que instauram os procedimentos legais a partir dessas denúncias, 2 estados concluem menos de 30% dos PADs e 9

concluem acima de 30%. São eles: Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Tocantins.

30. Situação da participação dos Conselhos Comunitários no Sistema Estadual de Segurança Pública: de 2004 para 2006, o número de estados que possuem conselhos comunitários no sistema estadual de segurança pública subiu da seguinte forma (10 – 10 – 15). A partir de 2006, houve um acréscimo nos requisitos para o reconhecimento da implantação de Conselho Comunitário, como a existência de eleições diretas e reuniões periódicas abertas à comunidade, tornando assim o critério mais rígido. Os estados que não possuem estes conselhos comunitários são Acre, Alagoas, Amazonas, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia e Roraima.

Mapa: Comparação da Implementação das Ações de Controle Externo e Participação Social entre os Estados (Brasil – 2006)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

5.1.7. Conclusão - Eficiência de Implantação do SUSP

Nota-se que na quase totalidade dos indicadores houve um aumento do número de estados que obtiveram a avaliação “SIM” (considerando o “SIM” como a situação das implantações totais ou parciais das ações avaliadas), em relação ao ano anterior. Essa variação pode ser atribuída a vários fatores. O fator principal certamente é o aumento sensível do número de unidades federativas que vêm adotando as diretrizes das políticas públicas propostas pelo Sistema Único de Segurança Pública, o que reflete em um maior nível de implementação do SUSP. Paralelamente, há outros fatores que influenciam os números qualitativos finais, contudo, se por um lado há um aumento do número de estados que responderam ao questionário (o que tenderia a aumentar os índices nacionais de implementação), por outro os critérios de avaliação e as exigências de documentação comprobatória têm se tornado mais rígidas, o que levaria, em tese, a uma tendência de redução geral dos resultados encontrados.

Assim sendo, considerados todos esses fatores, a tendência inegável é de ampliação da adoção dos princípios e diretrizes do SUSP pelos estados e, a partir desta parte do relatório, abordaremos a eficiência de implantação do SUSP por área de atuação e a eficiência geral. O cálculo foi realizado a partir do número de ações que receberam a resposta: SIM dentro de um universo de ações previstas. Calculamos o índice levando em consideração a situação dos 27 Estados. Convém considerar que a inclusão de novos indicadores e a modificação dos critérios de alguns, além do

aumento do total de estados avaliados, tende a alterar significativamente estes índices de implantação do SUSP.

Daquilo que se pretendia implantar do SUSP entre as 27 Unidades da Federação, alcançamos o resultado de 57%. Cabe salientar, no entanto, que este percentual de implantação do SUSP permaneceu estável entre 2004 e 2006. Ao avaliarmos o resultado de implantação por eixo estratégico do SUSP, cabe salientarmos que ocorreram melhoras significativas nos níveis de implantação das áreas de Gestão do Conhecimento, Reorganização Institucional e Prevenção. Por outro lado, ocorreram pioras nos níveis de implantação nas áreas de Formação e Valorização Profissional, Perícia e Controle Externo.

Percentual do SUSP Implantado Segundo Seus Eixos Estratégicos (Brasil – 2004/2006)

Eixos Estratégicos (SUSP)	Percentual do SUSP Segundo Eixo Ação		
	2004	2005	2006
Gestão do Conhecimento	67,11	57,14	71,43
Reorganização Institucional	43,16	46,29	50,46
Valorização Profissional	67,11	72,80	56,48
Prevenção	44,08	38,50	53,09
Perícia	84,21	46,67	53,70
Controle Externo	59,65	45,33	50,62
Total	56,92	50,67	56,91

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Nos três anos de monitoramento realizados, os maiores níveis de implantação do SUSP entre os estados ocorreram, em 2006, na Bahia (83%), Minas Gerais (80%) e Pernambuco (86%) e, em 2004, no Mato Grosso (85%). Por outro lado, os menores níveis de implantação do SUSP ocorreram, em 2004, no Distrito Federal (22%); em 2005, no Pará (12%) e Piauí (18%) e, em 2006, na Paraíba (20%). A maior parte dos estados apresentou um processo contínuo de incremento de implantação – Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rondônia.

Percentual do SUSP Implantado Segundo Unidades da Federação (Brasil – 2004/2006)

Unidades da Federação	Percentual do SUSP Implantado Segundo UF		
	2004	2005	2006
Acre	44,44	45,45	53,33
Alagoas		51,52	56,67
Amazonas	40,74		43,33
Amapá	37,04	39,39	60,00
Bahia	55,56	72,73	83,33
Ceará	66,67	72,73	60,00
Distrito Federal	22,22	57,58	70,00
Espírito Santo	29,63	36,36	26,67
Goiás	77,78	72,73	73,33
Maranhão		27,27	30,00
Minas Gerais	70,37	60,61	80,00
Mato Grosso do Sul		45,45	46,67
Mato Grosso	85,19	84,85	76,67
Pará	44,44	12,12	56,67
Paraíba			23,33
Pernambuco	81,48	81,82	83,33
Piauí		18,18	50,00
Paraná	66,67	60,61	63,33
Rio de Janeiro	74,07	27,27	33,33
Rio Grande do Norte	33,33	60,61	66,67
Rondônia	51,85	57,58	60,00
Roraima	59,26	21,21	43,33
Rio Grande do Sul	70,37	75,76	73,33
Santa Catarina		30,30	66,67
Sergipe		54,55	43,33
São Paulo		51,52	36,67
Tocantins	70,37	48,48	76,67

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Após 3 anos de aplicação do questionário qualitativo, é possível observar em linhas gerais, como vem sendo o processo de implementação do SUSP nos estados. Em razão dos princípios federativos de autonomia dos estados e do fato de não haver um instrumento legal impositivo das políticas públicas previstas pelo SUSP, esta implementação depende basicamente da vontade política das unidades federativas. O papel da SENASP, neste ponto, limita-se a mera fomentadora do SUSP, seja por meio de convênios com estados e municípios ou pela execução direta de programas.

Neste sentido, a distribuição de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública passou a ser atrelada ao nível de implementação do SUSP em cada unidade federativa, estabelecendo-se uma cota para cada estado que fosse, entre outros fatores, proporcional ao índice obtido neste monitoramento. Ou seja, quanto maior o grau de implementação das ações do SUSP, maior é o valor de recursos do fundo a ele destinado, fato este que deveria, em tese, estimular sua implementação descentralizada.

Na prática, o que se verifica é que essa capacidade de estímulo produz algum resultado, mas não consegue ser absoluta enquanto força motriz de implementação de políticas. Em alguns estados, é possível notar que grande parte das ações realizadas pelas instituições locais são balizadas nos preceitos do SUSP e objetivam melhorar o índice para o ano seguinte. Isto nos permite afirmar que a cúpula da secretaria local tem mobilizado os órgãos sob seu comando nesse sentido. Contudo, em alguns casos, nota-se a completa desmobilização das equipes locais e até mesmo o desconhecimento do monitoramento qualitativo e de seus critérios. Curiosamente, estes exemplos negativos costumam ocorrer em estados que muito dependem de repasse de verbas federais para a execução de políticas públicas em seu território.

Soma-se a isso a excessiva cultura da oralidade que permeia vários níveis da Administração Pública no Brasil, e a Segurança Pública não é uma exceção. A consequência imediata disto é uma tendência de falta de registros, dados e memória escrita em geral, que permita uma produção mais fidedigna de estatísticas e uma melhor avaliação ex post de políticas públicas. Essa cultura também se reflete, obviamente, na documentação probatória que deve ser reenviada pelos estados em anexo ao questionário qualitativo respondido. Não raro, alguns estados enviam documentação inadequada ou mesmo não enviam documentação (em alguns casos, relativamente fácil de providenciar) para comprovar a execução de ações, porém, por ocasião de visitas de monitoramento in loco, verifica-se indícios de implementação de tais ações. Essa é a regra geral e dificilmente é verificado o oposto, isto é, a descoberta in loco de que uma resposta positiva no questionário não condiz com a realidade fática.

Outra consequência desta cultura de informalidade e lassidão com exigências documentais e burocráticas é o alto nível de devolução de recursos repassados pela SENASP, que pode ser medido com precisão pelos indicadores nº 9 e 10, que tratam do índice de devolução de recursos repassados pela SENASP e da prestação de contas de convênios dentro do prazo e com todos os documentos requeridos. A conclusão imediata a que se pode chegar é que, apesar do interesse geral demonstrado pelos estados em obter maiores somas de repasse de recursos, há relativamente pouca preocupação com os procedimentos burocráticos necessários com a elevação, pela via técnica, da fatia a que o estado tem direito do FNSP, assim como com a execução (uma vez que a principal razão de devolução de recursos é a incapacidade de dar andamento a processos administrativos dentro dos prazos estabelecidos) e com a prestação de contas. Pelo contrário, ainda prefere-se investir mais energia na via política, através de emendas parlamentares ao orçamento, prevendo ações de pouco resultado efetivo (em geral para compra de armamentos e viaturas). Emendas estas que, algumas vezes, chegam a consumir a maior parte, senão a quase totalidade dos recursos do FNSP a que um estado teria direito, deixando pouca margem para programas de cunho técnico e científico.

Há que se diferenciar ainda as iniciativas estaduais na implementação de ações. Há casos em que se nota uma real intenção de melhorar a gestão com a busca de sintonia entre as ações estaduais e os preceitos do SUSP. Contudo, há casos de ações realizadas apenas “pró-forma”, de modo a aparentar uma adoção dos preceitos do SUSP, mas sem a real vontade política de sua implementação, como um estudante que está mais preocupado em obter uma nota boa na avaliação de um curso do que em assimilar realmente o conteúdo ministrado. O exemplo típico deste fenômeno é o caso da unificação de corregedorias, em que é comum encontrar estados que editam textos legais alterando organogramas, criando um pretense cargo de Corregedor-Geral, a qual estão

subordinadas as antigas corregedorias das corporações, que continuam atuando na prática de forma independente como antes.

Este tipo de distorção ocorre também em razão de outro fenômeno observado, que é uma espécie de relação de custo/benefício político e financeiro no momento de escolhas políticas pelos estados. Em outras palavras, ações que são relativamente pouco dispendiosas ou não têm propensão de contrariar interesses políticos locais tendem a ocorrer com mais frequência. Além do caso das corregedorias, supra-citado, outros exemplos seriam a inclusão da disciplina de Direitos Humanos nos processos de capacitação e aperfeiçoamento dos policiais ou a criação de Ouvidorias, em que é possível realizar a ação apenas pró-forma e não zelar pela obtenção efetiva de resultados. Por outro lado, ações como a unificação de academias das corporações num mesmo espaço físico (indicador 16) ou outras ações que buscam a integração das polícias (indicadores 6 e 8) tendem a encontrar fortes resistências em muitos estados. Do mesmo modo, os investimentos de recursos dos próprios estados em modernização tecnológica (indicador 7) ou da perícia (indicador 27), por requerer aporte financeiro e, por isso, envolver disputas políticas locais, tendem a não ser priorizados.

Em suma, o Sistema de Monitoramento da Implantação do SUSP e a vinculação da repartição de recursos do FNSP aos seus resultados têm funcionado, na falta de um instrumento legal impositivo, como um importante instrumento fomentador da implementação dos modernos princípios da Segurança Pública em todo país. Apesar das lacunas sistêmicas que vêm sendo detectadas a cada ano, e para as quais se tem buscado constantemente mecanismos de aperfeiçoamento, o resultado mostra que na maioria dos estados há um aumento do nível de implementação das ações do SUSP, mesmo com restrição do rol de documentos probatórios e aumento de rigidez nos critérios de avaliação; além do número de estados que respondem os questionários. Nesse sentido, a consolidação deste sistema de monitoramento ao longo dos anos tende a produzir retratos cada vez mais fidedignos da situação dos aparatos estaduais de Segurança Pública no país.

5.2. Avaliação da Implantação do SUSP pela SENASP

O Programa de Segurança Pública para o Brasil estabeleceu como meta principal estruturar, implantar e institucionalizar o SUSP. Este processo envolveu um conjunto de ações distribuídas em seis eixos estratégicos. Além de propor a execução de reformas estruturais, o Programa estabeleceu a importância de se executar ações relativas à redução imediata da violência e criminalidade. Concentrando-nos nas ações tidas como estruturais, faremos a seguir uma síntese das ações propostas relacionadas a implantação do SUSP e as ações executadas pela SENASP, entre 2003 e 2007.

5.2.1. Gestão do Conhecimento

Buscando transformar a informação em principal ferramenta de ação das organizações de segurança pública e valorizar a coleta, sistematização e análise de dados, bem como a utilização de ferramentas de apoio analítico e gerencial, temos o seguinte quadro de ações propostas e executadas:

PROPOSTAS PNSP	SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO (2003/2007)
Criação de ferramentas de apoio para análise de informações criminais	Ferramentas desenvolvidas: <ul style="list-style-type: none"> • TerraView (Sistema de Monitoramento da Criminalidade em Ambiente Urbano) • Biblioteca Digital de Documentos Falsos • Sistema de Gestão das Ouvidorias de Polícia • Sistema de Gerência dos Institutos de Criminalística
Criação de sistemas digitais nacionais de informações de segurança pública	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal (registros de ocorrências e recursos físicos e humanos das organizações policiais) • Modernização e ampliação do INFOSEG (integração operacional via satélite das organizações policiais com informações sobre indiciados, veículos e armas).
Fomentar a modernização, informatização e integração dos sistemas de informações das organizações de segurança.	<ul style="list-style-type: none"> • Repasse de recursos financeiros via convênios com Estados e municípios; • Disponibilização de instrumentos técnicos para auxiliar a informatização e modernização dos sistemas estaduais e municipais • Integração dos sistemas estaduais e municipais ao Sistema Nacional e Estatística on line e acesso ao Cadastro do Infoseg.
Promover estudos e pesquisas	<ul style="list-style-type: none"> • Institucionalização da produção contínua de estudos e pesquisas de segurança pública

para qualificar a implantação do Susp e o planejamento das políticas e ações de segurança pública.	<ul style="list-style-type: none"> • Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal • Projeto Arquitetura Institucional do SUSP.
--	--

5.2.2. Reorganização Institucional

A perspectiva de reorganização institucional envolve o conjunto mais amplo de ações, abordando aspectos relativos à gestão das organizações e a constituição do SUSP. Outra característica marcante deste eixo estratégico é o compartilhamento com ações de outros eixos. O conjunto de ações propostas visa reverter o quadro de impunidade, carência e descrédito que caracteriza atualmente a área de segurança pública. Temos o seguinte quadro de ações propostas e executadas:

PROPOSTAS PNSP	SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO (2003/2007)
Promoção de um novo modelo gerencial para as instituições policiais, fundado na diagnose-planejamento-monitoramento e na prestação de contas regular e transparente.	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Monitoramento da Implantação do SUSP, que avalia continuamente seus resultados. • Novos critérios para distribuição de recursos do FNSP baseados em estatísticas e informações qualitativas. • Base digital de informações sobre os convênios assinados pela SENASP e processo de fiscalização de suas prestações de conta • Programa de Modernização da Polícia Civil • Processo de capacitação na gestão da segurança pública com gestores de todo o país.
Subordinação das polícias ao Secretário, integração entre elas e criação de interfaces com a Polícia Federal e com as Guardas Municipais.	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Gabinete de Gestão Integrada, tendo como gestor o Secretário Estadual de Segurança Pública, em todos os Estados da Federação.
Criação das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs), para integrar as polícias entre si, com as comunidades e com outros órgãos prestadores de serviço e para transferir autonomia aos agentes de ponta.	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento em ações para integração das áreas de segurança pública nos Estados • Debate sobre um modelo padrão de implantação das AISPs
Qualificação do policiamento preventivo e ostensivo da Polícia Militar.	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma política nacional de polícia comunitária e desenvolvimento de uma matriz curricular sobre o tema. • O Programa de Modernização das Polícias Cíveis aborda temas como a reformulação da estrutura hierárquica das polícias e redução do efetivo em funções administrativas. • Convenio com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha sobre Técnicas Policiais com respeito à dignidade humana
Qualificação da atividade de investigação das Polícias Cíveis e criação de delegacias mais disponíveis ao cidadão.	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Modernização das Polícias Cíveis • Duas ações propostas foram consideradas de difícil efetivação prática: possibilidade de nomeação de delegados fora da faixa superior para chefias e instituição de programas de assistência social dentro das delegacias.
Corpos de Bombeiros: fomento à produção nacional de equipamentos de combate de sinistros, implementação de programas de treinamento específicos para a defesa civil, com a participação das comunidades locais.	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão dos Corpos de Bombeiros Militares dentre o público atendido SENASP • Implementação de produção nacional de equipamentos dos Corpos de Bombeiros • Programa de padronização dos procedimentos e modernização de equipamentos em parceria com organizações da defesa civil.
Otimizar a relação entre polícia e Ministério Público.	Nenhuma das ações propostas neste item foi executada.
Implantação efetiva da defensoria pública federal,	Nenhuma das ações propostas neste item foi executada.
Integração da segurança privada ao SUSP.	Nenhuma das ações propostas neste item foi executada.
Fortalecimento dos programas de proteção às testemunhas	<ul style="list-style-type: none"> • A Coordenação Geral do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas é de responsabilidade da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. A SENASP participa do Conselho Deliberativo Federal e do Grupo de Trabalho responsável por criar o Sistema Nacional de Proteção.

	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de profissionais de segurança para proteção de defensores de direitos humanos.
Criação de Órgão Integrado de Informação e Inteligência Policial nos Estados	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Sistema Nacional de Inteligência, promovendo uma articulação entre os sistemas estaduais de inteligência.
Promoção da aplicação do ECA e manutenção da idade de imputabilidade penal.	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa sobre o Perfil Organizacional das Especializadas de Atendimento à Criança e Adolescente, para equipar e modernizar estas instituições. • Proposta de aquisição de equipamentos para fortalecer estas Delegacias (investimento de R\$ 1,13 milhão, para aquisição direta). • Está em fase de elaboração documento de normatização destas Delegacias.

5.2.3. Formação e Valorização Profissional

Buscando promover a unificação progressiva das academias e escolas de formação policial, a melhora das condições de saúde e integridade física dos profissionais e atribuir especial ênfase ao respeito aos preceitos da legalidade democrática e dos direitos fundamentais da pessoa humana, temos o seguinte quadro de ações propostas e executadas:

PROPOSTAS PNSP	SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO (2003/2007)
Criar um Núcleo de Formação em Segurança Pública e Proteção Social	Desenvolvidas: <ul style="list-style-type: none"> • Matriz Curricular Nacional para Ensino Policial • Matriz Curricular para Formação das Guardas Municipais.
Qualificar a formação dos profissionais. Enfoque científico, humanístico e multidisciplinar, e voltado a técnicas atualizadas de prevenção, investigação, controle e proteção.	Desenvolvidos: <ul style="list-style-type: none"> • Matrizes Curriculares • Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública • Rede Nacional de Ensino à Distância, que inclui um Canal Corporativo de segurança pública. • Jornadas Nacionais de Educação em Direitos Humanos para profissionais de segurança em parceria com a Cruz Vermelha • Portal de Segurança Cidadã, que disponibiliza conteúdos para formação policial. • Escola de Protagonismo Policial, que busca fazer dos policiais protagonistas da cidadania.
Fazer parcerias com universidades e centros de pesquisa para formação profissional e elaboração de estudos sobre segurança pública e proteção social;	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública (parceria com 22 instituições de ensino superior, públicas e privadas). • Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal • Promoção da distribuição de livros para todas as academias e centros de formação policial do país para atualizar os conteúdos das atividades de formação.
Criar a Escola Superior de Segurança e Proteção Social, com cursos de pós-graduação.	
Implantar um Programa Integrado de Saúde Mental	<ul style="list-style-type: none"> • Repasse de recursos financeiros via convênios para implantação de Núcleos de Atenção à Saúde dos Profissionais de Segurança Pública • Elaboração de ementário e conteúdo de disciplinas para academias e centros de formação, também utilizadas na realização de curso da Rede de Educação à Distância.
Fornecer colete leve à prova de balas para policiais em atividade de rua	Aquisição e distribuição de 25.000 coletes à prova de balas, 5.554 viaturas e 12.462 armas via convênios com Estados e execução direta.
Fomentar a integração das polícias na intermediação e resolução de conflitos urbanos e rurais, valorizando a mediação de conflitos.	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de cursos de mediação de conflitos, presenciais e à distância. • Capacitação de policiais para proteção a defensores de direitos humanos.

Além das ações expostas acima, a SENASP implantou, em 2005, a primeira rede de educação à distância em segurança pública, bem como vem cobrando a efetivação da integração na formação dos policiais nos Estados e apoiou, por meio de convênios e execução, direta, a capacitação de mais de 80.000 profissionais da segurança pública.

5.2.4. Programas de Prevenção

Buscando valorizar as práticas de prevenção como forma mais eficiente de se alterar as condições que sustentam as práticas que se deseja eliminar, temos o seguinte quadro de ações propostas e executadas:

PROPOSTAS PNSP	SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO (2003/2007)
<p>Criar condições para atribuir poder de polícia para as Guardas Municipais, com foco nas ações de prevenção.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de Pesquisa Nacional sobre o Perfil Organizacional das Guardas Municipais • Matriz Curricular para Formação das Guardas Municipais • Desenvolvimento de normas para repasse de recursos para os municípios que privilegiavam a atuação das Guardas na prevenção da violência e criminalidade • Aumento e sistematicidade no repasse de recursos financeiros para os municípios • Apoio na realização de cursos técnicos e fóruns de discussão sobre segurança o papel dos municípios para profissionais das Guardas
<p>Valorização da execução de ações preventivas e da qualificação dos operadores de segurança pública neste sentido</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Observatório Democrático de Práticas de Prevenção • Incentivo aos Consórcios Intermunicipais de Prevenção à Violência e Criminalidade • Elaboração e divulgação o Guia de Prevenção à Violência e Criminalidade • Elaboração do Plano Integrado de Segurança Pública (utilizado como modelo pelos estados e municípios na assinatura de convênios e realização de ações) • Inclusão no PPA 2004-2007, Programa SUSP, de uma linha de financiamento específica para projetos voltados à prevenção da violência e criminalidade. • Inclusão, nos critérios qualitativos para distribuição de recursos do FNSP, de quesitos pertinentes à implementação de projetos voltados à prevenção da violência e criminalidade, que tenham por princípio a atuação multisetorial.

5.2.5. Estruturação da Perícia

Tendo como principal proposta a autonomia dos Institutos de Criminalística e Institutos Médico Legal, chegamos ao seguinte quadro de ações propostas e executadas:

PROPOSTAS PNSP	SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO (2003/2007)
<p>Descentralização/regionalização dos órgãos periciais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fator condicionante da distribuição dos recursos do FNSP para os Estados. • Investimentos na implantação e modernização das unidades e laboratórios • Implantação de postos de polícia técnica nos municípios no Estado do Rio de Janeiro • Discussão sobre um modelo padrão difundido pela SENASP para execução desta ação em nível nacional.
<p>Valorização do pessoal técnico dos órgãos periciais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Requalificação profissional por meio de cursos (genética, entomologia, toxicologia e balística forenses). • Reuniões para discutir, dentre outros temas, plano de cargos e salários e recrutamento?.
<p>Valorização da preservação do local do crime e constituição de equipes especializadas na coleta de vestígios.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Curso sobre preservação do local do crime na Rede de Educação a Distancia disponível para todos os operadores de segurança pública do país. • Ainda não há um modelo padrão de equipe especializada na coleta de vestígios, porém foram investidos recursos para sua criação em algumas unidades da federação.
<p>Aproximação entre órgãos periciais e universidades, centros de pesquisas e Poder Judiciário.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Representantes de universidades e centros de pesquisa no grupo de trabalho que planeja as ações sobre estruturação da perícia • Mapeamento de iniciativas que trazem esses profissionais para ministrar cursos aos peritos, que possibilitam a realização das atividades de perícia nos espaços das universidades e que propiciam trabalho conjunto entre os órgãos de perícia e representantes do poder judiciário.
<p>Informatização dos órgãos de polícia técnica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento e criação do Sistema de Gerência dos Núcleos de Criminalística e da Biblioteca Digital Nacional de Documentos Falsos • Investimento na informatização executada pelos próprios Estados.
<p>Identificação e digitalização de DNA e integração dos IMLs e Sistema de Identificação Automatizado.?</p>	<p>Investiu-se na modernização e criação de laboratórios de DNA em 10 Unidades da Federação, criando a estrutura para integração de uma rede de DNA no Brasil em futuro próximo.</p>
<p>Criação de cadastros criminais estaduais informatizados</p>	<p>NÃO EXECUTADO</p>

A equipe técnica responsável pela estruturação da perícia auxilia os profissionais dos Estados no planejamento e execução de seus projetos para assinatura de convênios com a SENASP. Também estruturou a criação de grupos de trabalho acerca de temas específicos (Balística Forense, Entomologia Forense, Genética Forense e Toxicologia Forense), para contribuir pró - ativamente no desenho de uma política moderna, factível e de baixo custo para a perícia no país.

5.2.6. Controle Externo e Participação Social

Buscando valorizar a institucionalização de mecanismos de controle da ação policial e atribuir à sociedade protagonismo na efetivação deste controle, temos o seguinte quadro de ações propostas e executadas:

PROPOSTAS PNSP	SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO (2003/2007)
Reunir representantes das polícias e da sociedade civil em Comissões Cíveis Comunitárias de Segurança	Convênios com Municípios e Estados incentivando a criação ou ampliação da participação de conselhos comunitários na gestão das políticas e ações dos órgãos de segurança pública.
Criar Conselhos Consultivos de Segurança Pública, compostos pela sociedade civil e pelos chefes das polícias, para acompanhar a política unificada de segurança pública.	Criação dos Gabinetes de Gestão Integrada em todas as Unidades da Federação, reunindo os chefes de comandantes das polícias para o planejamento e execução de ações conjuntas.
Fomentar a vinculação da corregedoria única ao Gabinete do Secretário de Segurança	<ul style="list-style-type: none"> • Realizados encontros com os Corregedores de Polícia do país, para estabelecer estratégias para o fortalecimento das Corregedorias de Polícia. • Repasse de recursos para os Estados para o fortalecimento das Corregedorias.
Criar moldes de formação específica para o órgão corregedor e incentivo à carreira no setor de correição	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto em estudo, após a realização do grupo de discussão com os Corregedores de Polícia de todo o país.
Proibir policiais que colaboraram com ou participaram de tortura de ocupar cargos de confiança ou de direção nas suas organizações	<ul style="list-style-type: none"> • Cobranças institucionais periódicas sobre o andamento administrativo de denúncias • Critério qualitativo para a distribuição de recursos do FNSP.
Apoiar e incentivar a existência e criação de ouvidorias autônomas, com atribuição de fiscalização e investigação.	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo aos Estados para criação de ouvidorias autônomas e independentes • Fortalecimentos das Ouvidorias já existentes com aquisição de equipamentos para sua modernização

Além das ações expostas acima, a SENASP investiu no incremento da participação popular por meio da criação de uma política nacional de polícia comunitária, envolvendo a criação de uma matriz curricular sobre o tema.

5.2.7. Conclusão

De forma inteligente, o governo federal priorizou, nestes últimos 4 anos, a execução de ações abordando principalmente a questão de lavagem de dinheiro, a corrupção dos funcionários públicos, a necessidade de se vigiar continuamente da fronteira brasileira para conter o tráfico de drogas e armas e a atuação sobre o crime organizado. Estas ações, não só apresentavam um volume menor de incertezas em relação à produção de resultados imediatos sobre a situação da segurança pública no Brasil, como eram independentes de mudanças estruturais que acompanhavam necessariamente a implantação do Sistema Único de Segurança Pública. A institucionalização do SUSP constituía uma pré-condição para garantir que ações promovidas em contexto nacional pudessem ser concebidas podendo contar com o esforço, compreensão e dedicação de todas as organizações de segurança pública do país. Atualmente, temos um novo contexto institucional para o sistema de segurança pública no Brasil. O SUSP vem sendo institucionalizado continuamente, tornando-se um referencial para o planejamento e execução de ações de segurança pública no Brasil. Criou-se, desta forma, uma nova demanda para o governo federal: inserir as ações executadas pelas polícias federais no contexto do SUSP, promovendo uma articulação sistêmica de todas as organizações de segurança pública no Brasil. Sem dúvida alguma, isso ampliará profundamente os resultados atualmente possíveis de ser alcançados.

Cabe destacar, por outro lado, que as ações tomadas atualmente como prioritárias na segurança pública ainda deixam intocado o principal problema a ser trabalhado: milhares de pessoas no Brasil, principalmente homens de 15 a 25 anos de idade, por total falta de condições dignas de vida, fizeram da ação criminosa sua profissão. Este problema nos obriga a promover uma ampliação do leque de instituições a fazerem parte do SUSP, pois as polícias não podem ser vistas como as

únicas organizações responsáveis pelos problemas de segurança pública. É preciso promover uma ampliação dos responsáveis por esta área incluindo outras organizações governamentais (lazer, trabalho, saúde, educação, infra-estrutura urbana, etc) e também não governamentais e a própria sociedade. Neste contexto, a SENASP tem uma importância fundamental para a melhora da situação da segurança pública no Brasil, promovendo o reforço do papel dos policiais, bombeiros e guardas como protagonistas de uma cultura democrática, inclusiva e de promoção de direitos.

Todos os resultados alcançados nos levam a concluir que inauguramos nestes últimos anos uma nova fase na história da segurança pública no Brasil. Mais do que simplesmente responsáveis pelo repasse de recursos para compra de bens, principalmente armas e viaturas, os órgãos governamentais federais se institucionalizaram como gestores da política nacional de segurança pública. Em um trabalho difícil, silencioso, inteligente e consensual, a SENASP conquistou o papel de responsável por estabelecer os critérios técnicos e políticos a serem tomados por todos os órgãos de segurança pública em um contexto nacional. Mais que atuar em contexto estritamente operacional, buscou-se pela primeira vez trabalhar de forma prática, consensual e democrática no estabelecimento de uma padronização cultural, ética e profissional, promovendo o contexto necessário para a efetiva integração dos órgãos de segurança pública. Desta forma, plantou-se a semente para uma efetiva melhora nas condições de segurança pública e justiça criminal no país.

No que tange ao processo de auto-aprendizagem e auto-correção propiciado pela realização deste monitoramento de resultados e prestação de contas, cabe salientar que é imperioso o estabelecimento de consenso no Governo Federal sobre a prioridade a ser atribuída ao processo de consolidação do SUSP. Processo que envolve, por um lado, o fim do descompromisso com processos de gestão e a melhora sensível dos recursos financeiros destinados para a área e, por outro lado, a abertura da gestão da segurança pública para a participação democrática em um contexto de articulação sistêmica das instituições. Assim, cumpre elogiar os resultados alcançados nestes últimos quatro anos, principalmente quando se verifica que o trabalho envolveu muito mais do que a execução de atividades técnicas. Primeiro, foi preciso transformar os conceitos e visões de segurança pública, que durante décadas contribuíram para alcançarmos o caos que atualmente vivemos na área e, segundo, foi preciso atuar em um ambiente marcado pelo domínio de interesses políticos imediatistas e inertes em relação às reais necessidades da sociedade brasileira.

5.3. Avaliação da Execução do PPA (Plano Plurianual)

A avaliação foi feita por meio do cálculo do Índice Sintético de Desempenho desenvolvido para o monitoramento da execução do PPA. O índice é calculado por meio de informações coletadas anualmente pela SENASP nas agências estaduais e municipais de segurança pública. Realiza-se um monitoramento da implantação nacional de seis fatores que são considerados pontos principais da implantação do SUSP, constituindo uma síntese dos fatores analisados pelo Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP. A metodologia de cálculo está descrita na página 9 (4.1.1. Dados Gerais do Programa).

Em relação ao Índice Sintético de Desempenho, verificamos que no ano de 2004 conseguimos um resultado bem acima do esperado. Nossa expectativa era alcançar 21% do sistema implantado e chegamos a 37,4% do SUSP implantado. Essa avaliação trouxe um resultado muito bom, pois no ano inicial de implantação do SUSP algumas Unidades da Federação já vinham realizando espontaneamente ações nesse sentido. No ano de 2005, nossa expectativa era alcançar 38% do sistema implantado e chegamos a 48,5% do SUSP implantado. Neste segundo ano de análise, saímos da situação confortável do início e entramos na implantação real do SUSP empreendida pela equipe da SENASP. No ano de 2006, nossa expectativa era alcançar 53% do sistema implantado e chegamos a 63% do SUSP implantado. Após 4 anos, nossa expectativa era alcançar 78% do sistema implantado e chegamos a 74% do SUSP implantado.

Cabe ressaltar que o índice de avaliação dos resultados do PPA é elaborado a partir de informações coletadas por meio de um questionário encaminhado para às Secretarias Estaduais de Segurança Pública. O questionário faz parte do Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP. Das 27 Unidades da Federação, só recebemos 19 questionários respondidos para a situação de 2004, 22 questionários respondidos para a situação de 2005 e 25 questionários respondidos para a situação de 2006.

Fatores Avaliação	Avaliação (2004)			Avaliação (2005)			Avaliação (2006)			Avaliação (2007)		
	Previsto	Executado		Previsto	Executado		Previsto	Executado		Previsto	Executado	
		UF	(%)		UF	(%)		UF	(%)		UF	(%)
Fator 1 - Valorização e Formação Profissional: Implantação nacional da Matriz Curricular nas 27 Unidades da Federação	21%	15	56%	38%	15	56%	53%	26	96%	78%	27	100%
Fator 2 - Gestão do Conhecimento: Implantação nacional do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal nas 27 Ufs	21%	26	96%	38%	27	100%	53%	27	100%	78%	27	100%
Fator 3.1 - Reorganização Institucional: Integração das organizações policiais civis e militares no nível de formação nas 27 Unidades da Federação	21%	12	44%	38%	19	70%	53%	13	48%	78%	18	67%
Fator 3.2 - Reorganização Institucional: Integração das organizações policiais civis e militares no nível estratégico nas 27 Unidades da Federação	21%	0	0%	38%	10	37%	53%	10	37%	78%	17	63%
Fator 4.1. - Estruturação e Modernização da Perícia: Implantação nacional do Sistema Nacional de Identificação Criminal (AFIS) nas 27 Unidades da Federação	21%	0	0%	38%	0	0%	53%	0	0%	78%	0	0%
Fator 4.2 - Estruturação e Modernização da Perícia: Adesão dos Estados à Rede Nacional de Laboratórios de DNA	--	--	--	--	--	--	53%	27	100%	78%	27	100%
Fator 5.1. - Prevenção: Implantação de 4 Consórcios Metropolitanos de Prevenção da Criminalidade(1)	21%	1	25%	38%	1	25%	53%	2	50%	78%	4	100%
Fator 5.2. - Prevenção: Assinatura de 200 convênios com municípios na área de prevenção(2)	--	--	--	--	--	--	53%	165	83%	78%	200	83%
Fator 6 - Controle Externo e Participação Social: Implantação de ouvidorias de polícia nas 27 Unidades da Federação	21%	11	41%	38%	13	48%	53%	13	48%	78%	15	56%
Total	21%	37%	38%	48%	53%	63%	78%	74%				

(1) Avaliação baseada no número de convênios.

(2) Avaliação baseada no número de convênios assinados com município.

5.4. Avaliação Externa das Ações da SENASP

Nesta seção do relatório apresentaremos avaliações elaboradas por um conjunto de 13 profissionais ligados diretamente à área de segurança pública no Brasil. Estes profissionais foram escolhidos por serem reconhecidos pela qualidade do trabalho que executam. São representantes das Polícias Civis, Policiais Militares, Corpos de Bombeiros e Guardas Municipais, intelectuais, membros de Organizações Não-Governamentais, representantes de Ouvidorias de Polícia e, por fim, representantes de organizações do executivo federal, estadual e municipal relacionados à área de segurança pública. Apresentamos, a seguir, as avaliações encaminhadas em sua plenitude, identificando os pontos fracos e os pontos positivos da ação da SENASP na implantação do SUSP nestes últimos quatro anos.

Primeira Avaliação: José Ananias Duarte Frota

“Desde o mês de setembro de 2004, representantes dos Corpos de Bombeiros de todo o Brasil envidavam esforços na tarefa de confecção de um diagnóstico das Corporações. A técnica de construção de cenários prospectivos foi a ferramenta gerencial empregada para o delineamento do planejamento no período 2004-2010. Com a conclusão do diagnóstico, todas as Corporações, saíram fortalecidas no Plano Nacional de Segurança Pública. As decorrências deste ditoso feito são taxativamente inquestionáveis. A roda do progresso e do desenvolvimento, movimentada universalmente, carrou para o Brasil maior segurança e proteção em amplos aspectos do cotidiano dos cidadãos, além de favorecer melhor interação dos Bombeiros com a população. O trabalho de inclusão desenvolvido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP promoveu o rompimento dos pesados grilhões que dificultavam a marcha infatigável dos Bombeiros em defesa da população. A atuação da SENASP semeou o desenvolvimento das Corporações em meio ao atraso provocado por anos de ostracismo involuntário a que foram submetidas. A SENASP estabeleceu com os Corpos de Bombeiros do Brasil as seguintes parcerias:

a- Liberação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

b- Padronização de Viaturas modelo Auto Bomba Tanque (ABT) e Auto Busca e salvamento (ABS) pelos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil através da câmara técnica – G5.

c- Licitação nacional dos recursos da SENASP no valor de R\$ 50.000.000,00 para atender a demanda de viaturas e equipamentos dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, através da LIGABOM.

- d- Após a licitação nacional as empresa MITREN e TRIEL HT do Rio Grande do Sul vencedoras do certame licitatório iniciam exportação de viaturas para oriente médio.
- e- Foi estabelecida a Câmara técnica nacional de elaboração do código nacional contra incêndio e pânico, o qual encontra-se em tramitação.
- f- Foi estabelecida a Câmara técnica nacional de elaboração do relatório de eventos padronizando a matriz e ocorrências dos Corpos de Bombeiros com base no INFOSEG onde falta apenas implantar o piloto.

Portanto, o nosso reconhecimento à equipe da SENASP! Com sua dinâmica liderança a paisagem da segurança pública nacional tem avançado com firmeza, entretanto os alaridos ruidosos e os aplausos repousam no vácuo, pois os holofotes, o centro das atenções não integram seus objetivos. Assim, externamos o particular contentamento quanto às conquistas em processo de implementação para a área da segurança pública brasileira em particular dos Corpos de Bombeiros.”

José Ananias Duarte Frota- Cel QOBM

Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Ceará e Presidente da Liga Nacional do Corpos de Bombeiros Militares do Brasil-2003-2006

Segunda Avaliação: Regina Miki

“A seriedade do trabalho desempenhado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública e a sua contribuição para a melhora na Segurança Pública brasileira nos permite ter muito a relatar. Consideramos que o ponto de partida foi a mudança da lei que regulamenta o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), permitindo aos municípios que não contavam com guardas municipais a possibilidade de receber verbas do fundo. Desta maneira foi possível priorizar o trabalho preventivo e contribuir para a mudança de paradigma, pacificando, e demonstrando que não é condição sine qua non ter força policial para ter política pública de segurança.

A Senasp proporcionou, na implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), um intercâmbio de ações dentro do próprio país além de ter trazido várias experiências exitosas internacionais. Ao patrocinar congressos e seminários, gestores públicos brasileiros puderam ampliar seus conhecimentos e desenvolver políticas mais qualificadas buscando o trabalho preventivo com a conseqüente queda da criminalidade.

Por todo o período de 2003 a 2006, a Senasp investiu na formação do profissional de segurança buscando a melhoria na prestação do serviço, um intercâmbio de experiências, entrosamento entre os diversos agentes e polícias, enfim, elevando a auto-estima do profissional que tem a árdua tarefa de garantir a ordem e proteger a vida humana.

Outra ação que não poderia ser esquecida foi a criação do banco de dados estatístico. Em todas as áreas de atuação, quer no poder público ou no setor privado, o acesso à informação é indispensável e na segurança ele é primordial. Sem informação não se faz segurança. Informação que não é compartilhada de nada serve, a SENASP preparou a uniformização de informações em um banco de dados único. Não podemos deixar de comentar a elaboração de um catálogo de experiências, estaduais e municipais, de ações voltadas à segurança para pesquisa e implantação de novos programas e projetos.

O Programa de Ensino à Distância tem sido de grande avalia para o aprimoramento do profissional e para a busca da integração no trabalho de segurança. Temos várias polícias atuando em nosso território, municípios com guardas municipais e a integração somente ocorrerá com a capacitação conjunta, em que cada força atue dentro de sua competência, buscando sempre o respeito entre estes agentes.

O atendimento realizado pela Secretaria às demandas municipais e estaduais sempre foram feitas com a maior seriedade e profissionalismo, sendo que, na realidade, a equipe buscou a todo o momento desenvolver uma política de Estado e não de Governo para a Segurança Pública.

Necessitamos, para o momento que se inicia, uma busca maior da integração dos estados com os municípios, sabendo das limitações e competências dos entes federativos para melhorar ainda mais a prevenção local. Torna-se necessário incentivar, por meio do FNSP, que o municípios elaborem planos de segurança priorizando a transversalidade das políticas para que todas as áreas façam prevenção. Desta forma, teremos ações na área de saúde, educação, cultura, lazer, esporte, entre outras, com foco na segurança cidadã, deixando de lado a “teoria do mais do mesmo”. Isto quer dizer: mais viaturas, mais policiais, mais armamentos, penas mais severas para os crimes, sem falar

na prisão perpétua e pena de morte, bandeiras que surgem de quando em vez, em detrimento da reeducação, promoção da qualidade de vida e desenvolvimento social.

Priorizar a disseminação dos telecentros e dos cursos de qualificação e requalificação foi outra ação desempenhada pela Secretaria como uma das formas de cada vez mais termos profissionais capacitados e aptos a operacionalizar tecnologia nova.

A Senasp criou, ainda, um grupo para discutir o porte de armamento para a Guarda Municipal, ampliando o leque de discussão para a lei federal que regulamenta as funções gerais desta categoria no território brasileiro. Este grupo em muito vai contribuir para a necessidade de criar uma identidade para a Guarda Municipal, sabendo que ela é uma realidade e que tem colaborado muito para a inclusão do cidadão e das políticas públicas de segurança.

Foi extremamente positiva a atuação da Senasp quando aproximou a Universidade dos agentes de segurança, pois, até então com raríssimas exceções, não se buscava especializar profissionais para a prestação de serviço de segurança.

Enfim, o caminho é longo, os primeiros passos foram dados de forma decisiva e confiamos na seqüência do trabalho. “

Regina Miki

Secretária de Defesa Social do Município de Diadema.

Terceira Avaliação: Glaucio Soares

“Sinto-me à vontade para escrever uma apreciação sobre a SENASP, instituição que prestígio publicamente, mas que critiquei com seriedade duas vezes de forma igualmente pública. Certamente uma das atividades da SENASP que contou com mais apoio dos pesquisadores e estudiosos foi o concurso de trabalhos sobre Segurança Pública, área que, no Brasil, conta com poucos trabalhos sérios. O concurso estimulou interesse e foram vários os trabalhos de qualidade. Essa excelente iniciativa teve dois senões: o injustificável atraso na entrega dos prêmios e a não repetição do concurso, até o momento.

A centralização das informações, que requereu extenso esforço de treinamento, a padronização da informação sobre crimes que, antes, não podia ser analisada por usar categorias diferentes – até mesmo de idade! – foi uma das atividades mais relevantes da SENASP. Dificilmente poderia ter sido melhor realizada. Infelizmente, parte do indiscutível mérito dessa iniciativa foi reduzido pela demora, que entendo ter sido externa à SENASP, em divulgar os mapas da criminalidade de 2004 e 2005. A iniciativa de realizar pesquisas de vitimização e de encomendar trabalhos de especialistas tem reduzido, e muito, a triste distância que separava pesquisadores e policiais.

Eu poderia citar várias iniciativas específicas da SENASP para ilustrar o progresso substancial desses anos, mas prefiro sublinhar uma, mais abstrata, mais geral e muito mais importante, que é a convicção de que o Brasil está construindo uma instituição competente e transparente para gerir a informação e as ações relativas à Segurança Pública no país.”

Glaucio Soares

Pesquisador da Área de Segurança Pública

Quarta Avaliação: Carlos Moraes Antunes

“Falar da SENASP é fácil e falo com prazer. Assumi o Comando da Guarda Municipal do Rio de Janeiro em Janeiro de 2001. Até então, SENASP era algo que eu não tinha ouvido falar. Aqui na GM, e depois, com o passar do tempo, pude verificar que todas as GM pensavam da mesma forma, a SENASP era vista como um Órgão financiador de Projetos. Um verdadeiro Banco de Fomento da Segurança Pública. Durante esses seis anos de Comando pude verificar a transformação que se operou na SENASP. De Banco de Fomento, como citei acima, a Secretaria transformou-se num Órgão Coordenador e Gestor da Política de Segurança Pública do País.

Como Órgão Central da Política de Segurança Pública, a SENASP, lançou a idéia e as bases para o estabelecimento do SUSP, nos moldes de outros Sistemas Integrados que já operam, com sucesso, no país. Integrou diversas ações, antes descoordenadas, entre os vários entes federados. Tratou fortemente da Instrução dos Quadros de Segurança Pública, fazendo, no âmbito das Guardas Municipais, verdadeira Revolução Cultural, com a aprovação da Matriz Curricular Nacional para as Guardas Municipais, dando um perfil mais apropriado as Guardas Municipais. Com ações no

Espírito Santo, Mato Grosso e agora no Rio de Janeiro, a SENASP reforça seu papel de Órgão de Coordenação e demonstra a parceria que deve existir entre os entes federados. Por ocasião do Planejamento da Segurança dos jogos Pan-Americanos, estamos tendo a oportunidade de conviver mais estreitamente com Quadros de Alta Qualificação Profissional e com certeza, nossa Cidade estará mudando de patamar no Campo da Segurança Pública, após os Jogos. Na GM-Rio tivemos oportunidade de celebrarmos vários Convênios, inclusive temos um em plena execução. Nos diversos grupos de trabalho, formados pela SENASP, em que fomos convidados a participar só reforçamos nosso conceito sobre o grupo de Profissionais de Alta Competência que formam os Quadros dessa Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Defeitos eu não detectei, até porque, tenho por característica pessoal, trabalhar sempre, me locupletando das Virtudes das pessoas e Instituições e não dos Defeitos.”

Carlos Moraes Antunes

Superintendente da Guarda Municipal do Rio de Janeiro.

Quinta Avaliação: Maria Virginia Nabuco do Amaral Mesquita

“O trabalho do Ministério da Justiça, nesses últimos anos, concentrou-se na reconstrução da capacidade das instituições públicas em garantir direitos e deveres de cidadania.

Nesse sentido, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, que até 2003 era administrada como uma tesouraria do Fundo Nacional de Segurança Pública liberando recursos de forma desvinculada a uma coerente política de segurança pública, assumiu as funções de planejamento e execução de planos integrados de segurança em todo o país.

O Plano Nacional de Segurança Pública, concebido em 2002 e executado nos últimos quatro anos, buscou garantir o funcionamento independente, porém orgânico, das instituições de segurança nas três esferas federativas, tendo como eixo central o Sistema Único de Segurança (SUSP). Trata-se de um sistema criado para articular ações em todos esses âmbitos, nas áreas de segurança e justiça criminal, não a partir da unificação dos órgãos, mas de sua integração prática.

A criação dos Gabinetes de Gestão Integrada, já em funcionamento em todos os Estados, reflete a política de integração dos esforços das unidades da Federação em matéria de segurança pública. Nos Gabinetes participam as polícias federal, civil, militar e guardas municipais, bem como Ministério Público e Poder Judiciário. As ações definidas por esses comitês são repassadas à SENASP, o que permite o compartilhamento de experiências bem sucedidas e o mapeamento das demandas de segurança.

A criação da Força Nacional de Segurança Pública – uma iniciativa inovadora, inspirada nas Forças de Paz da Organização das Nações Unidas – é também um dos eixos da cooperação entre os Estados da Federação. Ela permite o compartilhamento de forças policiais, ao mesmo tempo em que resguarda a forma federativa do Estado brasileiro e substitui o uso das Forças Armadas no policiamento. Além disso, o treinamento dado aos integrantes da Força permite uniformizar e aprimorar a capacidade profissional das polícias militar e civil dos estados. Os melhores instrutores de cada unidade da Federação compartilham seus conhecimentos e procedimentos com os demais, aprimorando a atuação dos contingentes policiais brasileiros.

A reestruturação da Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (INFOSEG), que hoje engloba informações de diversos órgãos e pode ser acessada via Internet, equipamentos de rádio e telefones celulares, auxiliam de maneira valiosa o trabalho dos encarregados de garantir a segurança dos cidadãos e combater de maneira efetiva a criminalidade.

Na área de gestão do conhecimento, a Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública e a Rede de Ensino à Distância vêm se consolidando como importantes canais de reciclagem e capacitação dos profissionais de segurança pública.

É marca do SUSP a constatação de que um projeto para a segurança pública do país não se resume à reforma e fortalecimento dos órgãos de policiamento e repressão em si, mas deve contemplar a erradicação da marginalização social. É nesse sentido que a SENASP vem implementando projetos de proteção de áreas de risco e apoio a grupos sociais vulneráveis. Exemplo disso é o Projeto Guias Cívicos, concebido dentro plano de segurança dos jogos Pan-Americanos. O projeto formará 10.500 jovens para trabalhar no evento.

Historicamente os Poderes da República responderam de maneira pontual às emergências na segurança, ora com mudanças legislativas abruptas e ineficazes, ora com pacotes administrativos quase demagógicos para alterar a realidade visível. O trabalho da SENASP rompe com esse padrão ultrapassado de gestão da segurança. No século XXI, em que apenas a atuação conjunta das instituições republicanas sob o signo do conceito de rede é capaz de alterar a correlação de forças entre o Estado e a criminalidade, seu trabalho, em parceria com os Estados, tem contribuído para construir os alicerces da segurança pública que a sociedade brasileira quer.”

Maria Virginia Nabuco do Amaral Mesquita

Sexta Avaliação: Eugênio Andrade Vilela dos Santos

“No tocante às atividades da SENASP, destaco a preocupação da unidade com o ciclo de gestão da política de segurança. Infelizmente, ainda é exceção na administração pública uma organização que pensa suas ações à luz de um bom diagnóstico, e, a partir disso, planeja, executa, monitora e age corretivamente nos rumos do que deve ser implementado.

O Ministério do Planejamento organiza e fomenta o ciclo de gestão das políticas na tentativa de conferir padrões mínimos e uniformes de qualidade, mas temos dificuldades na disseminação das técnicas porque parte dos gestores não identificam os instrumentos como subsídios úteis para melhoria dos serviços prestados ao povo. No caso da SENASP, testemunho com satisfação o compromisso na elaboração e gestão das políticas de segurança pública, e ênfase que os processos são modelo de gerenciamento para a administração pública. Claro que ainda há muito por fazer, inclusive na SENASP, mas é alentador ver que a unidade utiliza os instrumentos de gestão na implementação das ações. Prova disso é o relatório de implementação do SUSP.

A idealização do SUSP representou um grande avanço para segurança pública na medida em que buscou enfrentar entraves estruturais do sistema, especialmente a fragmentação das ações. Entretanto, há uma distância enorme entre o idealizado e o efetivado tendo em vista as inúmeras restrições presentes tanto na sociedade quanto na administração pública. Apesar dos problemas, avalio como satisfatório os resultados alcançados até o momento, e sugiro que a SENASP trabalhe com metas claras e plurianuais.”

Eugênio Andrade Vilela dos Santos

Responsável pelo Monitoramento do Projeto do SUSP / Ministério do Planejamento

Sétima Avaliação: José Francisco da Silva

“A formulação de critérios objetivos para a aprovação de projetos a serem financiados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública é uma importante realização, especialmente no que se refere aos órgãos de controle externo das polícias, através de gesto concreto, instituiu a criação e desenvolvimento de Ouvidorias de Polícia como um dos critérios para que os Estados sejam contemplados com recursos do referido Fundo. Isto alterou profundamente a maneira como as Ouvidorias de Polícia são encaradas no contexto da Segurança Pública, aumentando o respeito e a credibilidade das mesmas. Além disto, possibilitou o acesso a recursos para a estruturação das Ouvidorias de Polícia, permitindo que as mesmas aumentem a qualidade dos serviços que prestam aos cidadãos.

O estabelecimento de critérios objetivos é também demonstração do comprometimento com a democracia, pois esta se estabelece, sobretudo, na transparência com que os Governos tomam suas decisões e realizam gastos públicos.

Faz-se necessário destacar ainda que se realizou uma opção pelo homem. Não se pode deixar de cuidar dos operadores diretos de segurança pública, pois são profissionais que necessitam de formação, treinamento e capacitação continuados, mas também de apoio sócio-psicológico permanentes, devido às dificuldades que encontram no seu fazer diário.”

José Francisco da Silva

Ouvidor de Polícia do Estado de Minas Gerais (até fevereiro/2007)

Oitava Avaliação: Carlos Roberto Sant’Ana da Rosa

“Não resta dúvida de que a partir de 2003 a gestão de instituições políticas federais de prevenção e repressão à violência, mormente a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e o Fundo Nacional de Segurança Pública, induziu um salto qualitativo e

quantitativo sem precedentes na história das políticas públicas nacionais de segurança. A primeira, ao instituir o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, propôs e executou princípios e conceitos fundamentais para construção de uma política democrática para o setor, transformando seu próprio papel e deixando de ser mera intermediária financeira para projetos estaduais e municipais carentes de recursos básicos de gestão e, por consequência, fadados ao insucesso. Já a Lei que regulamenta o Fundo, alterada em 2003, possibilitou a participação efetiva dos municípios nos assuntos de segurança pública – antes limitada à atuação das Guardas Municipais – abrindo espaço e impulsionando as ações de prevenção comunitária à violência e criminalidade. Se há algo digno de ser tratado como revolucionário na construção de alternativas ao contexto de violência, denomina-se SUSP.

No que diz com a atuação das cidades, nesse quadriênio houve diversas iniciativas indutoras de políticas públicas como, por exemplo, capítulos no trabalho “Arquitetura do SUSP”, inúmeros artigos sobre “O Papel dos Municípios na Segurança Pública”, publicação do “Guia de Prevenção do Crime e da Violência”, trabalhos no Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal, instituição do Grupo de Trabalho sobre Segurança Pública do Comitê de Articulação Federativa, organização do Seminário “Municípios no SUSP”, entre outras. Alie-se a isso o substancial apoio financeiro a administrações municipais comprometidas com as demandas por segurança apresentadas pelas comunidades e tem-se a receita de sucesso de uma política pública.

Por certo há um longo caminho à frente. Deve-se continuar buscando o acesso em tempo real das Prefeituras aos bancos de dados informatizados de estatísticas criminais, o apoio à constituição de bases cartográficas digitais municipais e de sistemas computadorizados para o imprescindível georeferenciamento das ocorrências policiais, a efetiva articulação das polícias estaduais e federais entre si e com as guardas municipais, a troca de informações entre os sistemas de inteligência policiais e municipais, etc. Mas, forçoso reconhecer, as mudanças de paradigma constituem processos, e como tal demandam tempo. Foram quatro profícuos anos de trabalho e outros tantos começam agora, na incansável batalha pela superação dos nefastos índices de violência do Brasil.”

Carlos Roberto Sant’Ana da Rosa

Delegado de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul

Secretário Municipal de Segurança Pública de São Leopoldo - RS

Nona Avaliação: Ademário de Moraes

“O auxílio da SENASP/MJ trouxe benefícios imensuráveis, levando-nos a obter uma melhor articulação nas políticas de segurança pública. Ainda, o relacionamento com os técnicos da SENASP/MJ, a participação destes na implementação dos projetos no Estado do Tocantins, além da comunicação e auxílio técnico, quando necessários, têm sido imprescindíveis aos processo de desenvolvimento das nossas ações, dispensando-nos costumeira atenção e nos dando respaldo nos assuntos pertinentes ao FNSP.

As ações do Plano Nacional de Segurança Pública têm sua eficácia, desde que os recursos possam ser devidamente remanejados, permitindo, assim, atender as peculiaridades de cada unidade da federação, que, no caso específico do Tocantins, possui inúmeras dificuldades de âmbito estrutural.

Entretanto, alguns pontos têm deixado a desejar, quais sejam?

- (a) decréscimo dos recursos oriundos do FNSP, por determinação do Ministério do Planejamento, haja vista a redução retardar a ascensão dos trabalhos policiais no Estado do Tocantins,
- (b) demora na liberação dos recursos, por entraves burocráticos, trazendo dificuldades na execução dos projetos, como, por exemplo, a defasagem de valores da pesquisa realizada na apresentação dos projetos e a efetuada na fase de licitação;
- (c) critérios avaliativos de distribuição dos recursos do FNSP, por prejudicar estados cuja população é menor, a taxa de criminalidade (homicídios dolosos) não é assustadora, contudo necessitam de verbas para um trabalho preventivo, uma vez que a criminalidade é móvel, migrando de um estado para outro, em especial no caso do Tocantins, que faz divisa com seis outras unidades federativas.

Por fim, como sugestão, entendemos que a proposta feita pela SENASP/MJ, em 2005, na qual o total de recursos reservados para convênios, $\frac{1}{4}$ fosse distribuído com base em indicadores qualitativos, sendo que a SENASP avaliaria as ações realizadas pelas instituições, quanto a sua consistência em relação aos eixos estratégicos do PNSP, representaria um avanço para os estados prejudicados com o índice atualmente adotado.”

Ademárcio de Moraes
Chefe da Assessoria Técnica de Planejamento
Secretaria de Segurança Pública de Tocantins

Décima Avaliação: Amparo Araújo

“Crimes, inteligência, tecnologia, tempo e coração.

Não podemos avaliar uma gestão sem situá-la no tempo e na conjuntura onde as ações se desenvolveram, incluindo o desenvolvimento da inteligência do crime organizado e o acesso as novas tecnologias disponíveis na sociedade, entre elas a mais valiosa que é a facilidade das comunicações e a rapidez que se pode obter em deslocamentos para ações simultâneas e articuladas.

A SENASP/SUSP fez, de 2003 a 2006, um incomensurável esforço, o desejo de acertar e provocar mudanças na implementação e na execução de uma política de segurança pública é uma realidade incontestável, ocorre que há um desordenamento social de tamanho igual ou maior ao que se possa conhecer num período de três anos, em termos históricos, não seria possível fazer mais, a história de uma sociedade não se conta num rosário de contas de anos e sim de décadas e séculos.

Quando falo no desenvolvimento da inteligência do crime organizado me lembro do cachimbo de Sherlock Holmes, do bigode de Hercules, do calhambeque do Colombo, detetives famosos que circularam pelo imaginário da minha infância, nenhum deles usava armas, usavam a inteligência, a diferença básica é que eles viveram numa sociedade ordenada onde um crime era um acidente e tinham uma lógica, hoje os crimes não seguem uma lógica, até porque deixaram de ser individuais e passaram a ser coletivos, a ausência do Estado favorece o desenvolvimento dos bandos, tornando-os exemplos de virtude.

A sugestão é a de que hoje precisamos de um aporte de sabedoria que aliada às novas tecnologias, a gestão do conhecimento obtido com leitura cotidiana da realidade nos faça criar obstáculos legais, cumprimento das leis existentes, fim da impunidade, compreensão da lógica da guerra atual que vivenciamos nas ruas de nossas cidades, essa lógica precisa ser apreendida, a resposta com certeza não é aumentar o poder da força bruta, armas e equipamentos bélicos. Nesse ponto a SENASP acerta quando investe em capacitação e uso da inteligência.

*Para darmos um sabor especial às nossas sugestões poderíamos estimular a re-leitura do livro **Viagem a Ixtlan** de Carlos Castañeda, antropólogo que se deparou em sua caminhada com o velho bruxo índio D.Juan. Talvez percebendo os hábitos e a diversidade de criminosos da atualidade possamos tecer uma rede capaz de conter a avalanche que nos surpreende a cada esquina.*

Compreendo que é justo os governos se preocuparem com o tempo, há metas a cumprir, a sociedade exige soluções imediatas, esse é o elemento fundamental da nossa cultura ocidental e capitalista, mas quero lembrar que o Deus Khronos comeu todos os seus filhos, no fundo não desejamos isso, se nesses três anos se conseguiu mudar um pouco a lógica de governar e de se pensar segurança pública me dou por satisfeita, particularmente, como os gregos, eu meço o tempo pelas batidas do meu coração, sua intensidade, seu compasso harmônico e sereno. O compasso do meu coração é a medida do que vejo de positivo, os fatos negativos foi aprendido, afinação.”

Amparo Araújo
Presidente da ONG Tortura Nunca Mais-PE

Décima Primeira Avaliação: César Barreira

“A relação entre poder e violência tem conduzido nos últimos anos meu universo de pesquisa, no entanto, venho ampliando e diversificando o campo empírico, como também, os eixos temáticos de estudo. Neste sentido, dois grandes eixos ocupam, atualmente, um lugar central nas minhas pesquisas: primeiro, uma análise da relação entre cordialidade e violência na sociedade brasileira e, segundo, a compreensão das políticas de segurança pública no Brasil. Esta última temática tem me aproximado fortemente da SENASP, como interlocutória e parceira.

Nos últimos anos a SENASP tem criado uma vinculação prática e acadêmica com as Universidades, grupos e laboratórios de pesquisa e com pesquisadores brasileiros. Nesta vinculação destaco duas grandes realizações: o edital de um concurso nacional para realização de pesquisas SENASP/ANPOCS e o edital de realização de cursos de especialização em Segurança Pública. Tais realizações atuam de uma maneira direta em dois grandes problemas da Segurança pública no Brasil

que são: o desconhecimento de práticas e possíveis soluções para problemas complexos no interior do campo das políticas públicas, ligadas diretamente a violência e a criminalidade, bem como, interfere em uma melhor formação dos órgãos de segurança pública. O edital para realização de pesquisas resultou na elaboração de mais de 60 estudos, abrangendo um diversificado quadro temático. Tais pesquisas podem servir como um suporte técnico- científico para a elaboração de uma política de segurança pública do Brasil, tendo como base os reais problemas nacionais. A RENAESP, contando com 22 Instituições de Ensino Superior, possibilitará suprir uma grande lacuna na formação dos policiais na área dos direitos humanos, dando um suporte maior das ciências humanas.

A vinculação da SENASP com as Universidades e pesquisadores brasileiros deveria ter uma política mais efetiva em todos os Estados, fortalecendo os grupos de pesquisa que trabalham com a temática da violência, dos conflitos sociais e da segurança pública, visando criar uma rede destes pesquisadores.”

César Barreira

Professor Titular de Sociologia

Coordenador do Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará

Décima Segunda Avaliação: Maria Helena Hoffmann

“A contribuição da SENASP, através das ações executadas de 2003 a 2006, para melhorar a segurança pública brasileira é incontestável, destacando-se:

-Construção e divulgação da Matriz Curricular Nacional, com as diretrizes didático-metodológicas, de planejamento, estratégias e ações ao gestor, técnico e professor, atuantes nos Centros de Ensino de Formação Profissional de Segurança Pública. Os 4 eixos articuladores e 8 áreas temáticas têm facilitado a execução dos projetos.

-Promoção de oficinas regionais para troca interestadual de experiências, valoração dos Direitos Humanos, análise e avaliação.

-Criação da Rede Nacional de Educação à Distância, facilitando o acesso à qualificação profissional dos operadores, residentes em qualquer local do País.

-Criação da Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública (RENAESP), inédita no mundo, coloca a SENASP no nível de excelência em qualquer setor de formação profissional, público ou privado, pois abrange 22 IES.

-Referência nacional na qualidade de parceira de projetos para execução de cursos de segurança pública.

Embora não houve pontos negativos da SENASP, existe apenas um que não é de sua responsabilidade: corte da verba destinada aos projetos da SENASP pelo **governo federal**, no ano de 2006, prejudicando a execução de cursos e, conseqüentemente, a qualificação profissional constante, tão imprescindível aos operadores da segurança pública.

Como sugestão, fica a seguinte: Diretrizes mais claras para a elaboração dos projetos, e conseqüente avaliação pela SENASP, em função da especificidade de cada um.”

Maria Helena Hoffmann

Coordenadoria de Assuntos Pedagógicos

Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão / Santa Catarina

Décima Terceira Avaliação: Maria de Nazaré Tavares Zenaide

“A SENASP-MJ, no campo dos Direitos Humanos, tem demonstrado compromisso institucional com a Política Nacional de Direitos Humanos e com a Década da Educação em Direitos Humanos (1995 – 2004).

No Plano da Educação em Direitos Humanos, a SENASP tem atuado na implementação de ações estruturantes, como: a elaboração da Matriz Nacional instrumento norteador da política do SUSP tendo os Direitos Humanos de forma transversal; a formação de uma Rede voltada para a formação de quadros da Segurança Pública – a Rede Nacional de Cursos de Especialização em Segurança – RENAESP em parceria com as Universidades; a criação da ESCOPOL, socializando através da rede on-line o acesso ao conhecimento; a implementação de programas preventivos em Segurança.

A implementação da Matriz Nacional em Ação tem norteado ações de educação formal e não-formal, como disciplinas e cursos, Jornadas de Direitos Humanos nos Estados, oficinas de implementação da Matriz Nacional, dentre outras.

A promoção de intercâmbio entre os atores formativos tem sido outro aspecto relevante da atuação da SENASP, haja vista o processo de estruturação do Fórum envolvendo as coordenações dos cursos da RENAESP de modo a qualificar a estruturação de uma rede formativa. A preocupação com a pós-graduação no campo da segurança pública tem sido, portanto, uma das iniciativas fundamentais da atual gestão da SENASP. Trata-se de um processo sem retorno. Uma política de pós-graduação na área da segurança pública é de extrema relevância para consolidação do SUSP e para a profissionalização e a qualificação da gestão. Para tanto, vai requerer, políticas de publicação, de monitoramento e acompanhamento, de intercâmbio nacional e internacional, de integração da pesquisa com as ações práticas, da formação e qualificação dos atores.

As iniciativas assumidas pela SENASP no período de 2003 a 2006 coloca novos desafios e compromissos institucionais. O fortalecimento e a ampliação das iniciativas coordenadas pela atual equipe do Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública da SENASP é a certeza de que Direitos Humanos na atual gestão federal tem se concretizado em responsabilidade do Estado.

Se as violações aos direitos humanos continuam nos desafiando cotidianamente ao governo e a sociedade, a SENASP age positivamente construindo ações preventivas e estruturantes de médio e longo prazo promovendo uma cultura de direitos humanos.”

Maria de Nazaré Tavares Zenaide

Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos – Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Décima Quarta Avaliação: Iracema Silva Jesus

“No ano de 2003, destacamos a atuação da SENASP, através da Coordenação de Estatística, na construção do SINESP JC, com estudo cuidadoso e bem elaborado dos diversos modelos de coleta de dados estatísticos existentes nas Polícias Cíveis do Brasil, o que gerava distorções nas avaliações comparativas da criminalidade entre os Estados e Regiões da Federação, dificultando a elaboração de diagnósticos precisos e elaboração de um perfil regional e nacional.

O trabalho de estudo, pesquisas e workshop’s produziram um resultado que modificou a estrutura do Centro de Estatística e Documentação Policial – CEDEP, por nós dirigido à época, alterando todo o sistema de coleta de dados estatísticos, informações de atividades de polícia, análise criminal e produção de conhecimentos na Polícia Civil da Bahia, na medida em que deu novo tratamento e nova leitura aos fatos delituosos, ajustando-os a um padrão nacional.

A implantação do SINESP JC se deu no ano de 2004, inicialmente na Capital e Região Metropolitana, alcançando todas as Delegacias e Postos Policiais Especiais de Polícia, seguida de viagens por todo o interior do Estado da Bahia, de forma a atingir todas as Unidades Policiais distribuídas nas 24 Coordenadorias Regionais de Polícia, uniformizando a linguagem, padronizando procedimentos e possibilitando uma visão real da dinâmica criminal no Estado.

Ao lado deste trabalho, destacamos todo o acompanhamento e suporte técnico-operacional prestado pela equipe da SENASP na efetiva implantação do sistema, consolidando-o, o que nos coloca, hoje, com um índice de cobertura na ordem de 98%, o que demonstra uma total compreensão da forma e da importância do conteúdo do SINESP JC na construção de diagnósticos e novas propostas para o enfrentamento da criminalidade.

Em 2005 e 2006, já na Direção do Departamento de Polícia Metropolitana – DEPOM, responsável pelo controle administrativo e operacional em 17 Delegacias de Polícia e 06 Postos Especiais de Polícia em Salvador, e 11 Delegacias de Polícia na Região Metropolitana, evidenciamos a importância da ferramenta implantada pela SENASP, que possibilitou a identificação de pontos críticos, com acompanhamento da itinerância própria da criminalidade e adoção de estratégias operacionais específicas com o emprego inteligente dos nossos recursos, na perseguição de resultados eficientes e eficazes.

Por fim, é de se reconhecer que o conhecimento e o reconhecimento dos problemas da criminalidade nacional e a descoberta das potencialidades e possibilidades do nosso corpo policial, constitui-se em efetivo avanço na elaboração de políticas públicas de segurança, ajustadas à nossa realidade.

Parabéns à equipe da SENASP pela visão de resultados.”

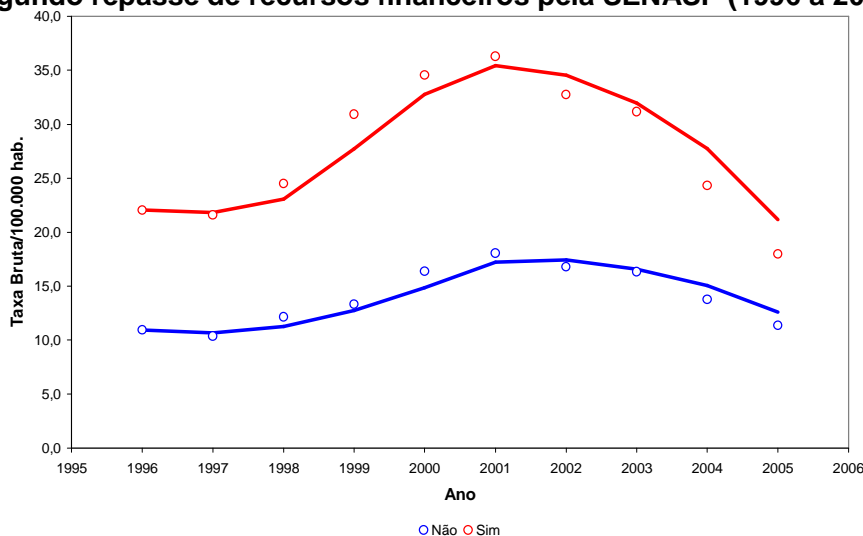
Iracema Silva Jesus
Delegada de Polícia Civil \ Bahia

5.5. Resultados Alcançados nas Ações de Prevenção em Municípios

Esta avaliação de resultados foi elaborada pelo Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Vigilância em Saúde, em relação à redução de mortes por homicídio no Brasil. Nesta avaliação, priorizou-se uma análise do impacto dos investimentos realizados pela SENASP nos municípios em atividades de prevenção e a criação por parte dos próprios municípios de estruturas dedicadas a questão da segurança pública, como a criação de secretarias municipais, guardas municipais e conselho municipal de segurança pública. As informações sobre mortes por homicídio no Brasil foram retiradas do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde. As informações sobre investimentos da SENASP e sobre a estrutura municipal de segurança foram fornecidas pelo Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública (SINESP). Buscando aumentar a consistência dos resultados da avaliação, decidiu-se focalizar a avaliação nos municípios do Estado de São Paulo e especificamente sobre as mortes por arma de fogo.

A Secretaria de Vigilância em Saúde aponta, como primeiro resultado dessa avaliação, a identificação de um forte impacto da criação do Estatuto do Desarmamento e das atividades de recolhimento de armas na redução das mortes por arma de fogo no Brasil. Outro resultado desta avaliação foi a identificação de que as taxas brutas de mortalidade por arma de fogo reduziram mais rapidamente nos municípios de São Paulo que receberam recursos da SENASP⁴ para realização de ações de prevenção. Pela tabela abaixo, verificamos que a SENASP investiu nos municípios que estavam em uma situação mais precária em relação a incidência de homicídios e que justamente estes municípios passaram por uma queda mais significativa da incidência de homicídios nestes últimos 4 anos.

Taxas brutas de mortalidade/100.000 hab. por armas de fogo nos municípios de São Paulo segundo repasse de recursos financeiros pela SENASP (1996 a 2005)



Fonte: SIM - SVS/MS e SENASP-MJ

Por fim, outro resultado apontado foi que as maiores reduções ocorreram também nos municípios de São Paulo que atualmente possuem uma estrutura municipal para lidar com a questão

⁴ Estes municípios foram Americana, Amparo, Araraquara, Araras, Arthur Nogueira, Bebedouro, Botucatu, Cabreúva, Campinas, Campo Limpo Paulista, Catanduva, Diadema, Embu Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Franca, Franco da Rocha, Guaíra, Guarujá, Guarulhos, Hotolândia, Ibiúna, Ilha Solteira, Indaiatuba, Itararé, Itu, Itupeva, Jacareí, Jundiaí, Limeira, Maringá, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Paraguaçu Paulista, Piracicaba, Pitangueiras, Porto Feliz, Potirendaba, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santana de Parnaíba, Santo André, Santo Antônio de Posse, Santos, São Bernardo do Campo, São Carlos, São Paulo, São Pedro, São Roque, São Sebastião, São Vicente, Serrana, Sertãozinho, Sorocaba, Sumaré, Suzano, Vargem Grande Paulista e Várzea Paulista.

da segurança pública, ou seja, possuem guarda municipal, secretaria municipal ou conselho municipal de segurança pública.

Estes resultados, quando articulados de forma sistêmica, exprimem empiricamente um dos princípios fundamentais do SUSP. O esforço para controlar a violência e criminalidade tem de envolver necessariamente, as instituições de segurança pública da União, dos Estados e dos municípios, além de organizações de diferentes áreas que ultrapassam a segurança pública. Apenas a articulação das ações de todos estes atores públicos pode trazer reais melhoras para a segurança pública do Brasil.

6. Conteúdos específicos

6.1 - Demonstrativo de tomadas de contas especiais – Itens 12 e 14 do ANEXO II – DN/TCU nº 85/2007

Não houve

6.2 - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades

Anexo A

6.3 - Despesas com cartão de crédito corporativo

Anexo B

6.4 - Recomendações de órgãos de controle

Anexo C

6.5 - Demonstrativo de transferências

Anexo D

6.7 - Demonstrativo das providências adotadas – TCU

Anexo E

6.8 - Relatório de Correição

Anexo F

6.9 - Quadro de Detalhamento de Despesa

Anexo G.